CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 465, DE 2013
(Do Poder Executivo)
MSC 133/2013
AV 268/2013

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1184, de 24 de novembro de 2010, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem n° 133



Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 Portaria nº 1.102, de 16 de novembro de 2010 Associação Cultural Comunitária Cambuí, no município de Campo Largo PR;
- 2 Portaria nº 1.166, de 24 de novembro de 2010 Associação Ação Social Comunitária do Jardim Vitória e Adjacência, no município de Espírito Santo do Pinhal SP;
- 3 Portaria nº 1.171, de 24 de novembro de 2010 Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco, no município de São Francisco SE;
- 4 Portaria nº 1.172, de 24 de novembro de 2010 Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Corumbataí do Sul, no município de Corumbataí do Sul PR;
- 5 Portaria nº 1.176, de 24 de novembro de 2010 Associação Comunitária Rota das Termas, no município de São Carlos SC;
- 6 Portaria nº 1.177, de 24 de novembro de 2010 Instituto Gene Blumenau, no município de Blumenau SC;
- 7 Portaria n° 1.181, de 24 de novembro de 2010 Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipojuca, no município de Pesqueira PE;
- 8 Portaria nº 1.183, de 24 de novembro de 2010 − Associação de Difusão Comunitária de Itapirapuã Paulista ADICIPA, no município de Itapirapuã Paulista SP;
- 9 Portaria nº 1.184, de 24 de novembro de 2010 Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, no município de Governador Celso Ramos SC;
- 10 Portaria nº 1.185, de 24 de novembro de 2010 Associação Comunitária de Radiodifusão Rádio Eldorado da Região do Bairro Eldorado de Contagem MG, no município de Contagem MG;
- 11 Portaria nº 1.223, de 30 de novembro de 2010 Associação Comunitária de Serra Verde, no município de Ribeirão Vermelho MG;
- 12 Portaria nº 1.225, de 30 de novembro de 2010 Associação Comunitária Pró Cultura e Comunicação de Coqueiro Baixo, no município de Coqueiro Baixo RS;

AR

- 13 Portaria n° 1.227, de 30 de novembro de 2010 Associação de Radiodifusão Comunitária do Povoado Júlio de Castilhos de Taquari, no município de Taquari RS;
- 14 Portaria nº 1.232, de 30 de novembro de 2010 Associação Comunitária Cultural Sanjoanense, no município de São João PR;
- 15 Portaria nº 1.233, de 30 de novembro de 2010 Associação Comunitária dos Radioperadores Grupo Mercosul de Comunicação e Rádio Emissão, no município de Rio Negro PR;
- 16 Portaria nº 1.278, de 6 de dezembro de 2010 SOMACULTURAL Sociedade Marlierense de Cultura, Lazer, Desporto e de Defesa do Meio Ambiente, no município de Marliéria MG;
- 17 Portaria nº 1.314, de 10 de dezembro de 2010 Associação Comunitária de Radiodifusão de Caridade do Piauí, no município de Caridade do Piauí PI;
- 18 Portaria nº 1.327, de 14 de dezembro de 2010 Ação Social Senhora das Dores (ASSED), no município de Presidente Kubitschek MG;
- 19 Portaria nº 1.373, de 22 de dezembro de 2010 Associação de Promoção Social e Radiodifusão Comunitária de Damianópolis (APRODAMI), no município de Damianópolis GO;
- 20 Portaria nº 1.385, de 22 de dezembro de 2010 Associação Comunitária de Ribeirão das Neves Cidadania Ativa, no município de Ribeirão das Neves MG;
- 21 Portaria nº 1.387, de 22 de dezembro de 2010 Associação Cultural Ondas de Paz, no município de Ribeirão das Neves MG;
- 22 Portaria nº 1.388, de 22 de dezembro de 2010 Associação Educativa e Cultural de Ibirité, no município de Ibirité MG;
- 23 Portaria nº 21, de 17 de fevereiro de 2011 Associação de Apoio e Defesa do Meio Ambiente de Volta Redonda, no município de Volta Redonda RJ;
- 24 Portaria nº 42, de 17 de fevereiro de 2011 Associação Comunitária das Mulheres Amigas do Arvoredo, no município de Manga MG;
- 25 Portaria nº 128, de 19 de maio de 2011 Associação de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Santa Izabel, no município de Santa Izabel do Pará PA;
- 26 Portaria nº 143, de 24 de maio de 2011 Associação Nova Midhia, no município de Sapiranga RS;
- 27 Portaria nº 146, de 24 de maio de 2011 Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Cidade Sul de Santa Rosa do Sul SC, no município de Santa Rosa do Sul SC;
- 28 Portaria nº 148, de 24 de maio de 2011 Associação Comunitária e Cultural São Lourenço, no município de São Lourenço do Oeste SC;
- 29 Portaria nº 156, de 24 de maio de 2011 Associação de Apoio a Cultura de Blumenau, no município de Blumenau SC;
- 30 Portaria nº 157, de 24 de maio de 2011 Associação de Comunicação Cidade de Blumenau, no município de Blumenau SC;

AR

- 31 Portaria nº 170, de 6 de junho de 2011 Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Deraldo Alves, no município de Buenópolis MG;
- 32 Portaria nº 176, de 6 de junho de 2011 Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Ambiental de Curvelândia, no município de Curvelândia MT;
- 33 Portaria nº 179, de 6 de junho de 2011 Associação de Reflorestamento, Conservação e Sustentação Ambiental de Rondônia ARCAM, no município de Campo Novo de Rondônia RO;
- 34 Portaria nº 190, de 6 de junho de 2011 Associação da Rádio Comunitária e Cultural do Distrito Campinal, no município de Presidente Epitácio SP;
- 35 Portaria nº 191, de 6 de junho de 2011 Associação Comunitária "Nossa FM" de Presidente Prudente, no município de Presidente Prudente SP;
- 36 Portaria nº 192, de 6 de junho de 2011 Associação Cultural Social e Lazer de Queiróz, no município de Queiróz SP;
- 37 Portaria nº 194, de 6 de junho de 2011 Associação de Difusão Comunitária de Mata Grande ADICOMAG, no município de Mata Grande AL;
- 38 Portaria nº 202, de 6 de junho de 2011 − Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária Alternativa de Maravilha, no município de Maravilha SC;
- 39 Portaria nº 234, de 13 de junho de 2011 Associação Comunitária de Santana do Riacho e Comunidades Rurais, no município de Santana do Riacho MG; e
- 40 Portaria n^2 240, de 13 de junho de 2011 Associação Cultural e Comunitária Revolução, no município de São Joaquim da Barra SP.

Brasília, 8 de abril de 2013.

DAM!

DOCUMENTO ASSOCIATION CONFERE CONFERE

EM nº. 88/2011 - MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos**, no Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.037401/05, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
- 5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 29 11 10
Página: 63 Seção: 1
ANOTADO POR: 160 166

PORTARIA Nº 1184 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9° e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n° 53000.037.401/05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos com sede na Rua das Azaléias, nº 48, Praia de Palmas, no município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º 18' 56"S e longitude em 48° 32' 53"W, utilizando a frequência de 98,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR TILARDI LEITE Ministro de Estado das Comunicações

E.m. 88/mc

FORMULÁRIO PARA PREPARO DA

PORTARIA

Processo Administrativo nº 53000037401/05

Art. 1º -

Nome da Entidade: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos-Santo Catarina ALCOAL

Sede:

Município: Governador Celso Ramos

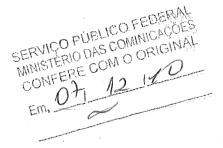
Estado: Santa Catarina

Art. 3° -

Coordenadas: Latitude em 27°18'56"S e Longitude em 48°32'53"W

Freqüência: 98,3 Mhz

Número de Volumes:01



SOLICITAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

01

Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações,

миністалю риз сомимісхобес вничении се **53000 р37401/2005-02**

SEPTEMBLOOKE LOGICERLISPESSON OF SEPTEMBLOOKERS

60 V	A <u>Ass</u> ERNADOR CEAS	OCASÃO DE			A AKNOREDO DE
	Inscrita no CGC/M		1	associação ou fu	ndação)
					sem fins lucrativos,
					tosamente, à digna
3					cutar o Serviço de
					l a 1 km, com centro
	localizado na 601				a r kiii, com centro
				completo)	
	de coordenadas ge	eográficas (27)	•	• •	⁰ (33)' (33)"W de
	longitude, onde pre				
					•
	Solicita,	também, a des	signação de cana	al para a prestac	ção do serviço nos
					munitária, aprovado
	pelo Decreto nº 2.6				
()				= a O	88160-00
7		Nestes termos			
		pede deferime		ÇF	RVIÇO PÚBLICO FEDERAL
		-		M	ERVICO PÚBLICO FLO INISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES INISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EMOTI 12 1
	År.	BIOUAGU	, 12 DE MX	10 DE 200E	mp7/12/1
		(local e data)		·	
		July 1	Two.	·	53.5
	/	Assinatura / no	me do representa	ınte legal da entid	ade
		CPF	TAREL MAINTE	FARIA Fone: (48) 243-3195 - Fone/Fax: (48) 2-	11-16/20 Pesson, 39-00-00 11-16/20 R 160-000 Pesson, 39-00-00
			OFÍCIO DE NOTAS - OFÍ	CIO DE PROTESTO DE TÍTULOS Tabeliã	Eira Fernandes de Altan
			RECONHECO e dou for	por AUTENTICA a firma de: Nos profins	DO TO THE CONTRACT OF THE CONT

(Kiguacu.12 d

SOLICITAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO
Preencher todos os campos do formulário em letra de fôrma legível ou a máquina, indicando corretamente:
 Nome da entidade que está demonstrando interesse na solicitação para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom);
2. Endereço completo onde pretende instalar a sua torre e antena de transmissão;
 Coordenadas geográficas do local onde pretende instalar a torre e a antena de transmissão (com precisão de segundos);
4. Local e data;
5. Assinatura do representante legal da entidade;
6. Nome e CPF do representante legal da entidade.
Dar entrada no Protocolo da Delegacia do Ministério das Comunicações localizada no estado onde a entidade pretende instalar a RadCom.
Acompanhar pelo Diário Oficial da União a chamada para habilitação das pretendentes interessadas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAS MINISTÉRIO DAS COMINICACOTS CONFERE COM O ORIGINAL Em, 077 /2 1 0

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA											
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.375.860/0001-59	COMPROVANTE DE INSC CADAS		DATA DE ABERTURA 25/04/2005								
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODII	FUSAO COMUNITARIA ARVOREDO	D DE GOVERNADOR CELSO R	AMOS								
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO ARCOAR	ME DE FANTASIA)										
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDAD 91 29-5-00 - Outras atividad	e ECONÓMICA PRINCIPAL es associativas, não especificadas	anteriormente									
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDA Não informada	DES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS										
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ 399-9 - OUTRAS FORMAS D	ZA JURÍDICA E ASSOCIACAO										
LOGRADOURO RUA DO IPE ROXO	·	NÚMERO COMPLEMENTO									
	RO/DISTRITO AIA DE PALMAS	MUNICÍPIO GOVERNADOR CELSO RAMO	OS UF SC								
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			a da Situação cadastral 04/2005								
SITUAÇÃO ESPECIAL			A DA SITUAÇÃO ESPECIAL								

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia 01/12/2005 às 15:37:05 (data e hora de Brasília).

Voltar

Preparar página para impressão

A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3° andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

Oficio nº 7705 /2005/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, OS de dezembro de 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 04 12 11

Ao Senhor

Representante Legal

Associação De Radiodifusão Comunitária Arnoredo De Governador Celso Ramos Rua do Ipê Roxo, 40 - Praia das Almas
88190.000 Governador Celso Ramos/SC

Assunto: Confirmação de cadastro de interesse para o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Prezado Senhor,

Em atenção ao requerimento de demonstração de interesse para o Serviço de Radiodifusão Comunitária encaminhado pela ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARNOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, na localidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, informamos que seu requerimento foi cadastrado sob protocolo nº 53000.037401/05.

Cumpre-nos informar que esta fase é não obrigatória e o requerimento da entidade somente foi cadastrado junto ao Departamento de Outorga de Serviços para que o seu interesse conste em nossos registros, não gerando qualquer direito à autorização e funcionamento da estação.

Por fim comunicamos que, caso a entidade tenha interesse em obter informações relativas à legislação aplicável ao serviço, modelos de Formulários e Solicitações padronizados, Manual de Orientação (sempre atualizado), publicações de Avisos de Habilitação, poderá obter através do seguinte endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

Atenciosamente,

JOANILSON L. B. FERREIRA

Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

lbb/DOS/SSCE/MC

3740105



FORMULÁRIO PADRONIZADO MODELO A-2

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A avecioção de Pradiodifuiço Comunitária auro	rodo	
(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o no 07. 375. 860 /000	1-59.0	com sede
Rua: Joe Prosco, 40, Palmas, na cidade de Generalmodor (illo P	rornes,
Estado Sonta Catarina, CEP 88190 - 1000, Telefo	ne OXX	X()
, correio eletrônico		
entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no ó	rgão con	npetente,
vem, respeitosamente à presença de Va. Ex ^a ., em atendimento ao Aviso	, apre	esentar a
documentação de que trata o item 7 da Norma nº 1/2004 — Norma Complementa	ir do Se	rviço de
Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria MC no 103, de 23 de janeiro de 20 Diário Oficial da União de 26 subsequente.	104, publ	licada no
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Generador (elso Promos, 25 de Ferreiro de 2 (local e data)	2008	
(local e data)	200 <u>0</u> .	
(assinatura do representante legal da entidade)		
	,	
Nome do representante da entidade: Sala Rulla da Salaria	a	- బుగుల ఉంకోందా
CPF: 007. 279.539-58	sitia - De Estanda	THUR QUES :
53000 808 12	TOMAR.	Jr.
I – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS		1978 , 1978 ,
En and Control of	204	
1 – Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de	o Sim	Não
	Sili	1140
Ministério da Fazenda – CNPJ/MF	X	
2 – Estatuto Social, devidamente registrado	Cim	Não
2 – Estatuto Social, devidamente registrado	Sim	Não
	X	
3 – Ata de Constituição da entidade devidamente registrada	Sim	Não
		1140
4 – Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada	Sim	Não
5 – Relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais pe juridicas SERVIÇO PUBLICAÇÕES	Sim	Não
SERVICO PUBLICO ACOES	X	
CONFERE COM O CANDO		
Fm. OT		

		150.05 150.05 150.05 164. 40.3
6 – Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Sim	Não
7 – Prova de que seus diretores são maiores de dezoito anos ou emancipados	Sim	Não
8 – Declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade	Sim	Não
9 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso	Sim	Não
10 – Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço	Sim	Não
11 — Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados		Não
12 – Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver	Sim	Não
13 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar no 1/2004	Sim	Não
14 – Declaração, assinada por profissional habilitado ou por representante legal da entidade, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante	X	Não

MINISTERIO DAS COMINICAMINISTERIO DA COMINICAMINISTERIO D Em, 0+1 12

15 - Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará	Sim	Não
Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar no 1/2004		
e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionado	X	

16 – Comprovante de recolhimento de taxa relativa às despesas de cadastramento	Sim	Não
	X	

II – MANIFESTAÇÕES DE APOIO

1 - Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade, o	Sim	Não
endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura do declarante	\times	
1.1 – Soma das manifestações individuais apresentadas	15	

2 - Manifestação de apoio coletiva, apresentada sob a forma de abaixo-assinado,	Sim	Não
contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o		
Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura de cada declarante		
2.1 - Soma das assinaturas constantes das manifestações de apoio coletivas,		
apresentadas sob a forma de abaixo-assinado	N magnified	- september 1

3 - Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias,	Sim	Não
legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço,	\ /	
contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede, o Código de		
Endereçamento Postal (CEP) e assinatura do representante legal	/\	
3.1 – Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e		
comunitárias apresentadas	02	ر ر

4 - Manifestação de apoio dos associados da entidade requerente comprovada por	Sim	Não
meio de assinaturas constantes de Ata de Assembléia Geral, convocada especialmente		
para manifestar apoio à iniciativa de requerer a autorização para execução do Serviço	X	
de Radiodifusão Comunitária	/\	
4.1 – Soma das assinaturas constantes da Ata de Assembléia Geral	02)

III - ACORDO PARA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES

Caso ex	xista 1	nais	de	uma	entidade	concorrente	na	mesma	área	de	servição	a Fosim	4	Não
requerer	nte dec	lara c	que	conco	rda em as	sociar-se às d	ema	ais entida	desis	IÇO TERI	O DAS COM O MOS AGO O MOS AGO	OBIGIN Mulchin		X

Em. 07 12 17



Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

(assinatura do representante legal da entidade)

Endereço para correspondê de Jev. (ilso Pornes	incia: Rua das	Calua!	s, 48 Prigra	Palmas na cidade
delient lillse Formes	, Estado Sonto	i catarina	CEP 88 190	<u>- 000</u> ,
0	1. 1.			,

Telefone para contato: 0XX-48 - 3243-48 28

Correio eletrônico (e-mail) SARA @ BIGUA. COM. BR

Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na Rua Gunal de Palmos (endereço completo), de coordenadas geográficas: 27° 18' 53"S de latitude e 48° 33' 33"W de longitude.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EM. 07, 12, 10

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à FB a sua atualização cadastral.





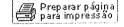
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

	C/	ADASTRO NACIONAL I	DA PESSOA JURIDIO	SA			
	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.375.860/0001-59	COMPROVANTE DE INSC CADAS		DATA DE ABERTURA 25/04/2005			
1	NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS						
L	TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCOAR						
[CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94 8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais						
	código e descrição das ativida)4.93-6-00 - Atividades de oi 94.99-5-00 - Atividades asso	DES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS rganizações associativas ligadas à ociativas não especificadas anterio	à cultura e à arte rmente				
	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ 399-9 - OUTRAS FORMAS D	ZA JURÍDICA I E ASSOCIACAO					
	LOGRADOURO R DO IPE ROXO		NÚMERO COMPLEMENTO				
		RRO/DISTRITO AIA DE PALMAS	MUNICIPIO GOVERNADOR CELSO RAM	OS UF SC			
į	SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL /04/2005			
	SITUAÇÃO ESPECIAL			TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL			

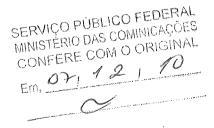
provado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

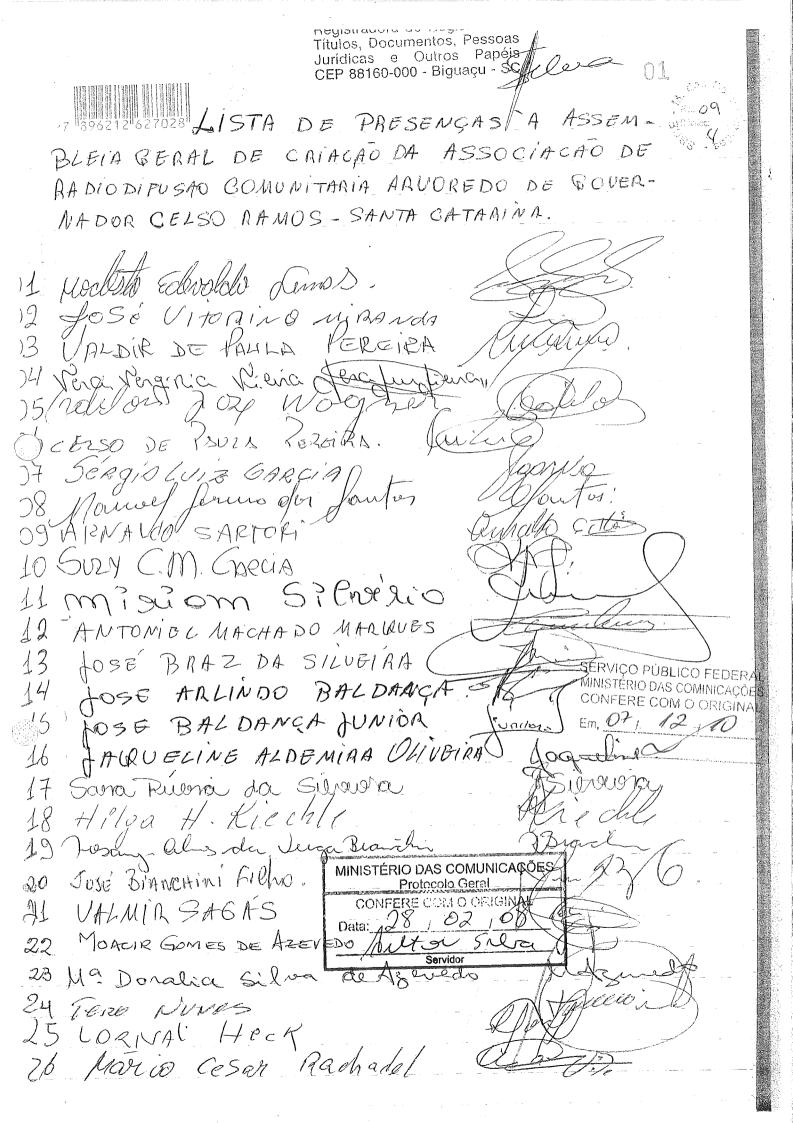
mitido no dia 6/2/2008 às 09:22:02 (data e hora de Brasília).

Voltar



RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.





à Dista de presunços a censentilla yeux ca Personal sintimural sanificação de Padiodífica Comunitaria Conversão de governados Colo Varnos - Souto Cotarina Of mono n. Tumandes 02 jaqueline Aldemira Olivhia. 03- 7 dillo francisco Alleg 04-VALMIR SAGAS Vilasos 05- HOAD OTAVIO DASILVAFILHO SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES 06- ANOPALMAS- ASS. MOR. PALMAS CONFERE COM O ORIGINAL OF-JOSE VITORINO MIRONDO 08-SARA RUBIA DA SIZUBIRA CJ- SERGIA LYIZ GARCIA Opo- Jord Cerlindo Boldango 11 - Jose Poldra him. 12- VILMAR VASDEMAR GASAS 13 - TAURINO JOSE ESTANISLAUFILHO. CARMINE GSUNEURO 14 - Sara Rússa da Sindia 15 - Dogue do Cilheira (), spice la Salvalva. 16 - JURGGLINO VALDEVINO BITENCOURT FICTO MUMBIND KITINGENT 17 - CLEIVE TAURINO BSTANISLAU clein Juina Standon 18 - TAURINO ESTANISLAU (1008) Towin Took Estanista 19- IRINATE ROSA ESTAMSCAU Dineti Rara Estamislan 20 - ENIBERNADETE DE MOURA Emi Bernadul de maurq 91 - HELIO MONTEIRO Webis motio 29 - SUZY CONCEICED MANGUES GARCIA - CHA 23 - MARIA NATALIA FERNANDOS Maria Matalia 24- [ALDER DT PAULA PERTIRA SERBUE 25 - Rozame Bernadele da Silva MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Protocolo Geral. CONFERE COM CORREINAL Data: 102 108 Hauton Salva ØEP 88160-000 - Biguaçu - SC itúlos, Documentos, Pessoas puridicas e Outros Papéis Registradora do Registro Civil AVJIR AU ALIATAN AIRAM

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Protogolo Geral TURN O ORIGINAL CONTE Servidor

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL MARIA NATALIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

Ata da Assembléia Geral de Fundação da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – SC

Aos 09 (nove) dias do mês de abril de dois mil e cinco, às 18:00 horas, na Rua das Azaléias, 48, Loteamento Jardim das Gaivotas I, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos, reuniram-se em Assembléia Geral as pessoas constantes da lista de presença de fls. 01, com a finalidade de criação da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos -SC. Por indicação dos presentes, assumiu a presidência da Assembléia Geral, o Senhor Valdir de Paula Pereira e este por sua vez, solicitou que eu Vera Vergínia Vieira, secretariasse os trabalhos. Declarando instalada a Assembléia Geral, o presidente pediu que fosse lido o edital de convocação, documento que havia sido afixado com 30 (trinta) dias de antecedência, em diversos locais públicos do Município, instrumento convocatório que tinha como ordem do dia: discussão e aprovação do Estatuto da entidade; eleição e posse da primeira Diretoria e Conselho Fiscal e outros assuntos de interesse da Associação a ser criada. Antes de dar início aos trabalhos propriamente ditos, o senhor presidente registrou a presença do Presidente da Federação das Entidades Mantenedoras das Rádios Comunitárias, TV's e Rádios Educativas de Santa Catarina, Senhor José Braz da Silveira a quem concedeu a palavra para as suas considerações. O Presidente da FEMARCOM, por sua vez, discorreu sobre o que considera "um novo momento", da radiodifusão em Santa Catarina. Com a criação da FEMARCOM, que hoje tem o compromisso de representar as 68 (sessenta e oito), Rádios Comunitárias já em funcionamento e as outras 229 (duzentos e vinte nove), Entidades Mantenedoras que lutam pela concessão do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Santa Catarina, além das TV's e Rádios Educativas já em operação. Finalizou enaltecendo a iniciativa da comunidade de Governador Celso Ramos e prontificouse a apoiar o projeto ora iniciado, na certeza de que os objetivos da entidade serão alcançados. Em seguida a minuta do Estatuto da Entidade previamente elaborado foi posto em apreciação, fazendo-se a leitura por capítulo. Consignadas as alterações propostas pelos membros da Assembléia o documento foi

Meghija

MARIA NATÁLIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessos Jurídicas e Outros Papers CEP 88160-000 - Biguaçu - SC MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CON

Danie 23 02 108

Journal Servidor

submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Passo seguinte foi apresentado uma única chapa tanto para a Diretoria como para o Conselho Fiscal. A nominata foi lida e cada um dos seus integrantes usou da palavra para dizer da sua disposição de abraçar a causa, visando obter do Ministério das Comunicações, a outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. Colocada em votação as chapas da Diretoria e do Conselho Fiscal, foram aprovadas por unanimidade. Diretoria: Presidente - Valdir de Paula Pereira, brasileiro, casado, zelador, CPF nº 574.022.300-82, Cl nº 2.654.185, residente na Rua: Ipê Roxo, 40, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC; Vice-Presidente – José Vitorino Miranda, brasileiro, casado, aposentado, CPF nº 298.321.369-20 , Cl nº 706.477-2, residente na Rua: Dos Ciprestes, 133, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC; Secretária - Vera Vergínia Vieira, brasileira, solteira, apresentadora, CPF nº 905.104.539-53, Cl nº 3.944.589-5, residente na Rua: Sebastiana Sagas Medeiros, Travessa 19, Casa 03, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos - SC; Tesoureiro - Odilon José Wagner, brasileiro, casado, aposentado, CPF nº 312.164.209-04, Cl nº 266.459-3, residente na Rua das Azaléias, 83, Jardim das Gaivotas I, Governador Celso Ramos – SC; Relações Públicas – Modesto Edevaldo Simas, brasileiro, casado, técnico em transações imobiliárias, CPF nº 767.369.039-04, Cl nº 3.306.913, residente na Rua: Luiz Alexandrino da Silva, 528, Fazenda da Armação, Governador Celso Ramos - SC. Conselho Fiscal: Titulares - Celso de Paula Pereira, brasileiro, solteiro, zelador, CPF nº 770.632.010-34, Cl nº 8068373649, residente na Rua: Ipê Rxo, 999, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC; Sérgio Luiz Garcia, brasileiro, casado, representante comercial, CPF nº 291.260.109-68, Cl nº 651.727-7, residente na Rua das Azaléias, 62, Governador Celso Ramos – SC; Mirian Silvério, brasileira, casada, aposentada, CPF nº 646.519.249-72, Cl nº 796.059-0, residente na Rua das Azaléias, 83, Governador Celso Ramos - SC; Suplentes - Manoel Gerino dos Santos, brasileiro, divorciado, comerciante, CPF nº 029.772.309-04, Cl nº 127.711-1, residente na Rua: Luiz Alexandrino da Silva, 45, Governador Celso Ramos - SC; Arnoldo Sartori UBLICO FEDERAL

Li Maceylin (

awald Si

SERVIÇO BUBLICO FEDERA SERVIÇO DAS COMINICAÇÕES MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL CONFERE COM O ORIGINAL

alas of

MARIA NATALIA DA SILVA Registradora de registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC



brasileiro, divorciado, servidor público federal, CPF nº 388.603.099-72, Cl nº 1/R – 894.684, residente na Rua: Sebastiana Sagas Medeiros, 19, Governador Celso Ramos - SC; Antoniel Machado Marques, brasileiro, solteiro, eletricista, CPF nº 018.314.069-93, Cl nº 3.093.759, residente na Travessa Joaquim Sagas, 1660, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos – SC. Decidiu-se ainda que em relação ao Conselho Comunitário, que tem como função, aprovar e fiscalizar a programação da emissora deverá ser constituído e homologado em Assembléia Geral futura, quando a Rádio Comunitária já estiver operando. Proclamada eleita a Diretoria e o Conselho Fiscal, o Presidente tomou posse e deu posse aos seus companheiros de chapa, assim como ao Conselho Fiscal. Nada mais havendo para ser tratado o senhor Presidente deu por encerrada a Assembléia Geral da ARCOAR, agradecendo a presença e participação de todos. Eu, Vera Vergínia Vieira, lavrei a presente ata que após lida e discutida foi aprovada e segue assinada.

CONFI Servidor

MARIA NATÁLIA DA ± 0.0 MA Registradora do hogisti Civil Títulos, Documentos, Pessoas, Papéis Jurídicas e C tros CEP 88: 1-000 - Liguer . - SC

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO - ARCOAR

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC

ATA DA ASSEMBREIA GERAL ORDINÁRIA DA ARCOAR - ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SANTA CATARINA.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2008, às 19h30min, na sede social da Associação de Moradores de Palmas, localizada na Rua Dos Pampas, 15, Praia de Palmas, reuniram-se em Assembléia Geral, os associados da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - SC, para os fins previstos no Estatuto Social, atendendo ao Edital de Convocação, entregue pessoalmente a cada um dos sócios, isto com mais de 30 dias de antecedência. As 19h30min, constatada a presença de mais de cinqüenta por cento dos associados, havendo, portanto, o quorum exigido já na primeira convocação, o senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, pedindo que esta Secretária fizesse a leitura do Edital de Convocação. Iniciadas as discussões e deliberações, como primeiro ponto de pauta, foi apresentada à prestação de contas do exercício anterior sem movimentação financeira, mas com toda a documentação regular. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em relação à avaliação do trabalho da atual Diretoria nos três últimos anos, foi considerado satisfatório, merecendo a manifestação de aplauso de alguns associados. O plano anual de trabalho da entidade foi apresentado e aprovado pela maioria dos sócios presentes. Quanto ao Conselho Comunitário, decidiu-se que este será constituído, quando a entidade tiver a autorização do Ministério das Comunicações para operar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município, já que a sua função está ligada a programação da emissora. Considerando que o principal item de pauta era a eleição e posse da nova Diretoria da Arcoar para o triênio 2008 a 2011, e havendo uma única chapa inscrita, tanto para a Diretoria como para o Conselho Fiscal, o senhor Presidente a colocou em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. A Diretoria eleita para a gestão 2008 a 2011, ficou assim constituída: Para Presidente: SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, Cl n° 3.821.239-0, SSP/SC, domiciliada à rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos - SC; Para Vice Presidente: JOSÉ VITORINO MIRANDA, brasileiro, separado judicialmente, aposentado, CPF n° 298.321.369-20, Cl nº 706.477-2, SSP/SC, residente à Rua: Dos Ciprestes, 133, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC; Para Secretária: JAQUELINE-ALDEMIRA OLIVEIRA, brasileira, casada, comerciante, CPF n° 050.852.619-17, CI n° 484,707-2, SSP/SC, residente à Rua: Das Aroeiras, 222, Praia de Palmas, Governador Celso

Gorene du Silven.

SERVIS PUBLICO FEDERAL KIO DAS COMINICAÇÕES RIMINIST BUILD FOR COM O ORIGINAL EMOY!

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS CATARINA _do Profocolo A <u>_C</u>

麗鯛ATALIA DA SILVJU4 ra do Registro Civil Occumentos, Pessoas Jundios le Outros Papéis AŠK3545088 30 000 - Diguaçu - SC

CONFIGEROUS CENT

ass Coa

O Oficial Registrado no MASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO - ARCOAR

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC

Ramos - SC; Para Tesoureiro: TAURINO JOSÉ ESTANISLAU FILHO, brasileiro, solteiro, comerciário, CPF nº 062..958.699-68, Cl nº 5.002.962-2, SSP/SC, residente à Rua: Manoel José Pereira, 343, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos - SC e; Para Relações Públicas: SERGIO LUIZ GARCIA, brasileiro, casado, representante comercial, CPF n° 291.260.109-68, CI nº 651.727-7, SSP/SC, residente à Rua: Das Azaléias, 62, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC. O Conselho Fiscal ficou assim constituído: Titulares: ADILIO FRANCISCO ALVES, brasileiro, solteiro, pintor, CPF n° 710.813.729-15, CI n° 2.673.979, SSP/SC, residente à Rua: Rosendo Joaquim Sagás, 874, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC; VALDIR DE PAULA PEREIRA, brasileiro, casado, zelador, CPF nº 574.022.300-82, Cl nº 2.654.185, SSP/SC, residente à Rua: Ipê Roxo, 40, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos SC e JOÃO OTÁVIO DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, eletricitário, CPF nº 442.903.819-87, Cl nº 1/R- 920.249 SSI/SC, residente à Rua Dos Pampas, 46, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos, SC. Suplentes: VILMAR VALDEMAR SAGÁS, brasileiro, casado, comerciante, CPF n° 593.958.699-68, CI n° 181.765-2, SSP/SC, residente à Rua: Rosendo J. Sagas, 1301, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC; TAURINO JOSÉ ESTANISLAU, brasileiro, casado, pescador artesanal, CI nº 3,521,795, SSP/SC, CPF n° 907.635.809-53, residentes a rous. Management apresentadora, CPF n° 905.104.539-53,

Ramos, SC e VERA VERGINIA VIEIRA, brasileira, solteira, apresentadora, CPF n° 905.104.539-53,

Compare Madeiros Travessa, 19, casal 19 c CPF nº 907.635.809-53, residentes à Rua: Manoel José Pereira, 343, Palmas, Governador Celso Cl n° 3.944.589-5, SSP/SC, residente à Rua: Sebastiana Sagas Medeiros, Travessa, 19, casa/193ERIO DAS COMINICAÇÕES Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC. Ato contínuo, o senhor Presidente da Assembleia RE COM O ORIGINA deu posse à nova Diretoria e ao Conselho Fiscal e fez o seu discurso de agradecimento pela colaboração de todos, durante a sua gestão. A nova Presidente, advogada Sara Rúbia da Silveira, tomou a palavra para agradecer a confiança depositada pelos associados e convocou a todos para que se juntem à Diretoria com o objetivo de ajudar a preparar a documentação necessária a ser enviada ao Ministério das Comunicações, pois o processo de concessão do serviço de radiodifusão comunitária se encontra na fazer de habilitação. Decidiu-se ainda que a representante da Arcoar junto a Receita Federal, será a nova Presidente. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a Assembléia Geral. Eu, Jaqueline Aldemira Oliveira, lavrei a presente ata que após lida e discutida, foi aprovada e segue assinada.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFICE

ARCOAR

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO. Governador Celso Ramos - SC

FUNDADA EM 09 DE ABRIL DE 2005

ESTATUTOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, Ot

2005ABRIL
09

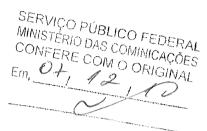
MARIA TÁLIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO

ARCOAR

ESTATUTO

CAPÍTULO I



DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E FORO.

Art.1° - A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - ARCOAR é uma entidade civil, sem fins econômicos (lucrativos), fundada em 09 de abril de 2005, com sede e foro na cidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, localizada à Rua do Ipê Roxo nº 40, Praia de Palmas, representando neste ato o esforço conjunto de membros da comunidade, aqui voluntariamente reunidos, para promover o ideal democrático e o bem comum.

§ 1º - A área de abrangência e atuação da ARCOAR limitar-se-á ao território do município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

§ 2° - A ARCOAR reger-se-á por este Estatuto, respeitadas as leis que disciplinam a matéria, especialmente o que dispõe o Código Civil Brasileiro em seus artigos 53 a 61 e terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

OBJETIVO, FINALIDADE, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS.

Art.2º - A ARCOAR tem por objetivo reunir pessoas e entidades comprometidas com a população de todos os bairros de Governador Celso Ramos, visando promover a difusão de hábitos sócio-comunitários e os sentimentos de sua identidade histórica e cultural, contribuindo, assim para a integração, o desenvolvimento e o convívio comunitário e especialmente:

a) contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pelo direito a informação e pela institucionalização do direito de comunicar;

b) oportunizar à difusão das idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais, propagando a boa música, além do intercâmbio entre as comunidades envolvidas;

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PO 1000/2 Service

CONFED DO 1000/2 SANAL

Date 20 00 00

CONFED DO 5000/2 Servidor

MARIA NATALIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguacu - SC



- c) coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação local, regional e nacional, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados à comunidade que representa;
- d) promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- e) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviço de defesa civil, sempre que necessário;
- f) prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins econômicos;
- g) organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;
- h) promover continuamente o debate, objetivando o avanço dos projetos sociais e comunitários;

Parágrafo Único - Especificamente, a ARCOAR terá por objetivo a implantação e gerenciamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Governador Celso Ramos, previsto pela Lei Federal nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 3° - Poderá agregar-se às atividades da ARCOAR qualquer pessoa, independentemente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, respeitado o que dispõe o presente Estatuto, publico federal.

Art. 4° - São direitos dos associados:

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em. 071 12 1 10

a) ter voz e voto nas Assembléias da entidade;

- b) ter acesso a qualquer documento oficial da ARCOAR, inclusive ao cadastro de funcionários e associados, mediante solicitação por escrito, exceto as informações de caráter pessoais;
- c) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, diretamente ou por meio de convênios.

Art. 5° - Poderão associar-se a ARCOAR, no caso de pessoa física, aquele que possuir residência fixa no Município ou, no caso de pessoa jurídica, a que tiver domicílio em Governador Celso Ramos.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Protocolo Comi
Protocolo Geral
CONFERE COLL O LANGINAL
Data: $\Delta \theta / V = 0$
11/29 (1)
-/10/0010 5 7003
Servidor

MARIA NATALIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

- § 1º -Somente serão aceitas como associadas às entidades civis sem fins econômicos ou pessoas físicas de notório envolvimento com causas de interesse comunitário.
- § 2° O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias, sem justificativa, ou não se fizer presente nas Assembléias Gerais Extraordinárias, ocorridas neste período, será convocado pela Diretoria para justificar sua ausência, cabendo à Diretoria, por maioria absoluta, decidir quanto a continuidade ou não dos faltosos no seu quadro social.
- § 3º O associado que deixar de pagar sua contribuição por 03 (três) meses consecutivos será afastado do quadro social, cessando o afastamento após o recolhimento dos débitos.

Art. 6° - São deveres dos associados:

- a) participar das reuniões e Assembléias da entidade;
- b) pagar em dia as mensalidades estipuladas pela Diretoria;
- c) apresentar conduta adequada, dentro de padrões de comportamento social e profissional compatíveis com sua condição associativa.

CAPITULO III

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 7º - São órgãos da ARCOAR:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário;
- d) Conselho Fiscal.

Art. 8° - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão da entidade, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria, prestação de contas do exercício anterior, aprovação do plano anual, homologação da composição do Conselho Comunitário e discussão de assuntos gerais da entidade e/ou das comunidades envolvidas.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Presonte Geral

CONFESS. DE DE DINAL

Data: 21 02 108

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Presonte Geral

Servidor

MARIA NATALIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

- § 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Comunitário ou, no mínimo, por 1/5(um quinto) dos associado em dia com suas obrigações estatutárias, através de abaixo-assinado, sendo que a convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de Edital de Convocação afixado na sede da entidade e no estúdio da Rádio Comunitária, com a divulgação de pelo menos 04(quatro) chamadas diárias durante a programação da emissora, podendo ainda ser publicado em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, local, horário e pauta da reunião.
- § 2º A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com a maioria absoluta dos seus associados e, em segunda convocação, 30(trinta) minutos após, com a presença de pelo menos 1/3(um terço) dos seus associados.
- § 3° Tratando-se de Assembléia Geral para alteração do Estatuto ou para destituição de seus Administradores, necessitará do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes, observado o quorum mínimo previsto no parágrafo anterior.
- § 4º A representação das entidades associadas da ARCOAR dar-se-á pela inscrição de 01(um) representante dentre seus associados, devidamente ratificado formalmente pela diretoria da respectiva entidade.
- Art. 9° A Diretoria reunir-se-á mensalmente, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente, pelo Conselho Comunitário, pelo Conselho Fiscal ou ainda, pela maioria dos seus membros.
- Art.10 A Diretoria será eleita juntamente com o Conselho Fiscal para mandato de 03(três) anos, por meio da Assembléia Geral Ordinária convocada para este fim, por votação aberta e nominal entre as chapas regularmente inscritas.

§ 1° - Será considerada eleita à chapa que obtiver a maioria dos votos válidos e tomará posse imediatamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PROFINAL

Data: 100 / 00

Servidor

MARIA NATAMA DA SILVA
Registradora do Registro Civil
Títulos, Documentos, Pessoas
Jurídicas e Outros Papéiserviço PÚBLICO FEDERAL
JURÍDICAS COMINICAÇÕES
CEP 88160-000 - Biguaçu - SCMINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. Oti 131

§ 3° - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15(quinze) dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral, mediante apresentação de pedido de inscrição por escrito, dirigido à Comissão Eleitoral, constituída pela Diretoria.

§ 4º - Somente poderão votar e ser votados os associados que tenham pelo menos 06(seis) meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias, excetuando-se a Assembléia Geral de fundação desta entidade.

Art.11 – A Diretoria será composta de 05(cinco) membrosia saber: MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

1- Presidente:

2- Vice-Presidente;

3- Secretário:

4- Tesoureiro;

5- Relações Públicas

§ 1º - Ocorrendo vacância no cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá imediatamente.

§ 2º - Os demais cargos que compõem a Diretoria deverão estar sempre preenchidos.

§ 3° - No transcurso do mandato, ocorrendo à vacância simultânea de 03(três) ou mais cargos da Diretoria, deverá ser convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para eleição de uma nova Diretoria para complementar o mandato, preservando-se os cargos não vagos.

§ 4º - A vacância será caracterizada pela ausência do Diretor a 02(duas) reuniões ordinárias consecutivas ou 03(três) alternadas, sem justificativa aceita por seus pares, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

Art. 12. - A Diretoria poderá ser substituída, no todo ou em parte, pela Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim, na

MINISTÉRIO DAS COMPUTA AJ ÕES

MARIA NATALIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

800 C

forma do artigo 8°, § 1°, nos casos de incúria ou falta grave que venha a comprometer os objetivos da associação previstos neste estatuto.

- Art 13 O Conselho Fiscal deverá ser eleito na mesma Assembléia e o mandato terá a mesma duração da Diretoria.
- Art. 14 O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente para analisar e aprovar ou não os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionem com as finanças da entidade.
- § 1º Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros, logo após o encerramento dos trabalhos.
- § 2º Os membros suplentes poderão, obedecendo a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião os membros efetivos faltosos.
- Art. 15 O Conselho Comunitário será constituído por, no mínimo, 05(cinco) representantes da comunidade, indicados pela Diretoria e homologados pela Assembléia Geral, para mandato de 01(um) ano, cabendo aos seus membros definir sua organização interna.
- Art.16 O Conselho Comunitário reunir-se-á uma vez ao ano ou a qualquer tempo, por convocação da maioria dos seus membros, com a finalidade de:
 - a) analisar a dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;
 - b) discutir e aprovar a programação da emissora.

CAPITULO IV

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

Art. 18 – Caberá à Diretoria, coletivamente:

MARIA NATÁLIA DA LVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC



- a) traçar estratégias e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembléia Geral;
- b) convocar as Assembléias Gerais;
- c) indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso de impedimento do Presidente ou nos casos que julgar conveniente;
- d) elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
- e) prestar contas semestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à Assembléia Geral Ordinária;
- f) autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como definir salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- g) autorizar a aquisição de equipamentos;
- h) celebrar contratos ou convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;
- i) aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.

Art. 19 – Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) representar a ARCOAR externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) assumir os compromissos concernentes ao desempenho de d

Art. 20 – Caberá ao Presidente:

- a) coordenar as Reuniões de Diretoria e Assembléias Gerais;
- b) representar a ARCOAR oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) responder em juízo pela entidade;
- d) assinar, juntamente com o Secretário, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

e) assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

FIRMUNDO COMUNICAÇÕES

CONFESS COMUNICAÇÕES

CONFESS COMUNICAÇÕES

CONFESS COMUNICAÇÕES

CONFESS COMUNICAÇÕES

Servidor

MARIA NATÁLIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

Art. 21- Caberá ao Vice-Presidente:

- a) participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) acumular as funções de outros Diretores, em caso de impedimentos temporários destes, sem acumular o seu direito de voto.

Art. 22 – Caberá ao Secretário:

- a) secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da Assembléia Geral, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) preparar editais, convocações, circulares, correspondências em geral, assinando-os juntamente com o Presidente;
- c) manter o cadastro dos associados atualizado;
- d) manter em seu controle a documentação legalmente necessária da entidade e de seus funcionários.

Art. 23- Caberá ao Tesoureiro:

- a) manter sob seu controle toda a movimentação financeira da ARCOAR;
- b) supervisionar e ter em seu controle a escrituração contábil da entidade;
- c) apresentar os balancetes à Diretoria;
- d) assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.
- Art. 24 O quorum mínimo para deliberações nas reuniões da Diretoria é de 03(três) membros, sendo que em caso de empate nos processos de votação, o assunto deverá ser remetido à próxima reunião ordinária ou–extraordinária, quando tentar-se-á a solução do impasse.

Art. 25 – O exercício do mandato da Diretoria será considerado de relevância comunitária e não poderá ser remunerado.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL SERVICO PÚBLICO PÚBLICO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CAPITULO V

RECEITAS E DESPESAS

MARIA NATÁLIA DA SITUA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papeis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC



Art. 26 – As receitas da ARCOAR advirão de:

- a) contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa, constando valor, data e identificação do doador:
- b) contribuição mensal dos seus associados;
- c) verbas provenientes de subsídios oficiais;
- d) patrocínios em forma de apoio cultural do comércio local;
- e) campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim.
- § 1º Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da entidade.
- § 2º Todas as doações serão analisadas pela Diretoria, que poderá aceita-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.
- § 3º Será garantido aos doadores que assim o desejarem, o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou por força de decisão judicial.

Art. 27 – As despesas da ARCOAR poderão ser:

- a) despesas operacionais, tais como: aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CDs e outros;
- b) pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos e instalações, a título de remuneração;
- c) domissão para agenciadores de patrocínios junto ao comércio local, em _porcentagem definida pela Diretoria;

d) patrocínios a projetos ou atividades com fins comunitários. 心 PÚBLICO FEDER

CAPITULO VI

PROGRAMAÇÃO MÍNIMA

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Art. 28 – Minimamente, a programação da Rádio Comunitária contemplará:

a) espaço garantido aos segmentos organizados da sociedade para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, observada apenas a adequação de horário na programação;

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

MARIA NATÁLIA DA SILVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC



- b) reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas da comunidade atendida, dentro especificações técnicas definidas pela Diretoria, sendo que o referido espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) vedação ao uso de qualquer espaço para fins político partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela ARCOAR a todos, além do horário político obrigatório, na forma da lei:
- d) proibição de uso de qualquer espaço com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão, sendo que a solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

CAPÍTULO VII

DISSOLUÇÃO

- Art. 29. A dissolução da ARCOAR ocorrerá apenas por decisão da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, na forma prevista neste estatuto.
- § 1º Constará como ponto de pauta obrigatório da Assembléia Geral convocada para a dissolução da entidade, a prestação de contas, analisada previamente pelo Conselho Fiscal.
- § 2º O patrimônio da ARCOAR deverá ser doado a outras entidades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins econômicos, entidades essas a serem definidas pela Assembléia Geral.
- § 3º Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no § 2º deste artigo. CONFERE COM O ORIGINAL

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30 – Caberá à Assembléia Geral de Fundação eleger a primeira Diretoria, com mandato de 03(três) anos, cabendo a esta Diretoria;

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

MARIA NATÁLIA DA SHIVA Registradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu -



- a) Registrar o presente Estatuto no cartório competente, na forma da lei;
- b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros 03(três) anos de existência da ARCOAR;
- c) Organizar o cadastro dos associados;
- d) Montar a emissora de radiodifusão comunitária;
- e) Associar a Rádio à entidade estadual ou distrital de Radiodifusão Comunitária.

Governador Celso Ramos - SC, 09 de abril de 2005.

Valdir de Paula Pereira Presidente

> osé Braz da Silverra ADVOGADO OAB/SC Nº 13 756

ALIA DA SILVA do Registro Civil nervis, Pessoas outros Papéis CEP - Biguaçu - SC ASX905 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

E DAS CESSOAS JURÍDICAS

SANTA CATARINA

Nº 37 7 28 233 de Protocolo A-O 7

Apresectado o 1920 de abrul de 2005

O Oficial 1920 de abrul de 2005

Registrado po 1920 de abrulanda, de ecordo com

o art. 66 de 1/2 10 128 de 177 1865.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, 071 12 110

Em, 071 17 17

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Professor Geral

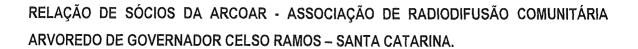
COM EMERICAMO DRIGINAL

Data: 21 02 168

Servidor

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.



SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, domiciliada à rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos – SC;

JOSÉ VITORINO MIRANDA, brasileiro, separado judicialmente, aposentado, CPF n° 298.321.369-20, Cl nº 706.477-2, SSP/SC, residente à Rua: Dos Ciprestes, 133, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC;

JAQUELINE ALDEMIRA OLIVEIRA, brasileira, casada, comerciante, CPF n° 050.852.619-17 CI nº 484.707-2, SSP/SC, residente à Rua: Das Aroeiras, 222, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC;

TAURINO JOSÉ ESTANISLAU FILHO, brasileiro, solteiro, comerciário, CPF n° 062.958.699-68, Cl n° 5.002.962-2, SSP/SC, residente à Rua: Manoel José Pereira, 343, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos – SC;

SERGIO LUIZ GARCIA, brasileiro, casado, representante comercial, CPF n° 291.260.109-68, CI nº 651.727-7, SSP/SC, residente à Rua: Das Azaléias, 62, Praia de Palmas, Gov. Celso Ramos - SC; ADILIO FRANCISCO ALVES, brasileiro, solteiro, pintor, CPF n° 710.813.729-15, CI n° 2.673.979, SSP/SC, residente à Rua: Rosendo Joaquim Sagas, 874, Vila de Palmas, Gov. Celso Ramos, SC; VALDIR DE PAULA PEREIRA, brasileiro, casado, zelador, CPF n° 574.022.300-82, CI n° 2.654.185, SSP/SC, residente à Rua: Ipê Roxo, 40, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos SC; JOÃO OTÁVIO DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, eletricitário, CPF n° 442.903.819-87, CI n° 1/R- 920.249 SSI/SC, residente à Rua Dos Pampas, 46, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos, SC;

VILMAR VALDEMAR SAGÁS, brasileiro, casado, comerciante, CPF n° 593.958.699-68, CI n° 181.765-2, SSP/SC, residente à Rua: Rosendo J. Sagas, 1301, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC;

TAURINO JOSÉ ESTANISLAU, brasileiro, casado, pescador artesanal, Cl n° 3.521.795, SSP/SC, CPF n° 907.635.809-53, residentes à Rua: Manoel José Pereira, 343, Palmas, Governador Celso Ramos, SC;

MINISTÉRIO D Prote	AS COMUNICAÇÕES
COMME	The State of the State
Data:	/
	Servidor

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

VERA VERGINIA VIEIRA, brasileira, solteira, apresentadora, CPF n° 905.104.539-53, CI n° 3.944.589-5, SSP/SC, residente à Rua: Sebastiana Sagas Medeiros, Travessa, 19, casa, 03, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC;

ODILON JOSÉ WAGNER, brasileira, casado, aposentado, CPF n° 312.164.209-04, CI n° 266.459-3, residente na Rua das Azaléias, 83, Jardim das Gaivotas I, Governador Celso Ramos – SC;

CELSO DE PAULA PEREIRA, brasileiro, solteiro, zelador, CPF n° 770.632.010-34, CI n° 8068373649, residente da Rua: Ipê Roxo, 999, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC; MIRIAN SILVÉRIO, brasileira, casada, aposentada, CPF n° 646.519.249-72, CI n° 796.059-0, residente da Rua das Azaléias, 83, Governador Celso Ramos – SC:

MANOEL GERINO DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, comerciante, CPF n° 029.772.309-04, CI n° 127.711-1, residente na Rua: Luiz Alexandrino da Silva, 45, Governador Celso Ramos – SC; ARNOLDO SARTORI, brasileiro, divorciado, servidor público federal, CPF n° 388.603.099-72, CI n° 1/R-894.684, residente na Rua: Sebastiana Sagas Medeiros, 19, Governador Celso Ramos – SC; ANTONIEL MACHADO MARQUES, brasileiro, solteiro, eletricista, CPF n° 018.314.069-93, CI n° 3.093.759, residente na Travessa Joaquim Sagas, 1660, Vila de Palmas, Gov. Celso Ramos – SC; LUCIANO N. FAGUNDES, brasileiro, casado, comerciante, CPF n° 693.226.359-91, CI n° 230.758-9 SSP/SC residente à Rua dos Badejos,120, Loteamento Imepal, Gov. Celso Ramos – SC;

ADILIO FRANCISCO ALVES, brasileiro, solteiro, pintor, CPF n° 710.813.729-15, Cl n° 2.673.979/SC, residente à Rua: Rosendo Joaquim Sagas, 874, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC;

VALMIR VALDEMAR SAGAS, brasileiro, casado, zelador, CPF n° 415.206.709-82, CI n° 1.052562, SSP/SC, residente à Rua: Das Garoupas, 806, Loteamento Imepal, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos,SC;

AMOPALMAS – Associação de Moradores de Palmas - Loteamento Imepal, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ n° 83.159.939/001-20, residente à Rua Dos Pompas, 15, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC;

JOSÉ ARLINDO BALDANÇA, brasileiro, casado, comerciante, CPF n° 378.183.849-87, Cl n° 4/R 180.212-5, SSP/SC, residente à Avenida Ganchos do Meio, S/N, Gov. Celso Ramos - SC;

JOSÉ BALDANÇA JÚNIOR, brasileiro, casado, comerciante, CPF n° 037.580.619-97, CI n° 4.007.385 SSP/SC, residente à Rua Das Palmeiras, 27, Praia de Palmas, Gov. Celso Ramos - SC;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07/12/10

m, <u>011</u> 12

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

ROQUE DA SILVEIRA, brasileiro, casado, barbeiro, CPF n° 145.497.199-15, CI n° 1/R552.833 SSI/SC, residente à Rua das Alamandas, 260, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC; JURCELINO VALDEVINO BITENCOURT, brasileiro, solteiro, comerciário, CPF n° 079.748.139-70, CI n° 5.643.442 SSD/SC, Rua: Manoel Francisco Bento, 76, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos - SC;

CLEIVE TAURINO ESTANISLAU, brasileiro, casado, pescador, CPF n° 049.209.829-84, Cl n° 446993-8, residente à Rua: Manoel José Pereira, 343, Palmas, Governador Celso Ramos, SC;

IRINETE ROSA ESTANISLAU, brasileira, casado, do lar, Certidão de Casamento, n° 220, livro 2B, fls. 23, do Cartório de Registro Cível de Porto Belo, SC, residente à Rua: Manoel José Pereira, 343, Palmas, Governador Celso Ramos, SC;

ENI BERNADETE DE MOURA, brasileira, separada judicialmente, comerciaria, CPF n° 382.503.229-91, CI n° 1.044.500-5 SSP/SC, residente à Servidão João Alves de Campos, 107, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos - SC;

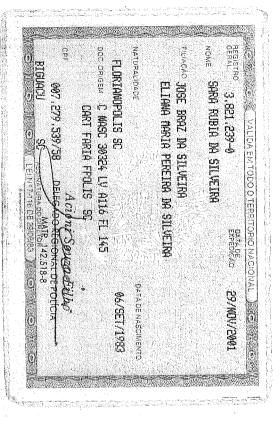
HELIO MONTEIRO, brasileiro, casado, vigilante, CPF n° 008.808.869-35, Cl n° 4762109, SSP/SC, residente à Rua das Alamandas, 160, Praia de Palmas, Gov. Celso Ramos – SC;

SUZY CONCEIÇÃO MARQUES GARCIA, brasileira, casada, do lar, CPF n° 344.134.999-71, CI n° 836544 SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, 62, Praia de Palmas, Gov. Celso Ramos – SC;

MARIA NATÁLIA FERNANDES, brasileira, casada, telefonista, CPF n° 040.773.029-00, CI n° 3573596 – SSP/SC, residente à Rua Hipólita Rita de Jesus, 43, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos - SC;

ROZANE BERNADETE DA SILVA, brasileira, casada, digitadora, RG: 3630.713, CPF n° 023602219-90, residente à Rua Deodora Simas Custódia, 48, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos – SC;

ELOI LEONEL RAMOS, brasileiro, casado, militar da reserva, CPF n° 037.365.127-91, CI n° 200.257 MM/RJ, residente à Rua; Dos Pampas, 25, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos, SC.



POLICAR DISETTO



O VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL DO VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL REGISTRO GERAL DATA DE EXPEDIÇÃO 706,477-2 05/DEZ/2001 JOSE VITORINO MIRANDA FILFAÇÃO VITORINO LUIZ MIRANDA MARIA CALISTA MIRANDA NATURALIDADE BIGUACU SC 25/NOV/1956 DOC ORIGEM C CAS 459 LV B-3 FL 47 CART DIAS - IMARUI SC

298.321.369/20

Buiz Carlos Konesc.

FI DRIANDPOLIS SC ASSINATURA DO DIRETOR II - SSP - SC

	REPÚBLICA FEI CONSELHO NAC CARTEIRA NACI	CICKIAI IIE IEA	ITAÇÃO	
LIDA EM TODOO TERRITÓRIO NACIONAL	664296252	JAQUELINE ALDE OLIVEIRA DOC. IDENT. 4847072 SC	CATHAB AB VALIDADE 2/03/2009	
*************************************	ACACILDO AILTON OLI ALDRMIRA SOBLI DE M	VEIRA ORAES OLIVEIRA	HABILITAÇÃO /05/2004	
PROIBIDO PLASTIFICAR	Jaqueline A. Ol	ivlira		
΄, Ω		//	_	

PALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONA

PALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONA

PARIDE SOLUTION DI SE ESTANISLAU FILHO

INDME

FILIACAO TAIRINO JUSE ESTANISLAU

IRINETE RUSA ESTANISLAU

INATURALIDADE

GOVERNADUR CELSO RANOS SE

GOVERNADUR CELSO RANOS SE

GOVERNADUR CELSO RANOS SE

CART GARCIA GON C RANOS SE

CART GARCIA GON C RANOS SE

DELLO REGIONAL DE POLICIA

MATR. 142.518-8

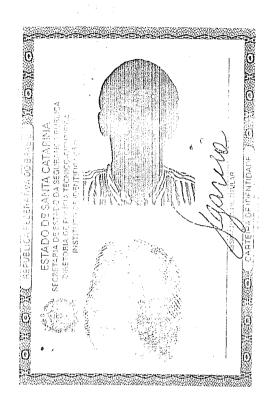
DELLO REGIONAL DE POLICIA

LEINº7.116 DE 29108/83

My resu Etenister Ma

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 071.12,10



VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL DE CASA ESTA DE LA 1758.			DATA DE MASCIMENTO	6. FL 113	15. El Francis Jarolt Colonalor Parional Adianto	記念	EN97116 DE 29(08/83 上京大学) 116 DE 29(08/83 LR TRANSPERS) 116 D
 NEGISTRO LT. 727-7	NOME SERGIO LUIZ GARDIA	FILLAÇÃO RENE HIMBERTO GARCIA ASTA HELENA GARCIA	NATURALIDADE	MINVILLE SC BOC ORIGEM LV CASA LV	CART FLORINAGE	291,250,109/69	TEN
SHEET STATES			加州到	想到陰即	UNITED SERVICE	THE REAL	DBH/S

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos – SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, que o endereço completo da Entidade Proponente continua sendo o seguinte: Rua do Ipê Roxo, 40, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos, SC, CEP. 88.190.000. Por oportuno, devemos informar que a sede da ARCOAR deverá ser mudada assim que a Entidade encontrar um local mais adequado, situação que será informada ao Ministério das Comunicações, imediatamente. Para que surta os seus efeitos legais firmo a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 14 de fevereiro de 2008.

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

SERVIÇO PÚBLI**CO FE**DERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORI**GIN**AL

Em. O + 1 A 2 1/

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos — SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar n° 01/2004, em seu subitem 7.1, alínea "h", que todos s dirigentes da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo — ARCOAR, residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana de Governador Celso Ramos, SC, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, Ot, 12, 90

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, residente à rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos – SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar n° 01/2004, do Ministério das Comunicações, em seu subitem 7.1, alínea "i", que me comprometo ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para a execução do referido serviço, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CONFERE COM O OF

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, JOSÉ VITORINO MIRANDA, brasileiro, separado judicialmente, aposentado, CPF n° 298.321.369-20, CI nº 706.477-2, SSP/SC, residente à Rua: Dos Ciprestes, 133, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC, na condição de Vice-Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar nº 01/2004, do Ministério das Comunicações, em seu subitem 7.1, alínea "i", que me comprometo ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para a execução do referido serviço, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

JOSÉ VITORINO MIRANDA

Vice-Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FE**DE**RAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 04 12 110

39

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, JAQUELINE ALDEMIRA OLIVEIRA, brasileira, casada, comerciante, CPF n° 050.852.619-17, CI n° 484.707-2, SSP/SC, residente à Rua: Das Aroeiras, 222, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC, na condição de Secretária da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar n° 01/2004, do Ministério das Comunicações, em seu subitem 7.1, alínea "i", que me comprometo ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para a execução do referido serviço, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

JAQUELINE ALDEMIRA OLIVEIRA

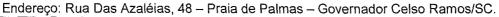
Secretária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07, 12,10



Fundada em 09 de abril de 2005





DECLARAÇÃO

Eu, TAURINO JOSÉ ESTANISLAU FILHO, brasileiro, solteiro, comerciário, CPF nº 062..958.699-68, CI nº 5.002.962-2, SSP/SC, residente à Rua: Manoel José Pereira, 343, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos – SC, na condíção de Tesoureiro da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar nº 01/2004, do Ministério das Comunicações, em seu subitem 7.1, alínea "i", que me comprometo ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para a execução do referido serviço, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

TAURINO JOSÉ ESTANISLAU FILHO

Tesoureiro

SÉRVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 071 12110

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.



DECLARAÇÃO

Eu, SERGIO LUIZ GARCIA, brasileiro, casado, representante comercial, CPF n° 291.260.109-68, CI n° 651.727-7, SSP/SC, residente à Rua: Das Azaléias, 62, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC, na condição de Relações Públicas da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar n° 01/2004, do Ministério das Comunicações, em seu subitem 7.1, alínea "i", que me comprometo ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para a execução do referido serviço, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

Relações Públicas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos – SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar n° 01/2004, em seu subitem 7.1, alínea "j", que a Entidade Proponente, bem como nenhum integrante do quadro diretivo ou de associados da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo – ARCOAR, participam de outra entidade detentora de outorga dos serviços especificados na referida alínea, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008....

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CONFERE COM O ORIGINAL



Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos — SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, que a denominação de fantasia da Rádio Comunitária em questão, será RÁDIO ARVOREDO FM, em referência a Ilha do Arvoredo, um santuário de preservação ecológica de inestimável valor que está localizado defronte a Cidade e a Praia de Palmas, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07,12



Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF nº 007.279.539-58, CI nº 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, nº 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos — SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante, possibilita o atendimento do que dispõe o subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 14 de fevereiro de 2008.

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 0+1 12 11



Fundada em 09 de abril de 2005 Endereço: Rua Das Azaléias, 48 – Praia de Palmas – Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos – SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, que as Coordenadas Geográficas do local onde se pretende instalar o sistema irradiante da emissora é o seguinte: (27) (18) (53) S de latitude e (48) (33) (33) W, de longitude, conforme já foi indicado no requerimento inicial e estabelece a legislação pertinente. E, para que surta os seus efeitos legais firmo a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 14 de fevereiro de 2008.

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF n° 007.279.539-58, CI n° 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos — SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Governador Celso Ramos - SC, declaro para os devidos fins e efeitos, que a Entidade Proponente apresentará o Projeto Técnico, de acordo com a Norma Complementar n° 01/2004, assim como observará os indicados no requerimento inicial, caso lhe seja outorgada a autorização para a execução do serviço firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 14 de fevereiro de 2008.

SARA RÚBIA DA SILVEIRA

Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07, 12

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

MINISTÉRIO DA FAZENDA	Código de Recolhimento	18822-0
10	Número de Referência	
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Competência	
Guia de Recolhimento da União - GRU	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVORE	CNPJ ou CPF do Contribuinte	07.375.860/0001-59
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
leatura a Arisforma a circulation and a circulat	(=) Valor do Principal	20,00
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de	(-) Desconto/Abatimento	
dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES	(+) Juros / Encargos	
Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.	(+) Outros Acréscimos	
[STN339F05B31674618F8F9130FCC08AF10D]	(=) Valor Total	20.00

85830000000-9 20000254188-5 22049182073-6 75860000159-4



12:50:07 BRASIL - BANCO DO 22/02/2008 164410462 .

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS CON COD. BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLUTM. UNIAD 20000254188-1 858300000000-9

Codigo de Barras 22047182073-6

75860000159-22/02/260 20,0

0192

Data do pagamento Valor Total

NR. AUTENTICAÇÃO

B.EC1.4A8.479.F96.A8



Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

JOAO OTAUIO DA SILVA FILITO
CDF: 442.903.819-87.

Puna dos Pompres, 46, Polmos
Governador Celho Romas - SC



Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

ELOI LEONOCAMOS CPEX 037 365 127.91 CI: 200257 MM/RJ

Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - ARCOAR. para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

VALMAR VALDEMAR SAGAS

C.T. 0001052562.

CPF: 415, 206-709-82

RUA: DAS GAROUPAS, 806 -PRAIA DE PALMAS - G. C. HOMMIT-SC

MANIFESTAÇÃO DE APOIO

Pelo presente instrumento, JODACY LAURESTO PEIXOTO, brasileiro, casado, pescador, CPF 729.652.748-04, CI 1/R 415.122, SSP/SC, residente à Rua: Adolfo Alves, 336, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos – SC, na condição de pessoa física, manifesta total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 13 de fevereiro de 2008.

Jadacy Lourest Pich

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CONFERE COM O ORIGINAL

der C Fis. 53 WHOMES

MANIFESTAÇÃO DE APOIO

Pelo presente instrumento, SÔNIA REGINA PEIXOTO, brasileira, casada, do lar, Cl 1.466.987-0, SSP/SC, residente à Rua: Adolfo Alves, 336, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos — SC, na condição de pessoa física, manifesta total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos — ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firma a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 13 de fevereiro de 2008.

Soneci R Simolo SÔNIA REGINA PEIXOTO

> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07-1-12 110

Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

Maria Motalia Fernandes
OPF: 040.773.099-00 CI: 357359-6537&

RUA! Hipplita Dita de ferus, 43, Boirro Conto

dos Jouches, Bov. Celso Memos -SC

Eu, JOSÉ VITORINO MIRANDA, brasileiro, separado judicialmente, aposentado, CPF n° 298.321.369-20, CI nº 706.477-2, SSP/SC, residente à Rua: Dos Ciprestes, 133, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos – SC pelo presente instrumento, manifesto total e irrestrito apoio a Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que venha a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município. E, para que produza efeitos jurídicos e legais firma a presente manifestação.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

JOSÉ VITORINO MIRANDA

\$ 56 \$ \times \t

MANIFESTAÇÃO DE APOIO

Eu, TAURINO JOSÉ ESTANISLAU FILHO, brasileiro, solteiro, comerciário, CPF n° 062.958.699-68 CI n° 5.002.962-2, SSP/SC, residente à Rua: Manoel José Pereira, 343, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos – SC, pelo presente instrumento, manifesto total e irrestrito apoio a Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que venha a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município. E, para que produza efeitos jurídicos e legais firma a presente manifestação.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EMI, OT JOS MO

TAURINO JOSÉ ESTANISLAU FILHO

Curino you Estoniolou Filher

Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

AGUSTINE ALDEMIAN OLIVEIAN CPP: 050.852.619-17 SEF MIN 21: 484707-2-88P/SC



Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica. conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

sto Carlindo Boldonça, hailino, carnoto Quarciarto, residento à AU Govelior do Meio, SIN Forme (48) 3262 0139 SE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

39 Y 30

MANIFESTAÇÃO DE APOIO

Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

Bu. Bon BRANI BESEN

CPF 288, 457, 819-68

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CONFERE COM O



Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

Touris Juri Estavish

COPF! 907.635.809-53, CT NO 3.591.785, SSNS.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICACÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07, 12,10



Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

TRINGTE ROSA SSTANISLAU, lucidia,

Courde, appointede, rendent à rue mondif

Jose Perus, 343, Vila de Dobres Germando,

Colro Marios - SC, Cortalio de Dobres Relo-SC

MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

EMPT 1 12 1 10



Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos — ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

ENI BERNADETE DE MONAA, lividaira,
Separados ficialistes, danistia, vincolor
de Seavidais Joses Olans do Compos, 107.

a seavidais Joses Olans do Compos, 107.

Gandos do Musio - Garendos Olan Musio SC

CPF: 382.503.209-91, CT 1.044.500-5 552/9C

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM, DT. 12, 40



Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

phylips VALPIR DE PRULA PERBIAN, houleire, colodo, zelador, rendento a rum! I pel Moseo, 40, Draise de Almos, Governador Celap Romes, SC, CPF: 574.092.300, -82, CELA: D. 654.185, SSP/SC SERVICE MINISTER

MANIFESTAÇÃO DE APOIO

Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008.

AMOPALMAS - Conscious de tronscolors de Polmos - Lotesanto Truepol, true: Des Pompos, 15, CNPd. 83. 159. 939/00

CEP: 88 130-000

65 0, 4,5

MANIFESTAÇÃO DE APOIO

Pelo presente instrumento, na condição de pessoa física ou jurídica, conforme qualificação abaixo, manifestamos total e irrestrito apoio à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos – ARCOAR, para que obtenha a concessão do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina. E, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, firmamos a presente manifestação de apoio.

Governador Celso Ramos - SC, 07 de fevereiro de 2008

Jant Hierble

AUAT RAINER KIECHLE, bioribio, corob
Copocutado, CDF Nº 008. 166. 470-20, toulein
no condiração do Presidento do Carrociocogo
chos Anoricolores do botamento forchirs
des Garrolios I eII, Prese de Polines
CN PH Nº 85. 980. 709/0001-40.
CEP: 88 190-000





Lista de Resultados - Processos

UF	Localidade	Aviso	No. Processo	Entidade / Representante 07.375.860/0001-59 - ASSOCIAÇÃO DE	S
SC	Governador Celso Ramos	25	53000.037401/05	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARNOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	EM AI INICI
				- Representante Legal	
	Account company of the first transfer of the		A COLUMN TO THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE	03.080.849/0001-00 - ASSOCIAÇÃO	
				COMUNITARIA DE RADIO E TV	CONC
SC	Governador Celso	25	53740.002131/99	EDUCATIVA PALMAS FM	ARQU
	Ramos				228
				518.180.359-87 - Elizabeth Krauss	
2 itens		10 10 H 2011 H 2004	A responsible of the contraction		

VOLTAR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso Ramos/SC

Entidade:

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARNOREDO DE GOVERNADOR CELSO

Aviso:

RAMOS 26 Publicação:

05/12/2007

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252ERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

COORDENADAS

Proposta (A)

IBGE (B)

Latitude:

27\$1853

27S1853

Longitude

48W3333

48W3333

DISTÂNCIA

Distância A:B (IBGE)

0.0

		Processo	
1.	Entregou documentação tempestivamente?		
2.	Endereço da Antena Proposta		
lua G	esi de Palmas, s/n°		
2.1.	Endereço do Studio		
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)	,	
	Número do Processo	Distância	, Status
	53740.002131/99	2.930,00	ARQ

5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
⁾ 6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	
Rua do	ppê Roxo, n° 40, Praia de Palmas	
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Indeterminado
12.	Conclusão da Análise	
,	m relação a primeira análise técnica , o processo encontra-se instruído . Jão tem concorrente.	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DESPACHO INICIAL – PARTICIPANTE DE AVISO

PROCESSO: 53000. 037. 401/05 LOCALIDADE: Sovernador Celso Rover SC
LOCALIDADE: Soverwader Celso Rover 50
ENTIDADE: Assoc. de Radisol. Comunit. Anvondo
de Gournador Celso Ramos

DESPACHO JURÍDICO

Frente a análise inicial da documentação encaminhada pela requerente em atendimento ao Aviso de habilitação acima especificado, constatou-se que a entidade:

está apta com relação a pré-análise efetuada, podendo prosseguir mediante a análise detalhada da documentação, conforme Roteiro de Análise Jurídica a seguir anexado, vez que trata-se de única requerente que se habilitou a executar o serviço na localidade de interesse.

Brasília, Ode O+ de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Analista Responsável / Siape:

Em Ot 1 121

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso

Entidade:

Aviso:

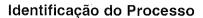
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARNOREDO DE GOVERNADORIO DAS COMINICAÇÕES RAMOS Publicação: 05/12/2007 Prazo: 19/01/2008 Canal Caral Cara

		Pr	ocesso		A management of the state of th		
1.	A Entidade é uma:		0-20-20-20-20-20-20-20-20-20-20-20-20-20			Associação	
2.	Requerimento de Solicitação?					Sim	
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de S	erviço de Radiodif	usão?			Sim	
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão	competente?	·			Não	
ıta (de fundação foi registrada indevidamente no liv	ro B	ha Sanarangangangang gunung gap ganunggung gap gan				
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entida	de atendem o Art 1	1º da Lei nº 9.612'	?		Sim	
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?						
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou						
3.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?						
).	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?						
0.	Declaração, assinada pelo representante lega Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitári mediante assinatura, bem como de que a ent administradores pessoas que, nestas condiçõ de qualquer dos serviços mencionados?	a, ou de qualquer : idade não tem com	serviço de distribuio no integrante de se	ção de canais de tel us quadros de sócio	evisão os e de	Sim	
1.	№ de Inscrição no CNPJ(CGC)?					Sim	
2.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundaç	ão	Mandato	o: 03 anos - art.	11 Validade:	01/02/2011	
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracac	
	Sara Rúbia da Silveira	000.000.000-00	presidente	, Sim	Sim	Sim	
	José Vitorino Miranda	111.111.111-11	Vice presidente	Sim	Sim	Sim	
	Jaqueline Aldemira Oliveira	222.222.222-22	Secretária	Não	Não	Sim	
				1 .		1	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso

Entidade:

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARNOREDO DE GOVERNADOR CELSO

Aviso:

RAMOS_{Publicação:}

05/12/2007

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252

Nome do Dirigente	CPF Cargo		Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao	
Sérgio Luiz Garcia	444.444.444-44	Relações Públicas	Sim	Sim	Sim	

Conclusão da Análise

Analisando o referido processo verificou-se que entidade deverá encaminhar:

-alteração estatutária conforme ofício anexo

-comprovar o registro da ata de fundação

omprovar a nacionalidade da Sra. Jaqueline Almeida Oliveira

declaração conforme o subitem 7.1 alínea "j" da Norma nº 01/2004

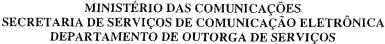
É o relatório

À Consideração Superior

Luciana (Analista)

> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL





Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3° andar – anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 55 32 /2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 11 de julho de 2008.

A Senhora

SARA RUBIA DA SILVEIRA

Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos Rua das Azaléias, nº 48, Praia Palmas 88190-000 — Governador Celso Ramos - SC

Assunto: Solicitação de Documentação

Senhora Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n. ° 53000.037401/05, na localidade de Governador Celso Ramos - SC, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sª que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

2ª FASE:

a) toda documentação elencada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/04, ou seja o **Projeto Técnico**;

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

- b) cópia do Estatuto Social, na íntegra, legível e modificado em respeito ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004, constando as alterações estatutárias abaixo elencadas e devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmado em Pessoas Jurídicas:
 - 1 indicação, no cabeçalho e artigos pertinentes, de sua denominação rigorosamente de acordo com a constante na Ata de constituição da Associação de modo a constar: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos SC;
 - 2 Substituir o § único do Artigo 2º por: "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária",
 - 3- Retificar o artigo 15 de forma a constar: " O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da diretoria, será composto, por no mínimo,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

EM, OTICA

cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe...etc."

- 4- exclusão do disposto no art. 27 alínea C (agenciadores);
- c) comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Constituição datada de 09/04/05, foi devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004; pois a mesma está registrada indevidamente no livro "B"
- d) prova de que a Sra. Jaqueline Almeida Oliveira é brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos e maior de dezoito anos ou emancipada (cópia do RG ou Certidão de Casamento e CPF) , de acordo com ao subitem 7.1, alínea "e" da Norma Complementar nº 01/2004:
- e) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 7.1, alínea "j" da Norma Complementar 01/2004; a que consta no processo está incompleta.

Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento), apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

_ Atenciosamente,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CÓNFERE COM O ORIGINAL

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3° andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF Fone: (61) 3311-6177 - Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 55 32 /2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 11 de julho de 2008.

A Senhora

SARA RUBIA DA SILVEIRA

Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos Rua das Azaléias, nº 48, Praia Palmas MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES

88190-000 - Governador Celso Ramos - SC

Assunto: Solicitação de Documentação

Senhora Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n. ° 53000.037401/05, na localidade de Governador Celso Ramos - SC, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sa que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

2ª FASE:

a) toda documentação elencada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/04, ou seja o Projeto Técnico;

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

- b) cópia do Estatuto Social, na íntegra, legível e modificado em respeito ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004, constando as alterações estatutárias abaixo elencadas e devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmado em Pessoas Jurídicas:
 - 1 indicação, no cabeçalho e artigos pertinentes, de sua denominação rigorosamente de acordo com a constante na Ata de constituição da Associação de modo a constar: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos -SC;
 - 2 Substituir o § único do Artigo 2º por: "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária",
 - 3- Retificar o artigo 15 de forma a constar: " O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da diretoria, será composto, por no mínimo,

cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe...etc."

- 4- exclusão do disposto no art. 27 alínea C (agenciadores);
- c) **comprovação, por meio de Certidão Cartorária** de que a Ata de Constituição datada de 09/04/05, foi devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004; pois a mesma está registrada indevidamente no livro "B"
- d) prova de que a Sra. Jaqueline Almeida Oliveira é brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos e maior de dezoito anos ou emancipada (cópia do RG ou Certidão de Casamento e CPF) , de acordo com ao subitem 7.1, alínea "e" da Norma Complementar nº 01/2004;
- e) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 7.1, alínea "j" da Norma Complementar 01/2004; a que consta no processo está incompleta.

Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento), apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a **documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada**, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONEERE COM O ORIGINAL

Em. 071 12 190

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDEDiretor do Departamento de Outorga de Serviços

AO REMETENTE

Of. 5532/2008//RADCOM/DOS/SSCE SARA RUBIA DA SILVEIRA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO CO GOVERNADOR CELSO RAMOS RUA DAS AZALÉIAS, 48 – PRAIA P 88190-000 GOVERNADOR

SERVIÇO PUBLICO FEUE MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em 07/1/2/10

REENCHER COM LETRA DE FORMA	AR	303 Cn
Of. 5532/2008//RADCOM/DOS/SSCE – MC SARA RUBIA DA SILVEIRA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁR GOVERNADOR CELSO RAMOS	IA ARVOREDO DE	
RUA DAS AZALÉIAS, 48 – PRAIA PALMAS 88190-000 GOVERNADOR CELSO RA	AMOS/SC 5	PAYS
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) I DISCRIMINACION	PRIOI EMS	O ENVIO / NATURE DE L'ENVOI RITÀRIA / PRIORITAIRE URADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR <i>I NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR</i>		
N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RUBRICA E MAT. DO EMPF SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE	RETOUR DANS LE VER	S 114 x 186 m

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

		and the second s
AVISO DE RECEBIMENTO AR CORREIOT BRÈSIL	RC 6 3 1 1 4 2 8 9 2 (CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)	BR
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	TENTATIVAS DE ENTREGA! TENTATIVES DE LIV	RAISON
UNIDADE DE POSTAGEMA BUREAU DE DÉPÔT AGÊNCIA MINICOM	14:05 n 13 :30 n 15	8 <u>/58 </u> : 30 h
PREENCHER COM LETRA DE FORMA		
Donartamento de C	deral COMUNICAÇÕES IÇOS de Comunidação Eletrôrlica Qutorga de Serviços histérios, Biodo R, Anexo-B Sala 300-0	BRASIL
		0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

1-2



MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3° andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF Fone: (61) 3311-6177 - Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 7846

/2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, O7 de novembro de 2008.

A Senhora

SARA RUBIA DA SILVEIRA

SARA RUBIA DA SILVEIRA
Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos

MINISTÉRIO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC

Assunto: Solicitação de Documentação

Senhora Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n. º 53000.037401/05, na localidade de Governador Celso Ramos - SC, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sa que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

2ª FASE:

a) toda documentação elencada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/04, ou seja o Projeto Técnico;

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

- b) cópia do Estatuto Social, na íntegra, legível e modificado em respeito ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004, constando as alterações estatutárias abaixo elencadas e devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmado em Pessoas Jurídicas:
 - 1 indicação, no cabeçalho e artigos pertinentes, de sua denominação rigorosamente de acordo com a constante na Ata de constituição da Associação de modo a constar: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos -SC: ok
 - 2 Substituir o § único do Artigo 2º por: "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária", Okc
 - 3- Retificar o artigo 15 de forma a constar: "O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da diretoria, será composto, por no mínimo,

A)

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe...etc."

- 4- exclusão do disposto no art. 27 alínea C (agenciadores);
- c) comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Constituição datada de 09/04/05, foi devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004; pois a mesma está registrada indevidamente no livro "B"
- d) prova de que a Sra. Jaqueline Almeida Oliveira é brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos e maior de dezoito anos ou emancipada (cópia do RG ou Certidão de Casamento e CPF), de acordo com ao subitem 7.1, alínea "e" da Norma Complementar nº 01/2004;
- e) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidad de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 7.1, alínea "j" da Norma Complementar 01/2004; a que consta no processo está incompleta. O K

Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento), apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3° andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF Fone: (61) 3311-6177 - Fax: (61) 311-6617

Oficio nº 7876

/2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília. O \(\neg \) de novembro de 2008.

MNISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

A Senhora

SARA RUBIA DA SILVEIRA

SARA RUBIA DA SILVEIRA
Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos CO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNITARIO DAS COMUNICADOR DE COMUNICAD Rua dos Ciprestes, nº 133, Praia de Palmas 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC

Assunto: Solicitação de Documentação

Senhora Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n. ° 53000.037401/05, na localidade de Governador Celso Ramos - SC, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, solicitamos a V. Sa que sejam enviados os seguintes documentos:

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

2ª FASE:

a) toda documentação elencada no subitem 12.1 e suas alíneas da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23/01/04, ou seja o **Projeto Técnico**;

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

- b) cópia do Estatuto Social, na íntegra, legível e modificado em respeito ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004, constando as alterações estatutárias abaixo elencadas e devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmado em Pessoas Jurídicas:
 - 1 indicação, no cabeçalho e artigos pertinentes, de sua denominação rigorosamente de acordo com a constante na Ata de constituição da Associação de modo a constar: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos -SC;
 - 2 Substituir o § único do Artigo 2º por: "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária",
 - 3- Retificar o artigo 15 de forma a constar: "O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da diretoria, será composto, por no mínimo,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe...etc."

- 4- exclusão do disposto no art. 27 alínea C (agenciadores);
- c) comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Constituição datada de 09/04/05, foi devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004; pois a mesma está registrada indevidamente no livro "B"
- d) prova de que a Sra. Jaqueline Almeida Oliveira é brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos e maior de dezoito anos ou emancipada (cópia do RG ou Certidão de Casamento e CPF), de acordo com ao subitem 7.1, alínea "e" da Norma Complementar nº 01/2004;
- e) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 7.1, alínea "j" da Norma Complementar 01/2004; a que consta no processo está incompleta.

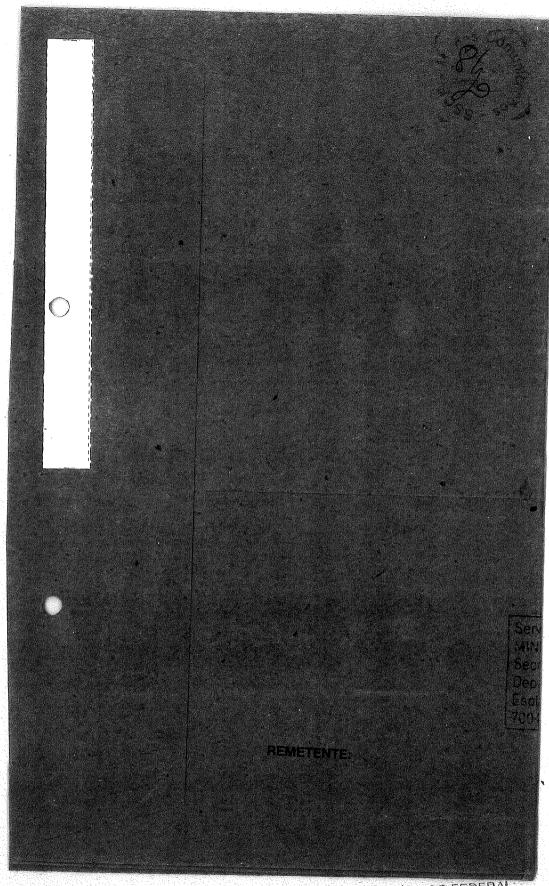
Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento), apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em; 071 12 110

PREENCHER COM LETRA DE FORMA	,		AR	
Of n°7876/2008/RAD M/DOS SARA RUBIA DA SILVEIRA I ASSOC. DOS CIPRESTE N° 1 RUA CAMPOS FILHO N° 402 88190-000 GOVERN	DA SILVEIRA 33 PRAIA DE PALM		VATAIRE	
<u>c</u>			UF PAÍS	I PAYS
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFI	CAÇÃO) I DISCRIMINACION	proposition in the control of the co	PRIOF	O ENVIO / NATURE DE L'ENVOI RITÀRIA / PRIORITAIRE RADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RE	ÉCEPTEUR	DATA DE REC DATE DE LIV		CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU	U RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGA SIGNATURE DE L'AGENT			N Story
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VE	ERSO / ADRESSE DE RE	TOUR DAN	S LE VERS	A STATE OF S

SERVIÇÕ PÚBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES GONFERE COM O ORIGINAL Em. 0 71 12 100

ranger and the control of the contro
63120927 1 BR
RC 6 3 1 2 0 9, 2
AVISO DE COMUNICAÇÃOS RC 6 3 1 2 0 9,2 (CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE R. STRO DO OBJETO)
RECEDITION
CORREIOS AVIS CO07 CO TENTATIVAS DE ENTREGA! TENTATIVES DE LIVRAISON
DATA DE POSTAGEM / DATE DE CAPOT ON TENTATIVAS DE ENTRE DE CAPOT ON TENTATIVAS DE CAPOT.
DATA DE POSTAGEM / DATE DI CIRPOTO 8 101/10/108 101/108
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE PÉPÔT BRASTON : 15 h / 15:31 h
UNIDADE DE POSTAGENT BONCA ANDICOM : Sh / S. J.
AGÊNCIA MINICOM
PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE LINGMOU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE LINGMOU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE LINGMOU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE LINGMOU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
NOME OU RAZAO SOCIAL DO REMETENTE NACIONAL DE REMETENTE NACIONAL D
Servico Publico DAS COMUNICAÇÃO Eletiona
MINIS Serviços de
ENDEREÇO PARA PERCONETA DE BIOCO R. ANEXUE
Dapartamento de Outorga Bloco R. Anexo D ENDEREÇO PARA DE SECRETARIA DE
Serviço Público Feutro MUNICAÇOES Eletrônica MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÃO Eletrônica ENDEREÇO PARA PSECRETARIA ASSE SERVIÇOS BIOCO R. Anexo-B Sala 300-C Departamento de Outorga de Serviços, Bloco R. Anexo-B Sala 300-C Esplanada dos Ministerios, Bloco R. Anexo-B Sala 300-C Esplanada dos Ministerios, Bloco R. Anexo-B BRASIL
CIDADE / LOCALITÉ 1:10/44-300

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07/12/10

13



- 7) Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 0113/2007, de prestação de serviços de limpeza; objeto do termo aditivo: recquiilbrio econômicofinanceiro em decorrência da extinção da CPMF, contratada: Liderança Limpeza e Conservação Ltda; valor do aditamento: (RS 2.811,24); data da assinatura: 09/02/2009; vigência: 01/01/2008;
- 2.011,24); data da assinatura: 09/02/2009; vigência: 01/01/2008;
 8) Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº. 01.55/2007 de prestação de serviços de manutenção corretiva com aplicação de peças, partes, conjuntos, componentes, produtos, limpeza, testes e configurações em um parque de 620 aparelhos de Fae-Símile de diversas marcas e modelos, instalados em unidades da ECT/DR/SPM; objeto do termo aditivo: recupilibro econômico financeiro em decorrecia da extinção da CPMF; contratada: Klasse Informática Lúda: ME; valor do aditamento: (R\$ 152,52); data da assinatura: 05/02/2009, vigência: 01/01/2008;
- 9) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 0035/2008 de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com integral cobertura de peças, conjuntos e componentes em 02 (dois) elevadores sociais instalados no Teca Guarulhos e 01 (um) elevador de carga no CEE Aditação; objeto do termo aditivo prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses e Recquilibrio Econômico Financeiro com redução do valor global em 7,2429%; contratada: Crel Elevadores Ltda ME, valor do aditamento: R\$ 39,403,20; data da assinatura: 26/01/2009, vigência: 15/02/2009 a 15/02/2010;
- 10) Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 0151/2005, de prestação de serviços de manobra, conservação, manutenção preventiva e corretiva em cabinas primárias e painifeis létéricos de baixa tensão instalados no interior ou diretamente à jusante destas, celas de transformadores com respectivos painíes létéricos de potência, inclusive coberturas, telas de proteção e abrigo em alvenaria da cabina, localizados nas unidades AC SAUDE, AC SANTANA e CDD Jaguaré/GELOG/GENAF/REOP-05 (Complexo Baumann); objeto do termo aditivo: recquilibro conômico financeiro em decorrência da extinção da CPMF; contratada: Hidelma Hidráulica Elétrica e Manutenção Ltda; valor do aditamento: (RS 251,88); data da assinatura: 06/02/2009, vigência: 01/01/2008;
- 11) Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 0039/2008, de prestação de serviços de locação de sistemas eletrônicos de alarme com moni-toramento 24 hs; objeto do termo aditivo: Porrogação com registe de preços em 5,39%, contratada: Allarmi Comércie e Serviços de Alarme Ltda., valor da prorrogação/aditamento: R\$ 299.501,66, data da assinatura: 06/02/2009; vigência: 12/02/2009 a 12/02/2010;
- 32 Quinto Termo Aditivo ao Contrato e 2055/2006, de prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado instalados em agências da ECT/DR/SPM; objeto do temo aditivo: prorrogação da vigência por mais 12 meses, contratada: Climatécnica Ar Condicionado e Serviços Ltda., valor da prorrogação SE 124,973,87; data da assinatum:12/02/2009; vigência: 13/05/2009 a 13/05/2010;
- 13) Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0073/07 de Locação de empilhadeiras; objeto do termo aditivo: inclusão de 03 (três) empilhadeiras, contratada: Alphaquip Máquinas e Equipamentos Ltda; valor do aditamento: R\$ 102.960,00; data da assinatura: 10/02/09, vigência: 16/02/09;
- 14) Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 0121/2005, de prestação de serviços de coleta e transporte e deposição de resíduos de saúde do ambulatório Ferraz de Vasconcelos; objeto do termo aditivo: Porrogação por mais 12 meses, contratada: Polítix Triagem e Classi-

- ficação de Resíduos Ltda., valor da prorrogação: R\$ 10.688,75 data da assinatura: 16/02/2009; vigência: 03/06/2009 a 03/06/2010;
- 15) Primeiro Termo Adliivo ao Contrato nº 0048/2008, de prestação de serviços de coleta, transporte e deposição de resfduce domiciliares compactáveis (papéls, detritos alimentares, etc.), originários das atividades da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana; objeto do termo additivo: prorrogação por mais 12 meses, contratada: Multilixo Remoções de Lixo S/S Lida, valor da prorregação: 85 e2.727,60 data da assinatura: 11/02/2009; vigência: 12/04/2009 a 12/04/2019.
- data da assinatura: 1/10/2/2005; vigencia: 12/04/2005 à 12/04/2010; 16) Oitavo Termo Aditivo ao Coutrato nº, 01/21/2005, de prestagão de serviços de serviços de aquisição, manuscio, envelopamento e distribuição de vales transportes; objeto do termo aditivo: recquilibro econômico financeiro em decorrência da extingão da CPMF; contratada: Tickes Serviços S/A; valor do aditamento: (RS 1.309,56); data da assinatura: 16/02/2009; vigência: 01/01/2008;
- 17) Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 0093/04 de Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção em unidades da ECT/DR/SPM; objeto do termo aditivo: recquilibrio econômico financeiro em decorrância da extinção da CPMF, contratada: RCAPRODUTOS E SERVIÇOS LTDA; valor do aditamento: RS (2.270,16); data da assinatura: 17/02/09; vigência: 01/01/08;
- RS (2.270,16); data da assinatura: 17/02/09; vigência: 01/01/08;

 18) Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 0039/2007, de prestação de serviços de infra-estrutura para os sistemas das redes internas de telecomunicações (fógica e telefonia) e da rede elétrica de baixa tensão, bem como os serviços de mudanças e queda o socilações de energia, ventiladores e suas adequações, atendendo aos padrões da ECT, a serem realizados nas unidades da CONTRATANTE na DR/SPM, objeto do termo aditivo: prorrogação da vigência por mais 12 meses, contratada: Tech Serv Comércio Instalações de Materiais Elétricos Eletrônicos Ltda, valor da porrogação: RS 725-599,30; data da assinatura:11/02/2009; vigência: 16/03/2009 a 16/03/2010.
- la Contrato nº 0021/2009; Objeto: Prestação de Serviços de Clipping de Tv e Rádio com matérias/informações transmitidas sobre assuntos de interesse da ECT; Contratada; LOOK Comunicações Ltda; Valor Global: RS 80.070,00; Data da Assinatura: 30/01/2009; Vigência: 01/02/2009 à 01/02/2010; Origem: PCE GERAD/DR/SPM nº. 8000201 de 12/01/2009; Classificação Orçamentária: 72011.44403.070099.
- 72011.44403.070099.

 2) Contrato aº 0022/2009; Objeto: Prestação de Serviços de fornecimento, instalação, configuração e gerenciamento de uma solução integrada de rede, visando a comunicação de dados entre a Sede Regional do Sco Correis de São Paulo e SERPRO Regional do São Paulo; Contratada: Telecomunicações de São Paulo S.A TELESP; Valor Global: RS 32.399.00; Data da Assinatura: 100/22/2009; Vigência: 15/04/2009 à 15/04/2010; Origem: PGE GERAD/DR/SPM nº. 80002224 de 22/01/2009; Classificação Orçamentária: 72011.44403.100001.

EXTRATOS DE REGISTROS DE PRECOS

1) Espécie: Ata de Registro de Preço nº 0004/2009: Data de assinatura: 02/02/2009; Fornecedora: DEDECAM Indústria e Comércio Ltda; Objeto: Aquisição de envelopes plast cristal e crachá de identificação; Origem: Pregão Eletrônico- nº 8000212-DR/SFM de 13/01/2009; Vigência: 02/02/2009 a 02/02/2010; Valida por 12 (doze) meses; Classificação Orgamentária: 72011.44402.020000; Valor total estimado da Contratação: R\$ 8.994,80;

2)Espécie: Ata de Registro de Preço nº 0005/2009: Data de assinatura: 02/02/2009: Fornecedora: POLICIN Comércio de Produtos para Escritório e Papelaría Ltda - EPP; Objeto: Aquisição de Plástico para cartão malote; Origem: Pregão Eletrônico- nº 8000212-DR/SPM de 13/01/2009; Vigência: 02/02/2009 a 02/02/2010; Valida por 12 (doze) messe; Classificação Orgamentária: 72011.44402.020000; Valor total estimado da Contratação: R\$ 37.500,00;

RETIFICAÇÃO

No extrato de Inexibilidade de Licitação nº 9000003/2009 publicado no DOU nº 24 do dia 04/02/09 pag. 99 seção 3 Aonde se Lê: IL 9000003/2009 Leia-se: IL 9000002.

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRONICO Nº 8000238

Comunicamos a todos os interessados o adiamento "sine die" do Pregão Eletrónico nº 8000238 - GERAD/DR/SPM, que tem por objeto a prestação de serviços de locação de empilhadeiras e de rebocadores, para utilização em unidades operacionais da ECT, na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, discriminado no quadro constante do Anexo i e demais condições do edital e seus sucxos. O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União nº 27, seção 3, página 89, do día 09/02/2009.

CLEITON MOREIRA DA SILVA Pregociro

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000236

Objeto: Contratação de veículos, com os respectivos motoristas, para a realização de serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Postais nas linhas regulares (urbanas) de acorde com o quadro 1 do Anexo 1 do Edital e demais específicações técnicas das linhas e veículos. Empresa adjudicada: "Transmica B.I. Rodoviário Ltda" - CNPJ nº 08.042.365/0001-90, para o lote 01 (único), no valor global de RS -055.000,00 (seiscentos e olicenta e cinco mil reais). Autoridade Adjudicante: Reginaldo dos Santos Souza - Pregociro da ECT/DR/SPM. Autoridade Homologante: Antonictóson Fernandes de Santana - Gerente de Administração da ECT/DR/SPM.

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA Pregociro

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000209 - GERAD/DR/SPM

Objeto: Prestação dos serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de material de limpeza e higiene, utensilios e equipamentos, para unidades da ECT/DR/SPM jurisdicionadas A REOP - 09- Santo André. A ECT/DR/SPM toma público que foi julgado procedente o recurso interposto pela empresa Rodice - Serviços Técnicos e Empresa fronces comerciais Lida, contra as decisões do Pregociro que declarou vencedora a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Lida. Os autos do processo permanecem franqueados à consulta.

EDNA DE OLIVEIRA GUIMARÃES Pregoeira

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009 ARQUIVAMENTO DE PROCESSO

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 187, inciso XL do Regimento Interno do Ministério das Comunicações e ainda o subitem 9.3, alinea "c", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subseqüente, resolve, pelo presente Edital comunicar as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, do arquivamento de seus processos, de acordo com o subitem 9.7 da supracitada Norma Complementar, podendo as interessadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital, apresentar solicitação visando a revisão da decisão de arquivamento. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicações (Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F. O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mc.gov.br.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

ANEXO

UF	LOCALIDADE	N° DO PRO-	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFICIO F	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
		CESSO		DATA	MOTITO DA DETOLOÇÃO
AL	TEOTONIO VILELA		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE TEOTONIO VILELA	7790 DE 03.11.08	AR EXTRAVIADO
	LARANJAL DO JARI			6816 DE 23.10,06	
	PORTO GRANDE	53720.000412/02	ASSOCIAÇÃO EVANGELICA NACIONAL DE RADIO FM COMUNITÁRIA	5824 DE 18,09,06	ENDERECO INSUFICIENTE
	PORTO GRANDE			1617 DE 29.03.06	
	CATARINA		ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA AMIGOS DE CATARINA		DESCONHECIDO
CE	CATARINA				MUDOU-SE
	FORTALEZA				MUDOU-SE
	FORTALEZA				AUSENTE
CE	FORTALEZA		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PIRAMBU		NUMERO INEXISTENTE
CE_	FORTALEZA	53650.002219/98	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTA RITA		NUMERO INEXISTENTE
	FORTALEZA	53650.000365/01	ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÕES E MANUFATUREIROS DO CONJUNTO CEARA		MUDOU-SE
	FORTALEZA FORTALEZA				MUDOU-SE
ES	ICONHA				MUDOU-SE
	SANTA INES	53000.002647/08			NÃO PROCURADO
	SÃO SEBASTIAO DO PA-				MUDOU-SE
	RAISO	1	ITICO E CULTURAL DE GUARDINHA		DESCONHECIDO
MT	TAPURAH - ITANHANGA	53000.023850/04	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL, INFOR- IMATIVO É SOCIAL DO MUNICIPIO DE ITANHANGA - MT	7878 DE 07.11.08	NÃO PROCURADO
				C	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07, 12, 10





Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 35, quinta-feira, 19 de fevereiro de 2009

lpr	CURRAIS	153000.008955/08	IASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE CURRAIS - AFAC	7137 DE 25,09.08	DESCONHECIDO DESCONHECIDO
PR	BOCAIUVA DO SUL	153000 009679/09	TASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PROGRESSO DE BOCATIVA DO SUL		IDESCONHECIDO
RJ	VOLTA REDONDA	153000 015960/05	TASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO E TELEVISA VOLTA REDONDA	1301 DE 14,03.07	MUDOU-SE
RN	PARNAMIRIM	53000016992/08	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE NOVA PARNAMIRIM JOSE FELIX DA SILVA	8055 DE 21.11.08	AUSENTE NUMERO INEXISTENTE
RO	BURITIS	53000.000637/02	ASFAC ASSOCIAÇÃO FAMILIAR CRISTA	8611 DE 16.12.08	MOWERO INEXISTENTE
SC	BURITIS BALNEARIO GAIVOTA	53000,046845/07	IASSOCIAÇÃO COMUNITARIA VOZ DO POVO DE BALNEARIO GAIVOTA	8037 DE 20.11.08	AR EXTRAVIADO
SC	IGUABIRUBA	153000009224/08	IASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CIDADE DE GUABIRUBA	8092 DE 24.11.08	AR EXTRAVIADO MUDOU-SE
SP	SÃO BERNARDO DO CAM-	53830.000271/01	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COM. MINSERGIO MOTTA	4459 DE 30.05.08	MUDOU-SE
-	PO		TARANIATA ALIMPIR IV LINER VILIR	4460 DE 30.05.08	DESCONHECIDO
SP	ISAO BERNARDO DO CAM-	23830.000178/01	ASSOCIAÇÃO CULTURAL LIVRE XAND	4400 212 30.03.08	DESCONIECTEO
an-	PO BERNARDO DO CANA	122010 001212100	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO EL SHADAI	4456 de 30.05.08	MUDOU-SE
SP	SAU BERNARDO DO CAM-	9500000100000	ASSOCIAÇÃO COMONITARIA RADIO EL SUADA	1	
70	AXIXA DO TOCANTINS	53000.015380/04	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AXIXA DO TOCANTINS	7628 DE 31.10,08	AR EXTRAVIADO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 187, incisos XXIX e XL, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 313, de 23 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 24 subseqüente, resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, contonados, no praco de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades listadas implicará o arquivamento do Processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no enderço Esplanada dos Ministério as Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - DF. O presente Edital encontras também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mc.gov.br.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

ANEXO

UF.	LOCALIDADE	INO DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFICIO E. DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
GO	MAIRIPOTABA	53000,045090/06	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA FEDERAL FM	8292 DE 08.12.2008	AUSENTE
MS		53000.046847/07	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE JARAGUARI	7870 DE 07/11/2008	NÃO PROCURADO
SC	GOVERNADOR CEL	#1000 011101/0#	ASSOC, DE RADIODI, COMUNIT, ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	7876 DE 07/11/2008	NÃO PROCURADO
	SO RAMOS	SEGRETARY INCHES	極型		

Ministério das Relações Exteriores

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 2/2009

Comunicamos que o edital da licitação supra citada, publicada no D.O. de 11/02/2009 foi alterado. OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO - Contratação de empresa para a prestação dos serviços de locação (6 máquinas), instalação, remanejamento e assistência técnica de equipamentos de reprografía em preto e branco. Nove Edital: 19/02/2009 das 1000 às 13/00 e d 41/400 às 17/00 C. Endereço: Av. Marechal Floriano 196 Centro - RIO DE JANEIRO -RJ. Entrega das Propostas: a partir de 19/02/2009 às 10/00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/03/2009, às 10/00 no site www.comprasnet.gov.br. www.comprasnet.gov.br.

RUBENS FONSECA MARTINEZ

(SIDEC - 18/02/2009) 240003-00001-2009NE900006

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES CERIMONIAL

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 2/2008

Comunicamos a reabertura de prazo da licitaçãosupracitada, publicada no D.O. de 28/08/2008.

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO - Aquisição de vinhos nacionais finos. Novo Edital: 19/02/2009 das 10500 às 13500 e di5500 às 17500 . Endereço: Ministério das Relações Exteriores, Anexo I, sala 806 Esplanada dos Ministérios - BRASILIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 19/02/2009 às 10500 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/03/2009, às 10600 no site www.compras-

PAULO EDSON MEDEIROS ALBUQUERQUE Pregociro

(SIDEC - 18/02/2009) 240013-00001-2009NE900006

SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL 1ª COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2009

Nº Processo: 018/2008 . Objeto: Contratação de empresa especializada no fomecimento de água e saneamento básico para o edificio sede da PCDL-MRE Belém - Pa, durante o exercício de 2009. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Única prestadora de serviço de fornecimento de água e saneamento básico no município de Belém-PA. Declaração de Inexigibilidade em 02/01/2009 . DAUBERSON MONTEIRO DA SILVA . Chefe da PCDL . Ratificação em 02/01/2009 . DAUBERSON MONTEIRO DA SILVA . Chefe da PCDL . Valor: R\$ 10.000,00 . Contratada :COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA . Valor: R\$ 10.000,00

(SIDEC - 18/02/2009) 240001-00001-2009NE900001

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

EXTRATO DE RESCISÃO

Contrato a.º 9.077/06-ANP-005.930 e seus aditivos. Processo: 48610.005930/2006-18. Contratante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Contratada: Montana Soluções Corporativas Limitada. Dójeto: Prestação de serviços ténicos de informática para administração da ambiente computacional da ANP. Fundamento legal: Rescisão amigável, por acordo entre as partes, com base na clâusula décima quinta do ajuste, e no inciso II, do Artigo 79, da Lei n.º 8.666/93. Data de rescisão: 05/02/09. Assinado por: Haroldo Lima, Diretor - Geral da ANP.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO Nº 5.051/05-ANP-011.542

Processo: 48610.011542/2004-98. Contratante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustívels. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Lida. Objeto: Prorrogação de vigência e acréscimo de, aproximadamente, 20,69% (vinte inteiros e sessenta e nove centésimos percentuais) ao objeto do contrato referente ao suporte às licenças utilizadas no BDEP (Banco de Dados de Exploração e Produção). Total Estimado do Aditivo: R3599,489,36 (quinhentos e noventa e nove mil quatrocentos e olienta e nove reals e trina e seis centavos). Fundamento legal: Art. 57, inciso II, e Art. 65, inciso II, § 1.º, da Lei n.º 8,666/93. Data do início: 28/02/09. Data do término: 27/02/10. Assinado por: Haroldo Lima, Diretor - Geral da ANP; Pedro José Boarati e Fábio Maranhão Pereira, Procuradores da ORA-CLE.

AVISO DE ANULAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis torna público o cancelamento da Dispensa de Licitação n.º 6/2009, publicada na Seção 3, página 105, do Diário Oficial da União de 30/01/2009.

ANTONIO CARLOS DO COUTO FRANCO Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COMUNICADO Nº 35, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009

A Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em razão da não localização dos interessados nos endereços constantes dos autos de infração lavrados, torna público, sob a forma de extrato, que os abaixo identificados deverão:

1 - Apresentar RECURSO no prazo de 10 (dez) dias contados a partir desta publicação ou, alternativamente, em igual prazo, recolher a multa cominada com desconto de 30% (trinta por cento) ou, ainda, recolher o valor integral no prazo de 30 (trinta) dias contados de igual forma:

AUTO DE INFRAÇÃO	NOME E/OU RAZÃO SOCIAL	VALOR DA MULTA
PROCESSO N° 109129, de 14.03.03	CPF E/OU CNPJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO VALE VERDE LTDA	R\$ 49,000.00
48621.000772/03-11	02.309.075/0001-84	149,000,00
147417, de 29.06.04	AUTO POSTO CANESIN	R\$ 15,000.00
48621,001106/04-81	44.631.455/0001-80	K\$ 15.000,00
122287, de 27.04.04	CENTRO AUTOMOTIVO ESTORIL	R\$ 50.000,00
48621,000877/04-51	66.146.374/0001-28	103 30.000,00
064295, de 21.08.02	M. A. N. RODRIGUES AUTO POSTO LTDA	R\$ 23.000.00
48610.011580/02-89	02.530.472/0001-81	100 20.000,00
118614, de 03.11.03	SAMPAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA	R\$ 50.000,00
18620.000732/99-42	01.938,592/0001-50	12 00000
109861, do 24.05.04	SUMMER PETRO LTDA	RS 5.000.00
8621.000761/04-12	01.063.374/0001-19	
193931, do 06.07.05	UBIGAS PETRÓLEO LTDA	RS 20.000,00
48610.005452/05-49	39.702.071/0001-71 SI-FC\/\(\)(\)(\)	PUBLICO FEDE
47537, de 23.08.04	GOOD CENTER RENT A CAR	1-00 ks 's0,000,00 1-10 L
8611.001153/04-44	00.147.766/0001-01 AAIAHGTEOI	O DAC COMMICAC
17063, de 08.09.03	AUTO POSTO COPACABANA LTDA	O DAGISGOSOSOMITHICAL
		00440 0010
	CONFER	E COM O ORIGI





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVICOS RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DESPACHO ARQUIVAMENTO Subítem 9.7.1 da Norma 01/2004

PROCESSO: 53000037401/2005

LOCALIDADE: Governador Celso Ramos - SC

ENTIDADE: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos

Frente ao disposto no subitem 9.3, alínea "c", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente e em atenção a determinação constante do EDITAL DE NOTIFICAÇÃO de 16 de fevereiro de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 19/02/2009 do mesmo ano, Seção 3, páginas 92, cuja cópia se encontra anexada aos autos, e considerando que esta entidade não se manifestou no prazo de 15 dias contados da data desta publicação, o qual expirou no dia 06/03/2009 do corrente ano, conforme determinação disposta no Edital, restou a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, mediante despacho do Diretor do Departamento de Outorga de Serviços, promover o ARQUIVAMENTO do presente processo, motivado pela falta de interesse processual da requerente, que não realizou os atos necessários à regular tramitação e instrução de seu requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade objeto de seu interesse inicial.

Saliente-se que a referida publicação teve por objetivo notificar a entidade acima indicada para apresentação da documentação necessária à instrução de seu processo, vez que o contato entre este Ministério e a requerente não foi possível, por estar o endereço indicado pela interessada em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivo constante do AR Postal devolvido pelos Correios.

Brasília 01 de abril 40090 DAS COMINICAÇÕES

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

De acordo Determino o arquivamento dos autos pelos fatos e fundamentos acima dispostos.

Brasília, 01 de abril de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FE**DE**RAL

CONFERE COM O ORIGINAL

ZILDA BEATRIZ S. DE/CAMPØS ABREX

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

1

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO - ARCOAR

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC



Ofício 04/2009

Governador Celso Ramos, 22 de abril de 2009.

Ref. Processo nº 53.000037401/05

MINISTÉRIO DA 8 COMUNICAÇÕES BRASÍLIA - DF

53000 017456/2009-11

Seapaisce

29/04/2009-08:48

Senhora Secretária,

Em complementação ao que foi informado e enviado a esse Ministério das Comunicações pelo Formulário Padronizado Modelo A-2, na data de 28 de fevereiro de 2008, protocolado sob o nº 53000008122/2008-76, estamos remetendo a Vossa Excelência, nova Declaração referente ao subitem 7.1, letra "j" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovante da nacionalidade da secretária da entidade Jaqueline Aldemira Oliveira, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a última diretoria com o reconhecimento de firma da assinatura desta presidente e comprovação do registro da entidade no livro A, do Cartório de Regiostro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas, conforme exigido. Com relação ao Projeto Técnico, informamos que o serviço já foi contratado por esta entidade e será encaminhado brevemente a esse Ministério das Cominicações.

Da mesma forma, considerando que esta presidente casou-se na data de 10 de maio de 2008 e com o casamento alterou o seu nome de solteira para Sara Rúbia da Silveira dos Santos, apresenta a documentação comprobatória e solicita a alteração de seu nome no cadastro da entidade, junto a esse Ministério das Comunicações.

Excelentíssima Senhora

Doutora Zilda Beatriz Silva Campos

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações.

Brasília - DF.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Sorta

Edico

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO - ARCOAR

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC

Aproveitamos para exclarecer um lamentável descuido desta entidade que teve como consequência a determinação do arquivamento do presete processo. Com a eleição da nova diretoria da entidade, deveríamos ter solicitado a troca de endereço para correspondências, pois o antigo presidente havia mudado de domicílio. As correspondências desse Ministério das Comunicações enviadas para aquele endereço não foram recebidas pela entidade e em consequência não foram cumpridas no prazo devido, as diligências emanadas do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

O Município de Governador Celso Ramos, com uma população perene de aproximadamente 14 mil habitantes, tem sua economia baseada na pesca e no turismo. Nos meses do verão a população praticamente duplica, pois as belas praias do Município recebem os turistas de todo o Brasil e até do exterior. A instalação da primeira rádio no município é esperada com grande expectativa. A entidade pleiteante do Serviço de Radiodifusão Comunitária vem mantendo reuniões periódicas com outras entidades representativas da sociedade local e tão logo seja autorizado o seu funcionamente, está preparada para oferecer esse presente para a população da Cidade.

Para evitar qualquer problema de comunicação futuro, solicitamos a alteração do endereço para correspondências desta entidade, passando a constar no cadastro desse Ministério das Comunicações, o endereço da presidente, qual seja: RUA DAS AZALÉIAS, nº 48, PRAIA DE PALMAS, GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC, CEP: 88.190-000.

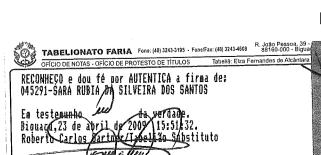
Assim, solicitamos a Vossa Excelência, o desarquivamento do processo determinando a retomada do seu curso normal, concedendo-se a entidade pleiteante, a oportunidade de resolver eventuais pendências ou omissão porventura ainda existentes, pois a população da região a ser beneficiada, aguarda com grande entusiasmo a autorização para a prestação do serviço.

Atenciosamente,

TABELIONATO FARIA

Sara Rubia da Silveira dos Santos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL







ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO - ARCOAR

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC.

DECLARAÇÃO

Eu, SARA RÚBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, advogada, CPF nº 007.279.539-58, CI nº 3.821.239-0, SSP/SC, residente à Rua das Azaléias, nº 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos—SC, na condição de Presidente da ARCOAR, entidade que pretende executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Governador Celso Ramos—SC, declaro para os devidos fins e efeitos, em atenção ao que estabelece a Norma Complementar nº 01/2004, em seu subitem 7.1, alínea "j", que a Entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a Entidade não tem como integrante do quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mensionados, firmando a presente declaração.

Governador Celso Ramos - SC, 22 de abril de 2009. CONFERE COMINNO OR

SARA RÚBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Presidente



A County

O VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. REGISTRO 4,847,972-4 01/001/2000 DATA DE EXPEDIÇÃO JAQUELINE ALDEMIRA OLIVEIRA NOME FILIAÇÃO ACACILOO AILTON OLIVETRA ALDEMIRA SOELI DE MORAES GLIVEIRA NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO de/191/1985 FLORIANGPOLIS SC C MASC 1546 LV 16-A FL 288 DOC ORIGEM CART PORTO FPOLIS SC CPF BIGUACU SC ASSINATURA DO DIRETOR
C O (LEI Nº 7 116 DE 29/08/83)

> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EM, O7 12 100





SERVIÇO PÚBLICO FE**DERAL** MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

MARIA NATÁLIA DA SILVA Registradora do Pegisto Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e 🗘 tros Papéis CEP 88: 1-000 - digust a SC

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO

Fundada em 09 de abril de 2005 Endereço: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC

ATA DA ASSEMBREIA GERAL ORDINÁRIA DA ARCOAR - ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SANTA CATARINA.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2008, às 19h30min, na sede social da Associação de Moradores de Palmas, localizada na Rua Dos Pampas, 15, Praia de Palmas, reuniram-se em Assembléia Geral, os associados da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - SC, para os fins previstos no Estatuto Social, atendendo ao Edital de Convocação, entregue pessoalmente a cada um dos sócios, isto com mais de 30 dias de antecedência. As 19h30min, constatada a presença de mais de cinqüenta por cento dos associados, havendo, portanto, o quorum exigido já na primeira convocação, o senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, pedindo que esta Secretária fizesse a leitura do Edital de Convocação. Iniciadas as discussões e deliberações, como primeiro ponto de pauta, foi apresentada à prestação de contas do exercício anterior sem movimentação financeira, mas com toda a documentação regular. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em relação à avaliação do trabalho da atual Diretoria nos três últimos anos, foi considerado satisfatório, merecendo a manifestação de aplauso de alguns associados. O plano anual de trabalho da entidade foi ápresentado e aprovado pela maioria dos sócios presentes. Quanto ao Conselho Comunitário, decidiu-se que este será constituído, quando a entidade tiver a autorização do Ministério das Comunicações para operar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município, já que a sua função está ligada a programação da emissora. Considerando que o principal item de pauta era a eleição e posse da nova Diretoria da Arcoar para o triênio 2008 a 2011, e havendo uma única chapa inscrita, tanto para a Diretoria como para o Conselho Fiscal, o senhor Presidente a colocou em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. A Diretoria eleita para a gestão 2008 a 2011, ficou assim constituída: Para Presidente: SARA RÚBIA DA SILVEIRA, brasileira, solteira, advogada, CPF nº 007.279.539-58, Cl nº 3.821.239-0, SSP/SC, domiciliada à rua das Azaléias, n° 48, Praia de Palmas, Município de Governador Celso Ramos - SC; Para Vice Presidente: JOSÉ VITORINO MIRANDA, brasileiro, separado judicialmente, aposentado, CPF nº 298.321.369-20, CI nº 706.477-2, SSP/SC, residente à Rua: Dos Ciprestes, 133, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC; Para Secretária: JAQUELINE ALDEMIRA OLIVEIRA, brasileira, casada, comerciante, CPF n° 050.852.619-17, Cl nº 484,707-2, SSP/SC, residente à Rua: Das Aroeiras, 222, Praia de Palmas, Governador Celso



ABR.

Gorene der Salven.

KS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS do Profecelo A 🗇 Aprosonte in no側a 並且

CORREGEDORIA-GERALINA ATALIA DA SILVÁ Propietra do Registro Civil Comentos, Pessoas Duridios e Outros 掘鍋ATÁLIA DA SILVA 4 ASK354508464-000 - Biguacu - SC

o Oficial _

Registrado no la SSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO - ARCOAR

Fundada em 09 de abril de 2005

Endereço: Rua Das Azaléias, 48 – Praia de Palmas – Governador Celso Ramos/SC.

Ramos - SC; Para Tesoureiro: TAURINO JOSÉ ESTANISLAU FILHO, brasileiro, solteiro, comerciário, CPF n° 062..958.699-68, Cl n° 5.002.962-2, SSP/SC, residente à Rua: Manoel José Pereira, 343, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos - SC e; Para Relações Públicas: SERGIO LUIZ GARCIA, brasileiro, casado, representante comercial, CPF n° 291.260.109-68, CI nº 651.727-7, SSP/SC, residente à Rua: Das Azaléias, 62, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC. O Conselho Fiscal ficou assim constituído: Titulares: ADILIO FRANCISCO ALVES, brasileiro, solteiro, pintor, CPF n° 710.813.729-15, CI n° 2.673.979, SSP/SC, residente à Rua: Rosendo Joaquint CO PÚBLICO FEDER [ÉRIO DAS COMINICAÇÕ Sagás, 874, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC; VALDIR DE PAULA PERÉJEA brasileiro, casado, zelador, CPF n° 574.022.300-82, Cl n° 2.654.185, SSP/SC, residente à Ruaz-lpê Roxo, 40, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos SC e JOÃO OTÁVIO DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, eletricitário, CPF n° 442.903.819-87, Cl n° 1/R- 920.249 SSI/SC, residente à Rua Dos Pampas, 46, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos, SC. Suplentes: VILMAR VALDEMAR SAGÁS, brasileiro, casado, comerciante, CPF n° 593.958.699-68, Øl n° 181.765-2, SSP/SC, residente à Rua: Rosendo J. Sagas, 1301, Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC; TAURINO JOSÉ ESTANISLAU, brasileiro, casado, pescador artesanal, Cl nº 3.521.795, SSP/SC, CPF n° 907.635.809-53, residentes à Rua: Manoel José Pereira, 343, Palmas, Governador Celsé Ramos, SC e VERA VERGINIA VIEIRA, brasileira, solteira, apresentadora, CPF nº 905.104.539-5 Cl n° 3.944.589-5, SSP/SC, residente à Rua: Sebastiana Sagas Medeiros, Travessa, 19, casa, 🗱 Vila de Palmas, Governador Celso Ramos, SC. Ato contínuo, o senhor Presidente da Assemble deu posse à nova Diretoria e ao Conselho Fiscal e fez o seu discurso de agradecimento pela colaboração de todos, durante a sua gestão. A nova Presidente, advogada Sara Rúbia da Silveira, tomou a palavra para agradecer a confiança depositada pelos associados e convocou a todos para que se juntem à Diretoria com o objetivo de ajudar a preparar a documentação necessária a ser enviada ao Ministério das Comunicações, pois o processo de concessão do serviço de radiodifusão comunitária se encontra na fazer de habilitação. Decidiu-se ainda que a representante da Arcoar junto a Receita Federal, será a nova Presidente. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a Assembléia Geral. Eu, Jaqueline Aldemira Oliveira, lavrei a presente ata que após lida e discutida, foi aprovada e segue assinada.

BNR69242

Procur de Seloutres II

135 Con

Maria Natália da Silva
OFICIAL REGISTRADORA
SIdnel Correa Da Silva Jr.
OFICIAL SUBSTITUTO

Rua Getúlio Vargas, 50 - Cen ESTADO DE SANTA CATARINA

of Fb 8816 (2001; \$1649 CyvilC Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e outros papeis CNPJ-75508291/0001-22

MARIA NATÁLIA DA SILVA – Oficial SIDNEI CORREA DA SILVA JUNIOR – Oficial Substituto

Rua: Getulio Vargas, nº 50, Centro, 88160-000 – Biguaçu – Santa Catarina Fone/Fax: (48)32434318

CERTIDÃO

Certifico, que verificando em Cartório

os livros de Registro de Pessoas Jurídicas, encontrei registrado no livro A-04, às fls. 86, sob. nº. 416, em 25 de Abril de 2005 os Atos Constitutivos, ASSOCIAÇÃO RADIO DIFUSÃO DE Estatuto Ata COMUNITÁRIA **ARVOREDO** DE **GOVERNADOR** RAMOS - ARCOAR, fundada em 09 de Abril de 2005, com sede à Rua do Ipê Roxo, Nº 40 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos - SC, SĘŖVIÇO PÚBLICO FEDERAL cujos atos estão arquivados neste Cartório. MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES

O referido é verdade e dou fé.

/ Chorenad & verdade & destrict

Biguaçu, 22 de Abril de 2/0/9

Oficial do Registro Civil

A NATÁLIA DA SILVA adora do Registro Civil , Documentos, Pessoas as e Ontros Papéis C 8160-000 - Biguaçu - SC

ASS34682



SERVIÇO PÚBLICO FEDE MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07, 12,110

REGÍSTRO CIVIL - PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E OUTROS PAPEIS. OFICIAL SUBSTITUTO

CNPJ-75508291/0001-22

MARIA NATÁLIA DA SILVA - Oficial

Rua Getúlio Vargas, 50 - Centro CEP 88160-000 - Biguaçu - SC SIDMEI CORREA DA SILVA JUNIOR - Oficial Substituto

Fone: (48) 324 Rthis Gestalio Vargas, nº 50, Centro, 88160-000 - Biguaçu - Santa Catarina Fome/Fax: (48)32434318

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO, que sob nº 3.917, às fls. 005, do livro nº B-30, de registro de casamentos, verifiquei constar que no dia 09 de maio de 2008 foi realizado o casamento de GILIARDI DOS SANTOS e SARA RUBIA DA SILVEIRA, contraído perante o Juiz de Paz Sr. João Francisco de Alcantara Silva e as testemunhas constantes do termo. Ele, nascido em Florianópolis/SC, 25 de julho de 1980, profissão coordenador de T.I., residente em Biguaçu/SC, filho de João Nivaldo des Santos e de Dorcilina dos Santos. Ela, nascida em Florianópolis/SC, 06 de setembro de 1983, profissão advogada, residente em Biguaçu/SC, filha de José Braz da Silveira e de Eliana Maria Pereira da Silveira. A qual passou assinar SARA RUBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS.

Foi adotado o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Observações: nada consta

O referido é verdade e dou fé.

Biguaçu, 09 de maio de 2008

Oficial do Registro Civil

ATÁLIA DA SILVA a do Registro Civil men@s, Pessoas Outros Papeis o - Biguaçu ≟ SC

das Con



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL REGISTRO DATA DE EXPEDIÇÃO 3.821,239 8009\IAR\65 SARA RUBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS NOME JOSE BRAZ DA SILVEIRA ELIANA MARIA PEREIRA DA SILVETRA NATURALIDADE DATABENASCIMENTO FLORIANGPOLIS SC DOC ORIGEM C CAS 3917 LV B 30 FL S AFISETZI 1988 Nikar Casar da Silva Delegado de Polícia Mat. nº 294.495-2 CART SILVA BIGUACU SC - 007.279.539/58 SC ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº7.116 DE 29/08/83 BIGUACU -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

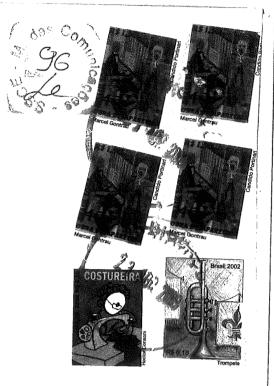
Em, 07 1 12 110



i Campos omunicação Eletrônica Bloco "R",







SERVIÇO PÚBL CO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EM, O 7

Ses Contraction of the order

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

INFORMAÇÃO № 161 /REC/2009-RADCOM/DOS/SSCE/MC - ALR

- REFERÊNCIA: Processo nº 53000.037401/05
- OBJETO: Requerimento de Outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, na localidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.
- ASSUNTO: Solicitação para Reconsideração da decisão proferida no EDITAL DE NOTIFICAÇÃO de 16/02/2009, publicado no DOU de 19/02/2009, seção 3 páginas 91/92, cuja análise resultou na constatação de improcedência do pedido formulados TERIO DAS COMINICAÇÕES acima mencionada.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, qualificada nos autos do processo em referência, apresentou Pedido de Reconsideração, trazendo em sua petição o embasamento que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no Aviso de Habilitação, publicado no DOU do dia 25/12/07 (25º Aviso), que teve por objetivo convocar as interessadas na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de interesse.

- 7. 08 COV
- 2. Após o esgotamento do prazo para apresentação da documentação legal exigida e considerando a capacidade administrativa do Departamento de Outorga de Serviços, foi realizado o exame dos documentos constantes dos autos do processo em referência, constatando-se a necessidade de cumprimento de exigências, com intuito de saneamento dos autos. Ocorre que a requerente não apresentou a documentação, em cumprimento as exigências descritas no ofício nº 7876/08, datado de 07/11/2008, devolvido pelos Correios pelo motivo "não procurado", conforme AR Postal anexado aos autos, assim, em cumprimento a legislação foi publicado Edital de Notificação no DOU de 19/02/2009, concedendo prazo de 15 dias para a entidade apresentar a documentação solicitada, vez que a mesma não se manifestou, o processo foi arquivado.
- 3. Diante da inconformidade com o arquivamento a entidade desenvolveu sua petição, no intuito de revisão da decisão, alegando os seguintes fatos, aqui dispostos de forma resumida: que solicita o desarquivamento do processo, apresentando parte da documentação.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

- 4. Como se observa, as alegações da requerente se fundamentam na necessidade de revisão do processo que objetiva a autorização para vexecução do FEDERAI Serviço de Radiodifusão Comunitária naquela localidade.
- 5. Tais alegações merecem as seguintes considerações:
- I muito embora a requerente tenha solicitado a reconsideração da decisão que arquivou o processo, apresentando parte da documentação relacionada no ofício nº7876/06, datado de 04/09/2006, comunicamos que não há possibilidade de acatamento do pedido, vez que a reconsideração está condicionada ao atendimento integral dos documentos solicitados com o objetivo de instruir o processo.
- II Ocorre que a entidade deixou de apresentar o Projeto Técnico e o Estatuto Social com as alterações solicitadas no mencionado ofício, inviabilizando o andamento do processo, motivo pelo qual, permanece inalterada a decisão que culminou no seu arquivamento, restando apenas a requerente aguardar a publicação de Aviso que contemple a localidade.
- III Por fim, informamos que os Avisos de Habilitação são publicados no Diário Oficial da União, também podem ser vistos na página do Ministério na Internet, (www.mc.gov.br), são publicados algumas vezes por ano, sem data definida e dependem dos requerimentos apresentados ao Ministério, bem como, da disponibilidade dos canais para as localidades de interesse.
- 6. Objetivamente, as razões trazidas pela entidade, com o intuito de ver alterada a decisão deste Departamento que arquivou o processo em questão, podem

não apresentou a ser consideradas improcedentes. vez que a requerente documentação solicitada no ofício 5220/06, inviabilizando a análise do processo.

III - CONCLUSÃO

Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, conclui-se que 7. o pedido:

- não deverá ser acatado, diante da improcedência das alegações aduzidas, permanecendo os autos arquivados levando, consequentemente, à tramitação dos autos para o arquivo.

Desta forma encaminhamos estas informações, sugerindo a apreciação 8. do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços e da Sra. Secretária de Servicos de Comunicação Eletrônica, para posterior envio de comunicado da decisão à requerente através de ofício acompanhado de AR Postal.

Brasília-DF,22 de Mullo

ÚCIA RODRIGUĒS Chefe de Serviço **SIAPE 94001**

De acordo com o Despacho e Decisão.

Brasília-DF, 22 de 4 multo de 2009.

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

De acordo com a Decisão.

Brasília- DF, 22 de Jumbo de 2009.

ZILDA BEATRIZ Ś. DE CAMPOS ABREU Secretária de Serviços de Comunicação Életrônica



de 2009.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA Departamento de Outorga de Servicos

Esplanada dos Ministérios, Bloco R – Anexo-B, Sala – 300 CEP 70044-900 – Brasília-DF

Tel.: (61) 311-6000 - Correio Eletrônico: radio.tv@mc.gov.br

Ofício n.º 146

/09/REC/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília-DF, 22 de Junho

À Senhora

Sara Rúbia da Silveira dos Santos Associação de Radiod. Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos Rua das Azaléias, 48 – Praia de Palmas 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC

Assunto: Comunicado de decisão relativa ao pedido de reconsideração PÚBLICO FEDERAL CONFERE COM O ORIGINAL.

Senhora Representante,

Diante da análise do pedido de reconsideração apresentado pela parte interessada, Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, na localidade de Governador Celso Ramos/SC, relativamente à documentação contida nos autos do processo nº53000.037401/05, comunicamos o que se segue.

A decisão proferida por meio EDITAL DE NOTIFICAÇÃO de 16/02/2009, publicado no DOU de 19/02/2009, seção 3 páginas 91/92, refere-se à análise inicialmente efetuada diante da documentação constante nos autos do citado processo. Ocorre que o motivo que ocasionou o arquivamento do processo foi examinado, face a apresentação de pedido de reconsideração.

No entanto o pedido não foi acatado, frente às seguintes considerações:

- 1 muito embora a requerente tenha solicitado a reconsideração da decisão que arquivou o processo, apresentando parte da documentação relacionada no ofício nº7876/06, datado de 04/09/2006, comunicamos que não há possibilidade de acatamento do pedido, vez que a reconsideração está condicionada ao atendimento integral dos documentos solicitados com o objetivo de instruir o processo.
- 2 Ocorre que a entidade deixou de apresentar o Projeto Técnico e o Estatuto Social com as alterações solicitadas no mencionado ofício, inviabilizando o andamento do processo, motivo pelo qual, permanece inalterada a decisão que culminou no seu arquivamento, restando apenas a requerente aguardar a publicação de Aviso que contemple a localidade.

3 - Por fim, informamos que os Avisos de Habilitação são publicados são no Diário Oficial da União, também podem ser vistos na página do Ministério na Internet, (www.mc.gov.br), são publicados algumas vezes por ano, sem data definida e dependem dos requerimentos apresentados ao Ministério, bem como, da disponibilidade dos canais para as localidades de interesse.

Face o exposto, informamos que a decisão que promoveu o arquivamento do processo não pôde ser reconsiderada e, caso seja de seu interesse, a Entidade poderá apresentar Recurso Administrativo endereçado ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações no prazo de 30 dias, contados do recebimento deste Ofício, encaminhado com AR postal. Desta forma, comunicamos que o processo será remetido ao arquivo.

Atenciosamente.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, O + 12 1 10

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SANTA CATARINA

Fundada em 09 de abril de 2005

End: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC - CEP: 88.190-000

Ofício 014/2009

Governador Celso Ramos, 17 de agosto de 2009.

Ref. Processo nº 53.000037401/05

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ERASÍLIA - DF

53000 039282/2009-48

SEAPARTE

19/08/2009-08:28

Senhora Secretária,

Complementarmente ao que já foi informado e enviado a esse Ministério das Comunicações pelo Formulário Padronizado Modelo A-2, na data de 28 de fevereiro de 2008, protocolado sob o nº 53000008122/2008-76, e pelo Ofício nº 04/2009, de 22 de abril de 2009, em forma de Recurso Administrativo à instância superior, face ao que versa o Ofício nº 146, de 22 de junho de 2009, recebido em 20 de julho de 2009, remetemos a Vossa Excelência, o Projeto Técnico e o Estatuto Social com as alterações exigidas. Atendidas todas as exigências e devidamente esclarecidos os motivos que ensejaram o arquivamento inicial do processo, confiamos piamente no deferimento do presente pleito.

O Município de Governador Celso Ramos, com uma população perene de aproximadamente 14 mil habitantes, tem sua economia baseada na pesca e no turismo. Nos meses do verão a população praticamente duplica, pois as belas praias do Município recebem turistas de todo o Brasil e até do exterior. A instalação da primeira rádio no Município é esperada com grande expectativa. A entidade pleiteante do Serviço de Radiodifusão Comunitária vem mantendo reuniões periódicas com outras entidades representativas da sociedade local e tão logo seja autorizado o seu funcionamente, está preparada para ofereces, está con comunicações grande presente para a população do Município.

Excelentíssima Senhora

Doutora Zilda Beatriz Silva Campos Abreu

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações.

Brasília - DF.

DOCUMENTO ANEXADO NESTA DATA

24:08 12009.

Jauro -

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SANTA CATARINA

Fundada em 09 de abril de 2005

End: Rua Das Azaléias, 48 – Praia de Palmas – Governador Celso Ramos/SC – CEP: 88.190-000

Diante do exposto, requeremos a Vossa Excelência, o prosseguimento do processo com a análise do Projeto Técnico e da documentação ora enviada, concedendo a entidade pleiteante, o direito à prestação do serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Sara Rúbia da Silveira dos Santos

Presidente

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS, COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, 07, 12 110

Αo Ministério das Comunicações. Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SSCE. Departamento de Outorga de Serviços.

Dra. Zilda Beatriz S. De Campos Abreu,

Assunto: Solicitação de Documentação. Referência: Processo Nº 53000.037401/2005. Ofício Nº 7876/2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC.

A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, Executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Governador Celso Ramos/SC, com endereço para correspondência à Rua das Azaleias - 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC, vem através desta apresentar documentação solicitado no oficio citado.

Nestes Termos, Pede Deferimento

Sara Rubia da Silveira dos Santos.

CPF: 007279.539-58.

MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

105 Com

DECLARAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - na localidade Governador Celso Ramos/SC, entidade legalmente constituída e devidamente registrada, declara que no caso de interferências prejudiciais causadas por sua Estação de Radiodifusão Comunitária, interromperá imediatamente suas transmissões até que essas sejam sanadas.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de Agosto de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EM, OF LALFO

Sara Rubia da Silveira dos Santos.

CPF: 007.279.539 -58.

200 - 00 M

DECLARAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS — na localidade de Governador Celso ramos/SC , Declara que no caso de interferências indesejáveis causadas por sua Estação de Radiodifusão Comunitária , caso essas não sejam sanados no prazo estipulado pela ANATEL , interromperá as transmissões .

Governador Celso Ramos/SC, 06 de Agosto de 2009.

Sara Rubia de Silveira dos Santos. CPF: 007279.539-58. SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MIMSTÉRIO DAS COMINICAÇÕES COMFERE COM O ORIGINAL

m, 07/ 12/

ENGENHEIRO TELECOMUNICAÇÕES Jorge Luiz Reinert CREA - 030663-8 - SC

107 107 WOSS - 889

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMOS

Declaro , em atendimento às normas vigentes , que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da , da Estação do Serviço de Radiodifusão Comunitária , da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos , na localidade Governador Celso Ramos/SC , não excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos .

Blumenau, 06 de Agosto de 2009.

Eng. Jorge Luiz Reinert. Crea: 030663-8-SC

> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07/ 12, 40

ENGENHEIRO TELECOMUNICAÇÕES Jorge Luiz Reinert CREA - 030663-8 - SC

108 CON 108 W

DECLARAÇÃO

Declaro, que o local pretendido para instalação do sistema irradiante, da Estação da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS , na localidade de Governador Celso Ramos/SC , possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 , conforme determina o item 18.2.7.1.1 , da Norma Complementar Nº 1/2004 .

Bumenau/SC, 06 de Agosto de 2009.

Eng. Jorge Luiz Reinert

CREA: 030663-8- SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONTERE COM O ORIGINAL EM, OT 12

ENGENHEIRO TELECOMUNICAÇÕES Jorge Luiz Reinert CREA - 030663-8 - SC



PARECER CONCLUSIVO

Declaro que a instalação proposta para a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃOCOMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, na localidade de GOVERNADOR Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, atende a todas as exigências das Normas Técnicas em vigor aplicáveis a mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004

Nome: Jorge Luiz Reinert.

CREA: 030663-8-SC

Data: 06/08/2009

Assinatura:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, O)

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO TÉCNICO OU RARA ALTERAÇÃO NA INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços

FORMULÁRIO DE INFORMA	AÇÕES TÉCNICAS
1 – SERVIÇO	2 – REGISTRO FISTEL
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom	USO EXCLUSIVO DA ANATEL
3 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
DENOMINAÇÃO SOCIAL $old A old S old S old O old C. old D old E old B old A old D old I old O old D. old C old O old M old U$	
DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO) $ \begin{array}{ c c c c c c c c c c c c c c c c c c c$	CGC 0 7 3 7 5 8 6 0 0 0 0 1 5 9
DENOMINAÇÃO DE FANTASIA	
4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA	
LOGRADOURO R U A D A S A Z A L E I A S 4 8 LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO	- P R A I A D E
PALMAS PRAIA	DE PALMAS UF
	AMOS SC
CEP	6 3 FAX
$\begin{array}{ c c c c c c c c c c c c c c c c c c c$	R
5 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRAD	IANTE
LOGRADOURO E S T R A D A G E R A L D E P A D BAIRRO	LMAS-S/N
PRAIA DE PALMAS CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDER	GOVERNADOR
$\begin{array}{ c c c c c c c c c c c c c c c c c c c$	1 8' 5 3" S 4 8° 3 3' 3 3" W
6 – ENDEREÇO DO ESTÚDIO LOGRADOURO	
E S T R A D A G E R A L D E P A D BAIRRO	LMAS-S/N
PRAIA DE PALMAS	$ \begin{array}{c c c c c c c c c c c c c c c c c c c $
CIDADE (CONTINUAÇÃO) $ \begin{array}{ c c c c c c c c c c c c c c c c c c c$	
7 – TRANSMISSOR	
FABRICANTE AUADCORREAEOUIP. E 1	LETRONICOS LITOA
MODELO POTÊNCIA S P - 5 0 2 5	O Watts 0 6 8 0 - CON 3 FE COM O ORIGINAL COM O ORI

8 – ANTENA/TORRE		
FABRICANTE DA ANTENA	$ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \$	MODELO PT 1 / 4
GANHO max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO S	SOLO ALTURA DA TORRE 3 0 0 m	ALTITUDE DO LOCAL 4 2 5 m
9 – LINHA DE TRANSMISSÃO		
FABRICANTE		MODELO
KMP RFF BRASI	L PIRELLI	R G - 2 1 3
COMPRIMENTO(L) ATENUAÇÃO EM 100 m (AI 4 5 0 m 4 5 0 dB	PERDAS NA LINHA (PL) $ \begin{array}{ c c c c c c c c c c c c c c c c c c c$	EFICIÊNCIA DA LINHA (η)
Perdas na linha (PL)= <u>L.AL</u> 100	Eficiência da linha (EF) = 1	10 -(PL) 10
10 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP (dBk)=10 log (Pt. Ght. G	ERP) Gvt. η) = 10 log (0,025 x 1,0 x 1,0 x 0,0	62) = -18,09 dBk.
Pt = Potência do transmissor, em kW.		
Ght = Ganho da antena, no plano horizont Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, η = Eficiência da linha de transmissão		
Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP Watts.) por emissora do RadCom deverá	ser igual ou inferior a 25
11 – INTENSIDADE DE CAMPO NO LIM	ITE DA ÁREA DE SERVIÇO	
$E(dB\mu) = 107 + ERP(dBk) - 20 \log d (kr)$	m) .	
ERP(dBk) ∏ potência efetiva irradiada		
d (km) = distância da antena transmisso	ora ao limite da área de serviço (ra	io da área de serviço)
$E(dB\mu) = 107 + (-18,09) - 20 \log 1.0 =$	88, 91 $(dB\mu)$.	
Obs.: O máximo valor de intensidade de 12 - OUTRAS INFORMA COES DE INTENSIDADE DE COMPONICIONAL MINISTÈRIO DAS COMPONICIONAL MINISTÈRIE COM O ORIGINAL	e campo no limite da área de serviç RESSE	o será de 91 dBμ.
MINISTÉRIO DAS COMINICAGOS MINISTÉRIO DAS COMINICAGOS CONFERE COM O ORIGINAL		
CONFERE COM O UNION	,	nerel
Em. Og	1	(
13 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJET	ISTA	
NOME COMPLETO $ \mathbf{J} \mathbf{O} \mathbf{R} \mathbf{G} \mathbf{E} \mathbf{L} \mathbf{U} \mathbf{I} \mathbf{Z} \mathbf{R} \mathbf{E} $	INERT	
REG.CREA ENDEREÇO 0 3 0 6 6 3 8 R U A E	M I L I A N O J U L	I O D E
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)	BAIRRO	
OLIVEIRA-1011		NOVA UF
B L U M E N A U TELEFONE	FAX	
8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 -	- 3 3 2 3 5 4 0 6	7 - 3 3 2 3 5 4 0 6
	$O L \cdot C O M \cdot B R $	
LOCAL BLUMENAU ASSINATIONA		DATA 1 0 / 0 9 / 2 0 0 9
ASSINATURA	1	
		· — · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OUVIDORIA CAIXA 0800 725 7474

229-873525659-0

17/AGO/2009

HORA DF 09:44:01

TERM 023521

OT. 20.07416-4 OCALIDADE: BIGUACU AG. VINCULADA: 1874

COMPROVANTE PAGAMENTO DE BLOQUETO CAIXA

DATA DE VENCIMENTO: 15/08/2009 VALOR DO PAGAMENTO: 30,00

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidor Reclama Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474 Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

229-873525659-0

Loferias CALAA

Loferius

SERVIÇO PÚBLICO FEDER**AL** MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL



Consolho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina

Clique aqui para imprimir o boleto

Descrição de Débitos:

- Profissional JORGE LUIZ REINERT
- Nro. ART.... 3515115-3
- Proprietario ASSOC DE RADIO COM ARVOREDO DE GOC C R
- Localização. R DAS AZALEIAS ESTRADA GERAL DE PLAMAS S/N
- Cidade..... GOVERNADOR CELSO RAMOS

CREA-SC	104-1			Recibo do Sacado
CEDENTE				VENCIMENTO
CREA-SC CNPJ 82.511	643/0001-64			15/08/2009
HOSSO HUMERO	NUMERO DO DOCUMENTO	ESPECIE DOC.	DATA DO DOCUMENTO	AGENCIA/COD. CEDENTE
9030663351511500009	3515115-3	DUPLICATA	10/08/2009	2481 / 051159-5
(=) VALOR DOCUMENTO	(-) DEDUÇÕES	(+) ACRI	SCIMOS	VALOR COBRADO
30,00				
SACADO				
JORGE LUIZ REINERT				
V			AUTENTICAÇÃ	O MECÂNICA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, 07/12/170



Autenticidade

ART N° 3515115-

A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica

Projeto do Serviço de Radiodifusão Comunitária .

- Descrição Complementar -

ART autenticada eletronicamente Via

CREAMET

- Contratado -					STATE OF THE PROPERTY.
ENGENHEIRO ELETRICIST	A	030663-8	Empresa Executor	ra:	
JORGE LUIZ REINERT			•		
RUA Emiliano Julio de	Oliveira . 101 B	ILUMENAU			
VILA NOVA	89035-670	SC	Fone:	Fax:	
Fone: 4733235406	Fax: 765	.626.549-04	Normal		
eng.reinert@gmail.com					
- Contratante -			E 12 10 Combach Chair (Chair Chair C		
Assoc, de Radiod. (Con. Arvoredo de	Gov. C. R.	07375860000159		
R. das Azaleias-Estra	ada Geral de PaLMAS-	s/n			
Praia Palmas	GOVERNADOR C		SÇ		
88190-000	48-9947-2063	5			
- Desumo do Contrato	THE RESIDENCE OF THE PROPERTY				

Valor Obra/Serviço: R\$500,00 Iníoio em :10/09/2009 Término em : 10/03/2010 Honorários: R\$500,00 Identificação da Obra/Serviço **Assoc. de Radio. Con. Arvoredo de Goc. C. R.** R. das Azaleias - Estrada Geral de Plamas s/n 07375860000159 Praia de Palmas GOVERNADOR CELSO RAMOS 88190-000 Assinaturas BLUMENAU JOHGE LUIZ REINERT Arvoredo de Gov. C. adiod. Com. 765.646.549-04 10/08/2009 07375860000159 Este documento anota perante o CRÉA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 8.498/77) Reservado ao Responsável Técnico ART: 3515115-3 - Participação Técnica . Atividades Individual Objetos Classificação Quantidade Unidade 12 B0109 1,00 45 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL __ Entidade de Classe_ MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES **AEAMVI** CONFERE COM O ORIGINAL _Regularização.

Este documento só terá fé Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para aferir www.crea-sc.org.br Este documento foi conferido e autenticado eletronicamente, estando sujeito a novas verificações conforme resolução 425/98 CONFEA.

As assinaturas devem ser a próprio punho, original e preferencialmente com caneta azul.

Maria Natália da Silva OFICIALA REGISTRADORA Sidnei Correa Da Silva Jr. OFICIAL SUBSTITUTO

White Rederativa of

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

STADO DE SANTA CATARINA

Rua Getúlio Vargas, 50 - Centro C**E artório do Registro** (- Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e outros papeis Fone: (48) 3243-4318 CNPJ-75508291/0001-22

MARIA NATÁLIA DA SILVA – Oficial

SIDNEI CORREA DA SILVA JUNIOR - Oficial Substituto

Rua: Getulio Vargas, nº 50, Centro, 88160-000 – Biguaçu – Santa Catarina Fone/Fax: (48)32434318

CERTIDÃO

Certifico, que verificando em Cartório os livros de Registro de Pessoas Jurídicas, encontrei registrado no livro A-04, às fls. 86, sob. nº. 416, os Atos Constitutivos da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, fundada em 09 de Abril de 2005, com sede à Rua das Azaléias, 48 - Praia de Palmas -Governador Celso Ramos - SC, cujos os atos estão arquivados neste Cartório, bem como suas alterações.

O referido é verdade e dou féservico publico federal

Biguaçu, 05 de Agosto de 2009.

MARIA NATALIA DA SILVA

Oficial do Registro Civil

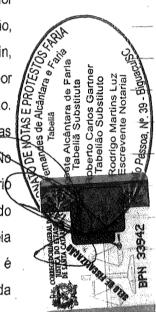
ATB 16751

MARIA NATÁLIA DA SILVA adora do Registro Civil Documentos, Pessoas as e Outros 3160-000 - Biguaçu - SC

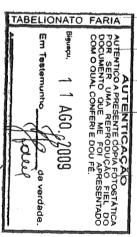
MARIA NATALIA DA SILVA megistradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SCOO

ATA DA ASSEMBREIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SANTA CATARINA.

Aos 29 dias do mês de julho de 2009, às 19h30min, na sede social da Associação de Moradores de Palmas, localizada na Rua Dos Pampas, 15, Praia de Palmas, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os associados da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - SC, para os fins previstos no Estatuto Social, atendendo ao Edital de Convocação, entregue pessoalmente a cada um dos sócios, com antecedência prevista no estatuto. As 19h30min. constatada a presença do quorum exigido já na primeira convocação, a senhora Presidente deu por abertos os trabalhos, pedindo que esta Secretária fizesse a leitura do Edital de Convocação. Iniciadas as discussões e deliberações, como primeiro ponto de pauta, foram apresentadas informações a respeito do andamento do processo junto ao Ministério das Comunicações. No presente momento faz-se necessário a alteração do estatuto para atender exigência do Ministérió das Comunicações, conforme consta do Ofício MC nº. 7876/2008, assim como a apresentação do Projeto Técnico para a instalação da Rádio Comunitária. Conforme ficou decidido na Assembleia Geral anterior, a Presidente da entidade Sara Rúbia da Silveira dos Santos, CPF: 007.279.539-58, é a representante da Associação junto a Receita Federal, devendo ser providenciada a devida alteração. No mesmo sentido, decidiu-se pela mudança de endereço da Associação que passará a ser à Rua: Das Azaléias, 48, Praia de Palmas, Governador Celso Ramos - SC, CEP: 88.190.000, devendo ser providenciada a devida alteração junto aos órgãos oficiais. Como último ponto de pauta previsto no edital de convocação, passou-se a proposta de alteração do Estatuto Social naquilo que foi solicitado pelo Ministério das Comunicações. O texto do Estatuto Social deverá ser alterado ∛azendo constar o que prevê a Norma Complementar 01/2004 em seus subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1, conforme segue: No cabeçalho e em todos os artigos deverá constar à denominação correta da entidade, qual seja Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - Santa Catarina. O parágrafo único do Artigo 2º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso. Ramos - Santa Catarina tem por finalidade específica, executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária". Fica suprimida do Artigo 8º a expressão "homologação da composição do Conselho Comunitário". Acrescenta-se ao Artigo 10, um novo parágrafo, com a seguinte redação: § 5º -



05



Hedjo mether

s de Oliptica

La seguinte redação: § 5° -

SERVICO PÚBLICO FEDERAL MAISTEAN DE COMINICAÇÕES MUNTERE COM O ORIGINAL

n. D+1 (2 170)

Towing you Estavision Filho

Poderá ser dirigentes da entidade, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, devendo ainda manter residência na área da comunidade atendida. Altera-se o conteúdo do Artigo 15, passando a vigorar com a seguinte redação: O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto, por no mínimo, cinco pessoas representantes de

entidades da comunidade local, tais como: associações de classes, de bairros, ecológicas, culturais, esportivas, científicas e sociais". Fica suprimida do Artigo 27, a redação atual da alínea "c", e a alínea "d" que agora passa a ser "c" irá vigorar com o seguinte teor: "c) apoio a projetos ou atividades com fins comunitários e culturais". O plano anual de trabalho da entidade foi apresentado e aprovado sem qualquer questionamento pelos sócios presentes. Esgotada a pauta a Presidente, advogada Sara Rúbia da Silveira dos Santos retomou a palavra para agradecer a presença e colaboração de todos os associados presentes e deu por encerrada a Assembléia Geral Extraordinária. Eu, Jaqueline Aldemira Oliveira, lavrei a presente ata que após lida e discutida, foi aprovada e segue assinada. Helio metar TABELIONATO FARIA Edmas de Mivière José Beleles Junion Touriso your Estanislo.u AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA FOTOSTÁTICA
POR SER UMA REPRODUÇÃO FIEL DO
DOCUMENTO QUE ME FOI APRESENTADO
COM O QUAL CONFERI E DOU FÉ. LONATO DE NOTAS E PROTESTOS Fernandes de Alcântara e Fair. NATO DE INC. LA CAUTESTOS.

Tabelia

Tabelia

Tabelia

Tabelia 1 1 AGO₂ 2009 o Alpântara de Faria da verdade. TABELIONATO FARIA Fone; (48) 3243-3195 - Fone/Fax: (48) 3243-4 OFÍCIO DE NOTAS - OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS Aldle RECONHEGO e dou fé por AUTENTICA a firma de 045291-SARA RUBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS Em testemunho da verdade. Biguaçu,03 di agosto de 2009 11:38:25. Cartório Registro Civil Títulos e Documentos Elia Fernandes de Alcântara e Faria/Tabeliã Rua Getulio Vargas, 50 - Biguaçu/SC Maria Natalia da Silva - Oficial BPJ 92649 Protocolo 000006 Livro 001 Folha 001 Data 04/08/2009 DENOTAS E PROTESTOS FAR NODE NUINO LI INVIESTOS E NODE NUINO LI INVIESTOS E NO DE NUINO LI INVIESTOS E Tabella L'emande Tabella Registro 000767 Livro A006 Folha065 Data 04/08/2009 osete Alcântara de Faria Osete Alcântara de Faria Tabella Substituta Apresentante: Luana Elisa da Silveira Qualidade do Lançamento: Integral Roberto Carlos Gartner Tabelião Substituto Registro PJ Emol.: Reg.: Isento, Selo: Isento, FRJ: Isento rigo Martins Luz Biguacu - SC, 04/08/2009 SERVIÇO PUBLIDO FEDERAL Marionala NATÁLIA DA SILVA 10 39 Berstradora do Recipio Quelo MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Titulos, Documentos e Outro Papéis Jurídicas CEP 88160-000 - Big açu & C

MARIA NATÁLIA DA SILVA Hegistradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas 118 4 Proposition - Control Papéis Poro Veilia de Cilheira dos Soutos. HELIO MONTEIRO 04 VITORINO MIRANDA 05 DASILVEIRA (domo de-8) ANIEL SKUBIRA 07 Herri Lic -TiAGO Nilson Idemina 1096 BTANISHAU Jour Estonislou File Hoolooly con ONO BATISTA DE ANDRADE SERVIÇO PÚBLICO FE**DER**AL Claudio France MINISTÊRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL 20 SERGEO Lacurdes gario prince DOS ARLINDO BALDANCA = CLAUDEMIN DE CLIVEMA RODRIGUES



ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SANTA CATARINA.

FUNDADA EM 09 DE ABRIL DE 2005

ESTATUTO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Sara Rúbia da Silveira

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SANTA CATARINA.

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO SEDE E FORO.

- Art.1° A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos Santa Catarina é uma entidade civil, sem fins econômicos (lucrativos), fundada em 09 de abril de 2005, com sede e foro na cidade de Governado Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, localizada à Rua das Azaléias, nº 48, Praia de Palmas, representando neste ato o esforço conjunto de membros da comunidade, aqui voluntariamente reunidos, para promover o ideal democrático e o bem comum.
- § 1º A área de abrangência e atuação da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, limitar-se-á ao território do Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.
- § 2° A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos reger-se-á por este Estatuto, respeitadas as leis que disciplinam a matéria, especialmente o que dispõe o Código Civil Brasileiro em Seus artigos en Companyartigos de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

OBJETIVO, FINALIDADE, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS.

Art. 2º - A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos tem por objetivo reunir pessoas e entidades comprometidas com a população de todos os bairros de Governador Celso Ramos, visando promover a difusão de hábitos sócio-comunitários e os sentimentos de sua identidade histórica e cultural, contribuindo, assim para a integração, o desenvolvimento e o convívio comunitário e especialmente:

a) contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pelo direito a informação e pela institucionalização do direito de comunicar;

MARIA NATÁLIA DA SILImegistradora do Registro Civid Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

Sara Rúbia da Silveira

- b) oportunizar à difusão das idéias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais, propagando a boa música, além do intercâmbio entre as comunidades envolvidas;
- c) coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação local, regional e nacional, informações de cunho político, social, econômico, cientifico, cultural e desportivo, relacionados à comunidade que representa;
- d) promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- e) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- f) prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins econômicos;
- g) organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico audiovisual de depoimentos e fatos produzidos ou colhidos na comunidade ou de interesse geral;
- h) promover continuamente o debate, objetivando o avanço dos projetos sociais e comunitários;

Parágrafo Único - A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos - Santa Catarina tem por finalidade específica, executar o Servico de Radiodifusão Comunitária.

Art. 3° - Poderá agregar-se às atividades da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, qualquer pessoa, independentemente de cor, raça, sexo, ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou gualquer MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES outra condição, respeitado o que dispõe o presente Estatuto. CONFERE COM O ORIGINAL

Art. 4° - São direitos dos associados:

- a) ter voz e voto nas Assembléias da entidade;
- b) ter acesso a qualquer documento oficial da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, inclusive ao cadastro de funcionários e associados, mediante solicitação por escrito, exceto as informações de caráter pessoais:
- c) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, diretamente ou por meio de convênios.

Art. 5° - Poderão associar-se a Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, no caso de pessoa física, aquele que possuir residência no município ou, no caso de pessoa jurídica, a que tiver domicílio em Governador Celso Ramos.

> MARIA NATÁLIA DA SILVA negistradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéia CEP 88160-000 - Biguaçu - S

Sara Rúbia da Silveira

- § 1° Somente serão aceitas como associadas às entidades civis sem fins econômicos ou pessoas físicas de notório envolvimento com causas de interesse comunitário.
- § 2° O associado que faltar a duas Assembléias Gerais Ordinárias, sem justificativa, ou não se fizer presente nas Assembléias Gerais Extraordinárias, ocorridas neste período, será convocado pela Diretoria para justificar sua ausência, cabendo à Diretoria, por maioria absoluta, decidir quanto à continuidade ou não dos faltosos no seu quadro social.
- § 3º O associado que deixar de pagar sua contribuição por 03 (três) meses consecutivos será afastado do quadro social, cessando o afastamento após o recolhimento dos débitos.
- Art. 6° São deveres dos associados:
 - a) participar das reuniões e Assembléias da entidade;
 - b) pagar em dia as mensalidades estipuladas pela Diretoria;
 - c) apresentar conduta adequada, dentro de padrões de comportamento social e profissional compatíveis com sua condição associativa.

CAPÍTULO IIII

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 7º - São órgãos da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário;
- d) Conselho Fiscal.
- Art. 8° A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão da entidade, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria, prestação de contas do exercício anterior, aprovação do plano anual e discussão de assuntos gerais da entidade e/ou das comunidades envolvidas.
- § 1° A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Comunitário ou, no mínimo, por 1/5(um quinto) dos associados em dia com suas obrigações estatuárias, através de abaixo-assinado, sendo que a convocação deverá ser feita com antecedência

MARIA NATÁLIA DA SILVA Hegistradora do Registro Civi Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Riguecu - ST Sara Rubia da Silveira
Advogada OAB/SC 2484

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, O 7/1/2/1/00 mínima de 30 (trinta) dias, por meio de Edital de Convocação afixado na sede da entidade e no estúdio da Radio Comunitária, com a divulgação de pelo menos 04 (quatro) chamadas diárias durante a programação da emissora, podendo ainda ser publicado em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação e de cartazes nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, local, horário e pauta da reunião.

- § 2º A assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com a maioria absoluta dos seus associados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus associados.
- § 3° Tratando-se de Assembléia Geral para alteração de Estatuto ou para destituição de seus Administradores, necessitará do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes, observado o quorum mínimo previsto no parágrafo anterior.
- § 4° A representação das entidades associadas da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos dar-se-á pela inscrição de 01 (um) representante dentre seus associados, devidamente ratificado formalmente pela diretoria da respectiva entidade.
- Art. 9° A Diretoria reunir-se-á mensalmente, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente, pelo Conselho Comunitário, pelo Conselho Fiscal ou ainda, pela maioria dos seus membros.
- Art.10 A Diretoria será eleita juntamente com o Conselho Fiscal para mandato de 03 (três) anos, por meio da Assembléia Geral Ordinária convocada para este fim, por votação aberta e nominal entre as chapas regularmente inscritas.
- § 1° Será considerada eleita à chapa que obtiver a maioria dos votos cálidos e AÇÕES tomará posse imediatamente.
- § 2° A Assembléia Geral com fins eleitorais deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, utilizando-se para esta convocação, os meios de divulgação previstos no artigo 8°, § 1° deste Estatuto.
- § 3° A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral, mediante apresentação de pedido de inscrição por escrito, dirigido a Comissão Eleitoral, constituída pela Diretoria.

MARIA NATÁLIA DA SILVA negistradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

Sara Rúbia da Silveira

- § 4º Somente poderão votar e ser votados os associados que tenham pelo menos 06 (seis) meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias, executando-se a Assembléia Geral de fundação desta entidade.
- § 5° Poderá ser dirigente da entidade, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, devendo ainda manter residência na área da comunidade atendida.
- Art.11 a Diretoria será composta de 05 (cinco) membros, a saber:
 - 1- Presidente
 - 2- Vice-Presidente;
 - 3- Secretário;
 - 4- Tesoureiro:
 - 5- Relações públicas
- § 1º Ocorrendo vacância no cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá imediatamente.
- § 2º Os demais cargos que compõem a Diretoria deverão estar sempre preenchidos.
- § 3° No transcurso do mandato, ocorrendo à vacância simultânea de 03 (três) ou mais cargos da Diretoria, deverá ser convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para eleição de uma nova Diretoria para complementar o mandato, preservando-se os cargos não vagos.
- § 4º A vacância será caracterizada pela ausência do Diretor a 02 (duas) reuniões ordinárias consecutivas ou 03 (três) alternadas, sem justificativa aceita por seus pares, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.
- Art. 12 A Diretoria poderá ser substituída, no todo ou em parte, pela Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim, na forma do artigo 8°, § 1°, nos casos de incúria ou falta grave que venha a comprometer os objetivos da associação previstos neste estatuto.
- Art. 13 O Conselho Fiscal deverá ser eleito na mesma Assembléia e o mandato terá a mesma duração da Diretoria.

Art. 14 – O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente para analisar e aprovar ou não os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionem com as finanças da entidade.

MARIA NÁTÁLIA DA SILVA Hegistradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas CEP 88160-000 - Biguaçu - SC

AGMISTERIO DAS COMINICAÇÕES

WERE COM O ORIGINAL



- § 1 ° Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas, em livros próprios e assinadas por seus membros, logo após o encerramento dos trabalhos.
- § 2º Os membros suplentes poderão, obedecendo a ordem de suplência, substituir em qualquer reunião os membros efetivos faltosos.
- Art. 15 O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto, por no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: associações de classes, de bairros, ecológicas, culturais, esportivas, cientificas e sociais.
- Art. 16 O Conselho Comunitário reunir-se-á uma vez ao ano ou a qualquer tempo, por convocação da maioria dos seus membros, com a finalidade de:
 - a) analisar a dinâmica e perfil das atividades implementadas pele Diretoria, verificando a sua adequação às metas estabelecidas:
 - b) discutir e aprovar a programação da emissora.

Art. 17 – O presente Estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte mediante convocação da Assembléia Geral Extraordinária, na forma prevista no Artigo 8°, SEF. TWO PUBLICO FEDERAL § 1°. MINISTÉRIO DAS COMINICACIÓES

CAPITULO IV

ATRIBUIÇOES DA DIRETORIA

Art. 18 - Caberá à Diretoria, coletivamente:

- a) traçar estratégias e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembléia Geral:
- b) convocar as Assembléias Gerais;
- c) indicar um de seus membros ou um de seus associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso de impedimento do Presidente ou nos casos que julgar conveniente;
- d) elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e administrativos:
- e) prestar contas semestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente a Assembléia Geral Ordinária:
- f) autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como definir salários, gratificações ou outras formas de remuneração;

g) autorizar a aquisição de equipamentos;

MARIA NATÁLIA DA SILVA negistradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéié CEP 88160-000 Biotianii -

ara Rubia da Silveira Advogada OAB/SC 24844

CONFERE COM O ORIGINAL



- h) celebrar contratos ou convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;
- i) aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.

Art. 19 – Caberá a cada Diretor, individualmente:

- a) executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas.
- b) manter postura publica compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) representar a Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, sempre que designado pela Diretoria;
- d) assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções;

Art. 20 – Caberá ao Presidente:

- a) coordenar as Reuniões de Diretoria e Assembléias Gerais;
- b) representar a Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) responder em juízo pela entidade;
- d) assinar, juntamente com o Secretário, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamentos de despesas em geral.

 confere com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamentos de despesas em geral.

Art. 21 - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas.
- b) substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) acumular as funções de outros Diretores, em caso de impedimentos temporários destes, sem acumular o seu direito de voto.

Art. 22 – Caberá ao Secretário:

a) secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da Assembléia Geral, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;

b) preparar editais, convocações, circulares, correspondências em geral, assinando-os juntamente com o Presidente;

c) manter o cadastro dos associados atualizado;

MARIA NATÁLIA DA SILVA Registradora do Registro Civí Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéia CEP 88190-000 - Biguaçu - SC

Sara Rúbia da Silveira Advogada OAB/SC 24844 d) manter em seu controle a documentação legalmente necessária da entidade e de seus funcionários.

Art. 23 – Caberá ao tesoureiro:

- a) manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos;
- b) supervisionar e ter em seu controle a escrituração contábil da entidade;
- c) apresentar os balancetes à Diretoria;
- d) assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da entidade.
- Art. 24- O quorum mínimo para deliberações nas reuniões da Diretoria é de 03 (três) membros, sendo que em caso de empate nos processos de votação, o assunto deverá ser remetido à próximo a reunião ordinária ou extraordinária, quando tentar-se-á a solução do impasse.
- Art. 25 O exercício do mandato da Diretoria será considerado de relevância comunitária e não poderá ser remunerado.

CAPÍTULO V

RECEITAS E DESPESAS

Art. 26 - As receitas da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos advirão de:

- a) contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa, constando valor, data e identificação do doador;
- b) contribuição mensal dos seus associados;
- c) verbas provenientes de subsídios oficiais;
- d) patrocínios em forma de apoio cultural do comércio local;
- e) campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim.
- § 1º Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da entidade.
- § 2° Todas as doações serão analisadas pela Diretoria, que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto parágrafo anterior.
- § 3° Será garantido aos doadores que assim o desejarem, o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria, após solicitação por escrito, ou por força de decisão judicial.

Hegistradora do Registro Civil Títulos, Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis CEP 88160-000 - Biquacu - SC

Sara Rúbia da Silveira

Art. 27 – As despesas da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos poderão ser:

- a) despesas operacionais, tais como: aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CDs e outros;
- b) pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos e instalações, a título de remuneração;
- c) apoio a projetos ou atividades com fins comunitários e culturais.

CAPÍTULO VI

PROGRAMAÇÃO MÍNIMA

Art.28 – Minimamente, a programação da Rádio Comunitária contemplará:

- a) espaço garantido aos segmentos organizados da sociedade para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, observada apenas a adequação de horário na programação;
- b) reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas pessoas da comunidade atendida, produzidos por especificações técnicas definidas pela Diretoria, sendo que o referido espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) vedação ao uso de qualquer espaço para fins político partidário, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos a todos, além do horário político obrigatório, na forma da lei;
- d) proibição de uso de qualquer espaço com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosos representadas nas comunidades atingidas pela transmissão, sendo que a solicitação de espaço devera ser feita por escrita à Diretoria. SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CAPÍTULO VII

DISSOLUÇÃO

Art. 29 - A dissolução da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos ocorrerá apenas por decisão da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, na forma prevista neste estatuto.

> MARIA NATALIA DA SILV Hegistradora do Registro Civ Títulos, Documentos, Pessos Jurídicas e Outros Papéix CEP 88160-000 - Biguaçu - S

MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES



- § 1° Constará como ponto de pauta obrigatório da Assembléia Geral convocada para a dissolução da entidade, a prestação de contas, analisada previamente pelo Conselho Fiscal.
- § 2º O patrimônio da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos deverá ser doado a outras entidades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins econômicos, entidades essas a serem definidas pela Assembléia Geral.
- § 3º Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no § 2º deste artigo.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30 – Caberá à Assembléia Geral de Fundação eleger a primeira Diretoria com mandato de 03 (três) anos, cabendo a esta Diretoria;

- a) Registrar o presente Estatuto no cartório competente, na forma da lei;
- b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros 03 (três) anos de existência da Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos:
- c) Organizar o cadastro de associados:
- d) Montar a emissora de radiodifusão comunitária:
- e) Associar a Rádio à entidade estadual ou distrital de Radiodifusão Comunitária.

Governador Celso Ramos – SC, 29 de julho de 2009.

ABELIONATO FARI Sara Rubia da Silveira dos Santos Presidente

> Sara Rúbia da Silveira Advogada OAB/SC 24844

MARIA NATAL hegistradora de Agistro Títulos, Document Jurídicas e Outros Papéis ⊋EP 88160-000 - Bi∯uaçu -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

TAINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Tabella Substituta berto Carlos Gartner labelião Substituto odrigo Martins Luz

TABELIONATO FARIA Fone: (48) 3243-3195 - Fone/Fax: (48) 3243-46 OFÍCIO DE NOTAS - OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS RECONHEÇO e dou fé por AUTENTICA a firma de: 045291-SARA RUBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS

da verdade. Biquacu,03 de agosto de 2009 11:38:24. Elía Fernandes de Alcântara e Faria/Tabeliã

Cartório Registro Civil Titulos e Documentos Rua Getulio Vargas, 50 - Biguaçu/SC Maria Natalia da Silva - Oficial

Protocolo00007 Livro 001 Folha 001 Data 04/08/2009 Registro 000001 Livro A004 Folha 086 Data 04/08/2009

ApresentanteLuana Elisa da Silveira

Qualidade do Lançamento: Integral Averbação PJNº: A

Emol.: Reg.: Isento, Selo: Isento, FRJ: Isento

Biguaçu - SC, 04/08/2009

Oficial:_

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTICA PO ESTADO DE SANTA CATARINA DE SANTA

RIA NATÁLIA DA SILVA Istradora do Registro Civil Isó Documentos, Pessoas Cicas de Outros Papéis 1681-80-000 - Biguaçu - SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 071 12 146

130 H



o Comunitária "R", ANEXO, Sala 332.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

En, 07: 12:140

DREENCHE	R COM LETRA DE FORMA
PREENONE	DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE
NOME	ON THE STATE OF TH
ENDE	Of n°146/2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC N° Proc:53000.037401/05 SARA RÚBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS ASSOC. DE RADIOD. COMUNIT. ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS RUA DAS AZALÉIAS, 48 – PRAIA DE PALMAS 88190-000 GOVERNADOR CELSO RAMOS / SC
DECLA	PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE EMS SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION DATE DE LIVRATION BUREAU DE MITREGA UNIDADE DE ENTREGA UNIDADE DE ENTREGA UNIDADE DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE MITREGA UNIDADE DE LIVRATION BUREAU DE MITREGA UNIDADE DE MITRE
N° DOCL RECEBE	GIVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR ALULIA JOSI: GOWALVICA MENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO DOR / ÓRGÃO E DIDOR RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT SECO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, Ot 12,10

	1
AVISO DE RECEBIMENTO AR RK 2 0, 3 0 9 5 0 8 7 BR.	3
ORREIOS AVIS CNOZ CO DE ENTREGA I TENTATIVES DE LIVRAISON	
DATA DE POSTAGEN IDATE DE DÉPOR TENTATIVAS DE ENTATIVAS DE ENTATIVAS DE COMO TOS DE COMO T	
INIDADE DE POSTAGEM I BUREAU DE DEPOT 10: 20 h 15: 00 h 14:54	h
PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDÎTEUR	
PREENCHER COM LETRA DE FORMA O DEMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMEDIA DE REMEDIA DO REMEDIA DE REMEDIA D	1 1:11
The state of the s	1-19
E Prince Fillingo	11
10 and the second of the secon	-\ :
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO ADRES OF THE ANDRES	c 1 111
33 9))	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO ADRESO FILIZADO DE LO CIDADE / LOCALITÉ	$\Box A$. Whi
BR	ASIL
CORNE LI OCALITÉ	
CIDADE / LOCALITÉ	i
The state of the s	1
The state of the s	1 :
	į,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EMODE 1 12

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso Ramos/SC

Entidade:

ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMUNIT. ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aviso:

26

Publicação:

05/12/2007

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252

COORDENADAS			
	Proposta (A)	IBGE (B)	
Latitude:	27S1853	27\$1853	
Longitude	48W3333	48W3333	

DISTÂN	CIA	
Distância A:B (IBGE)	0.0	

1		Processo	
1. Entrego	ou documentação tempestivamente?		Sim
2. Endere	ço da Antena Proposta		
Estrada Geral d	de Palmas, s/n°, Praia de Palmas		
2.1. Endere	eço do Studio		
Estrada Geral	de Palmas, s/n°, Praia de Palmas		
3. Relação	o de concorrentes (d <= 4000 m)		
Núr	mero do Processo	Distância	Status
5:	3740.002131/99	2.930,00	ARQ
4. Depend	lentes ordenados pela precedência do	o aviso de inscrição (d < 4000 m)	
		SER	MCO Dia

	SERVIÇO PLID	
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal CONFERE CON	ICO FEDERANVEL
6.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal CONFERE COM A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	ORIGINAINão
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	and the second
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	
Rua da	as Azaléias,n° 48, Praia de Palmas	
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Não
12.	Conclusão da Análise	
	im relação a primeira análise técnica , o processo não encontra-se instruído .A entidade o ação de local da sede que deverá estar dentro do raio de execução .	deverá apresentar nova
**** [Vão tem concorrente.	
	Dugerted	
01/09/	/2009	Página 1 de 2

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE R

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso Ramos/SC

Entidade:

ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMUNIT. ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aviso:

26 Publicação:

05/12/2007

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252

			Processo				
1.	Entregou documentação tempes	stivamente?					Sim
2.	Apresentou Formulário padroniz	ado DOUL/RADCOM 02?					Sim
3.	Apresentou Declaração firmada as providências previstas nas let 07/08/98?						a. Sim b. Sim
4.	Apresentou planta de arruament assinalado o local de instalação segundos, e traçada a circunferé III, item 6.11)	do sistema irradiante, com	indicação da coor	denadas geog	ráficas com	precisão de	Não
5.	Apresentou diagrama de irradiaç diagrama de Irradiação vertical e polarização circular ou elíptica, o diagramas? (nº IV, item 6.11)	e especificações técnicas d	o sistema irradian	te proposto; no	caso de an	itenas de	Sim
6.	Apresentou declaração do profis irradiante, atende as condições 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)						Sim
7.	Apresentou declaração do profis proteção aos aeródromos, ou de instalação proposta, ou se for o	claração do órgão compet	ente do Ministério	da Aeronáutic	a autorizand	loa	Sim
8.	Apresentou parecer conclusivo, todas as exigências das normas fica situado a mais de 1Km de d	técnicas em vigor aplicáve	eis à mesma e que				Sim
9.	Apresentou Anotação de Respo	nsabilidade Técnica - ART	referente à instala	ção proposta?	' (n° VIII, iter	n 6.11)	Sim
10.	Verificar no Formulário de Inforn	nação Técnicas se o Ganho	o de antena <= 0,0) dBu?			Sim
. Ganh	o Maximo: 0,00	b. Fabricante: Ideal Ind. e d	com. de Antenas Ltda	c. Modelo: P	T -1/4		
11.	Altura da antena em relação ao	solo <= 30m?		Altura: 3	0,00		Sîm
12.	Potência efetiva irradiada (ERP)	<= 25W (-16,02 dBk)?	- ·	**************************************		and the second second	Sim
13.	O transmissor está certificado?						Sim
. Fabric	cante: Auad correa Equip. eletr. Ltda	o. Modelo: SP -5025	c. Categoria:		2 H	d. Certificado:	0680-03-0528
	Intensidade de campo no limite	da área de serviço <= 91 d	Bu?				Sim
14.							

Em relação a segunda análise técnica, o processo não encontra-se instruído . A entidade de verá apresentar nova CONFERE COM O ORIGINAL sede.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Oficio nº		. (ie	_/	_/200
Processo n °	Localidade:			•	
Entidade:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				·
() Única entidade no	local/bairro /ou com concorrentes: () arquivado, ()em análise, ()em exigênc	ia, () i	nstruído
	EXIGÊNCIAS TÉCNICAS	<u>S</u> :			
(12) Cumpridas parc	ralmente — Processo înstruído (1º Fase) ialmente, restando a apresentação da seguinte do gralmente — Processo instruído (2º Fase) —ENTII			a:	
Observações: 19	Le de armangento	lais de	1 Ixe	www	~ ~
Brasilia, <u>01/08/2</u>	<u> </u>		<u>.</u>		
FANTASIA:		132w	958		
Cumpridas integ	ralmente. almente, restando a apresentação da seguinte doc	umentação:			
SEDE:	*				
Observações:	·				······································
	•	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
					• • •
DIRETORIA:	in the grown of the constant of its and the constant of the co				· · · · ·
		SE MIT CC	RVIÇO PÜ NISTÉRIO DA NIVFERE CO O > /	BLICO F S COMIN	EDERALICAÇÕES
		Em,		12 1	
Brasilia,/_	/2008 Analista responsável:	<u></u>		. : 	
		STAPE:			

25° ARP

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SANTA CATARINA

Fundada em 09 de abril de 2005

End: Rua Das Azaléias, 48 - Praia de Palmas - Governador Celso Ramos/SC - CEP: 88.190-000

Ofício 015/2009

Governador Celso Ramos, 15 de setembro de 2009.

Ref. Processo nº. 53.000037401/05

Senhor Coordenador,

MINISTÉRIO DA 8 COMUNICAÇÕES BRASÍLIA - DF

53000 047942/2009-64

SEAPARCE

02/10/2009-08:57

Complementarmente ao que já foi informado e encaminhado a esse Ministério das Comunicações pelo Formulário Padronizado Modelo A-2, na data de 28 de fevereiro de 2008, protocolado sob o nº. 53000008122/2008-76, pelo Ofício nº. 04/2009, de 22 de abril de 2009, e pelo Ofício nº. 014/2009, de 17 de

agosto, estamos remetendo a Vossa Senhoria, o **Projeto Técnico com as** alterações exigidas. As coordenadas geográficas foram alteradas para permitir

que a localização do sistema irradiante e a sede da entidade fiquem dentro do raio

de proteção, conforme exigência legal.

Diante do exposto, solicitamos a Vossa Senhoria, o prosseguimento do processo com a análise do Projeto Técnico e da documentação apresentada, concedendo a entidade pleiteante, o direito à prestação do serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Sara Rúbia da Silveira dos Santos

Presidente

Ao Senhor

Gleucione Alves Teixeira Junior

DD. Coordenador de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações.

Brasília - DF.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, Q7, 12,100

SN DO

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO TÉCNICO OU PARAS ALTERAÇÃO NA INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

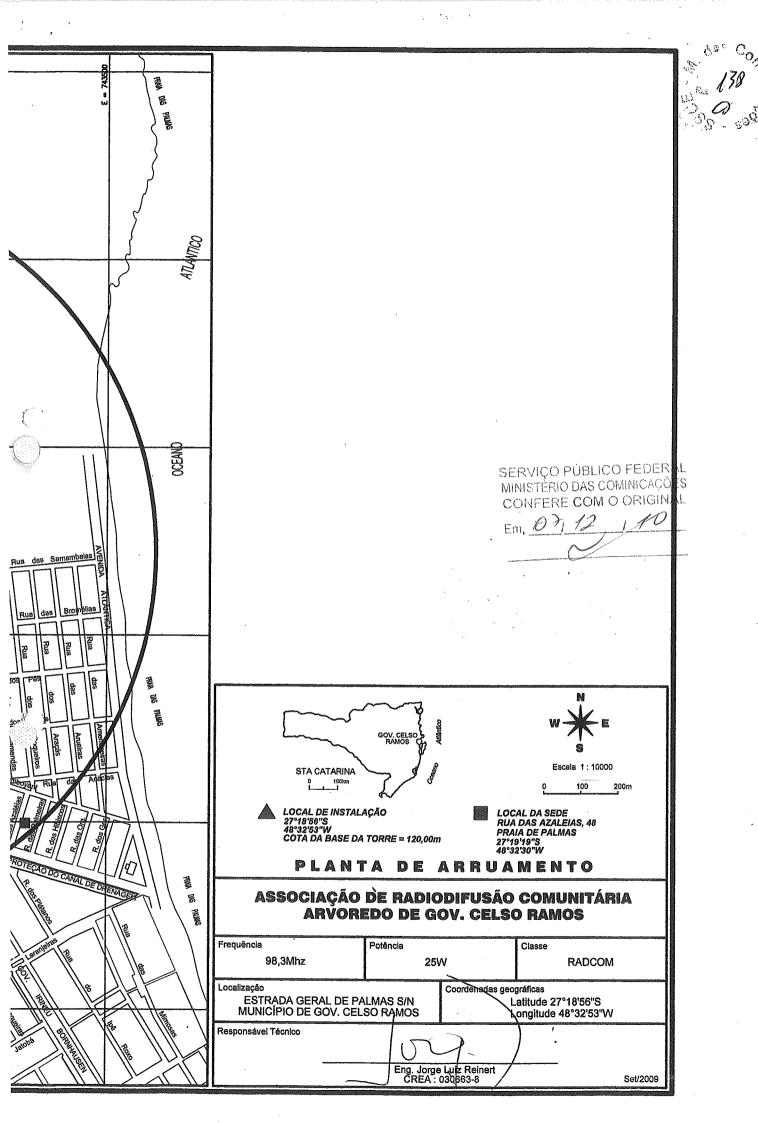
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços

FORMULÁRIO DE INFORM	ACÕES TÉCNICAS
	*
1 – SERVIÇO	2 – REGISTRO FISTEL
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom	USO EXCLUSIVO DA ANATEL
3 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
DENOMINAÇÃO SOCIAL	
A S S O C. D E R A D I O D. C O M	
DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO) DE GOV. CELSO RAMOS	CGC 0 7 3 7 5 8 6 0 0 0 0 1 5 9
DENOMINAÇÃO DE FANTASIA	
4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA	
LOGRADOURÓ	
RUA DAS AZALEIJAS 48 LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO	- P R A I A D E
PALMAS PRAIA	DE PALMAS UF
GOVERNADOR CELSO	RAMOS SC
E-MAIL	
J B R A Z .A D V @ U O L . C O M . B R	
5 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRAD	IANTE
LOGRADOURO E S T R A D A G E R A L D E P A	L M A S - S / N
BAIRRO	CIDADE
PRALA DE PALMAS	GOVERNADOR CEL
CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDE S O R A M O S S C 2 7°	NADAS GEOGRÁFICAS 1 8' 5 6" S 4 8° 3 2' 5 3" W
6 – ENDERECO DO ESTÚDIO	
LOGRADOURO	
	LMAS - S /N
BAIRRO	$ \begin{array}{c c} \text{CIDADE} \\ \hline GOVERNADOR \\ \hline CEL $
PRAIA DE PALMAS CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF	GOVERNADOR CEL
S O RAMOS SC	
7 - TRANSMISSOR	
FABRICANTE	
A U A D C O R R E A E O U I P. MODELO POTÊNCIA	E L E T R O N I C O S L T D A CERTIFICAÇÃO
	0 Watts 0 6 8 0 - 0 3 - 0 5 2 8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EM, OT 1 12 110

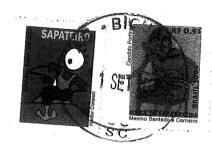
8 – ANTENA/TORRE	MODELO
FABRICANTE DA ANTENA $ \begin{vmatrix} \mathbf{I} & \mathbf{D} & \mathbf{E} & \mathbf{A} & \mathbf{L} & \mathbf{A} & \mathbf{N} & \mathbf{T} & \mathbf{E} & \mathbf{N} & \mathbf{A} & \mathbf{S} & \mathbf{P} & \mathbf{R} & \mathbf{O} & \mathbf{F} & \mathbf{L} & \mathbf{T} & \mathbf{D} & \mathbf{A} \end{vmatrix} $	MODELO P T 1 / 4'
GANHO max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE	ALTITUDE DO LOCAL
	2 8 , 0 m
9 – LINHA DE TRANSMISSÃO FABRICANTE	MODELO
KMP RFF BRASIL PIRELLI	R G - 2 1 3
COMPRIMENTO(L) ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) PERDAS NA LINHA (PL) $4 0 , 0 \text{ m}$ $4 , 5 0 \text{ dB}$ $1 , 8 0 \text{ dB}$	EFICIÊNCIA DA LINHA (η) 0 6 6
Perdas na linha (PL)=L.AL Eficiência da linha (EF) =	10 (PL)
100	
10 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP) ERP (dBk)=10 log (Pt. Ght. Gvt. η) = 10 log (0,025 x 1,0 x 1,0 x 0,	.66) = -17,82 dBk.
Pt = Potência do transmissor, em kW.	
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes	
η = Eficiência da linha de transmissão	<i>و</i>
Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom devera Watts.	á ser igual ou inferior a 25
11 – INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO	
$E(dB\mu) = 107 + ERP(dBk) - 20 \log d (km)$	
ERP(dBk) ∏ potência efetiva irradiada	
d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (ra	nio da área de serviço)
$E(dB\mu) = 107 + (-17.82) - 20 \log 1.0 = 89.18 (dB\mu)$.	
Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviç	ço será de 91 dBμ.
12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE	
O Sistema Irradiante do Serviço de RADCOM , não faz parte de um Proj SMC .	eto do Serviço Móvel Celular –
A Antena do Serviço de RADCOM será instalada em sua própria Torre.	
13 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA	AMERICAN A
NOME COMPLETO $ \mathbf{J} \mathbf{O} \mathbf{R} \mathbf{G} \mathbf{E} \mathbf{L} \mathbf{U} \mathbf{I} \mathbf{Z} \mathbf{R} \mathbf{E} \mathbf{I} \mathbf{N} \mathbf{E} \mathbf{R} \mathbf{T} $	
REG.CREA ENDEREÇO	I O D E
0 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO	IODE
OLIVEIRA-101 VILA CIDADE	NOVA UF
BLUMENAU TELEFONE FAX	
8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 4 4 4 4 4 4	4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6
FINIC PELINEPTOUNT COM RP	
LOCAL B L U M E N A U REVICE PUBLIC FEDERAL REVICE PUBLIC FEDERAL REVICE PUBLIC FEDERAL REVICE PUBLIC FEDERAL	DATA 1 4 / 0 9 / 2 0 0 9
ASSINATURA ASSINATURA ONFERE COM O ORIGINAL CONFERE COM O ORIGINAL	1
CONFERE 12	
The second secon	

COMMO OF INSTALLAÇÃO STORTAGOS AR SOCIA (M STORTAGOS ARSE DA TORNA l//s SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL CONTORNO DE 910BLI



ACE DE.
HATAPIO SESCONHECIDO
TOTA MALL 10 MTM D

ior são Comunitária co "R", ANEXO, Sala 332.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERA MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕE CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07, 02 100

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES





Sim

ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso Ramos/SC

Entidade:

ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMUNIT. ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

05/12/2007

Aviso:

2.

26

Publicação:

Processo

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252

COORDENADAS Proposta (A) IBGE (B) Latitude: 27S1856 27S1853 48W3253 Longitude 48W3333

Entregou documentação tempestivamente?

Endereço da Antena Proposta

DISTÂNCIA Distância A:B 1.1 (IBGE)

A conf	rmar			
2.1.	Endereço do Studio			
A conf	irmar			
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)			
	Número do Processo	Distância	Status	
	53740.002131/99	2.400,00	SERVI ĢR &ÜBLICO FED MINISTÉRIO DAS COMINICA	ERA
4.	Dependentes ordenados pela precedência	a do aviso de inscrição (d < 4000 m)	CONFERE COM O ORIG	INAL
			Em, 0+1 12 110	ブ
5.	Conclusão com base na análise dos dista	nciamentos do mesmo canal	VIÁVEL	
6.	A estação situa-se em município de Faixa	de Fronteira?	Não	
7.	Declaração do representante legal da enti	dade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Não	
8.	Apresenta planta de arruamento que aten	de ao item 6.7, X da Norma 02/98?		
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	•	Sim	
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emis	ssora		
Rua da	s Azaléias,n° 48, Praia de Palmas			
11.	Este endereço está sediado na área da co	munidade para qual a emissora pretende prestar c	serviço? Sim	
12.	Conclusão da Análise	:		
declaı	ração do item 18.2.7,1, pelo repres	ca, o processo não encontra-se instruído sentante legal, devido a mudança de loca nta encaminhada que não é estrada gera	al de instalação, informar o endereço	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso Ramos/SC

Entidade:

ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMUNIT. ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aviso:

26

Publicação:

05/12/2007

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252

	Processo	
1.	Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2.	Apresentou Formulário padronizado DOUL/RADCOM 02?	Sim
3.	Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência to as providências previstas nas letras "a" e "b" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	nará a. Sim b. Sim
4.	Apresentou planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, com indicação da coordenadas geográficas com precis segundos, e traçada a circunferência de até 1Km de raio. que limita a área abrangida pelo contorno de serviço III, item 6.11)	
5.	Apresentou diagrama de irradiação horizonal da antena transmissora, com a indicação do norte verdadeiro, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das compontes horizontal e vertical diagramas? (nº IV, item 6.11)	
6.	Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sitema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)	Não
7.	Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou se for o caso, declaração da inexistência de aeródromo na localidade? (nº VI, item 6.1	· Não
8.	Apresentou parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando q a instalação proposta atend todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emisso fica situado a mais de 1Km de distância da antena transmissora	1
9.	Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta? (nº VIII, item 6.11)	Não
10.	Verificar no Formulário de Informação Técnicas se o Ganho de antena <= 0,0 dBu?	Sim
a. Ganho	no Maximo: 0,00 b, Fabricante: Ideal Ind. e com. de Antenas Ltda c. Modelo: PT -1/4	
11.	Altura da antena em relação ao solo <= 30m? Altura: 30,00	Sim
12.	Potência efetiva irradiada (ERP) <= 25W (-16,02 dBk)?	Sim
13.	O transmissor está certificado?	Sim
a. Fabrica	cante: Auad correa Equip, eletr, Ltda b. Modelo: SP -5025 c. Categoria: 2 H d. Cer	ificado: 0680-03-0528
14.	Intensidade de campo no limite da área de serviço <= 91 dBu?	Sim
15.	As coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades SELECIONADAS para a prestação do serviço?	Não
16.	Conclusão da Análise	

Em relação a segunda análise técnica, o processo não encontra-se instruído. A entidade deverá apresentar nova declaração do item 18.2.7.1, nova declaração do voo, nova ART, novo parecer, devido a mudança de local de instalação e juntamente apresentar poya declaração do item 18.2.7.1, pelo representante legal e informar o enderec

instalação e juntamente apresentar nova declaração do item 18.2.7,1, pelo representante legal e informar o endereço correto da instalação, conforme a planta encaminhada que não é estrada geral de palmas e sim Rod. GCR -120.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

m, D) 12 Pagina 1 de

20/10/2009

RadCom

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Processon ^o	Localidade:	
Entidade:		· .
		· ·
() única entidade no local ou; ()com concorrentes: () arqu	ivado(s), () em análise,() em exigênci	a,() instruído
•	EXIGÊNCIAS TÉCNICAS	<u>1</u>
() Cumpridas parcialmen () Cumpridas integralmen	nte – Processo instruído (1ª Fase) te, restando a apresentação da seguint nte – Processo instruído (2ª Fase) – El	NTIDADE HABILITADA
Novo profeto	Tourico.	
Brasília, <u>D/D/09</u>	Analista responsável:	SIAPE: 1820958
	EXIGÊNCIAS JURÍDICAS	
() Cumpridas integralmen	nte te, restando a apresentação da seguint	MINISTÉRIO DAS CO CONFERE COM C e documentação: OF 1 42
() Cumpridas parcialmen		
() Cumpridas integramen () Cumpridas parcialmen Observações:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
() Cumpridas parcialmen	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
() Cumpridas parcialmen		
() Cumpridas parcialmen		
() Cumpridas parcialmen		

SEDE:Fls		•	
ODDE: Pis.			
DENOMINAÇÃO FANTASIA:	FLS		
<u>DENOMINAÇÃO</u> :			
CNPJ - FLS.			
ESTATUTO SOCIAL - FLS.			
ATA DE ALTERAÇÃO/CONSTI	- ,		Or CI
ATA DE ALTERAÇÃO/DEFIN	IIÇAO DA DENO	MINAÇAU – R	LS.
Ny S	·		
<u>DIRETORIA</u> : VÁLIDA ATÉ:_		MANDATO:_	ANOS – ART
MEMBROS FLS	5.		•
: '			
		······································	
· ·			
Brasília, / / PÜBLICO SERVIÇO PÜBLICO MINISTÉRIO DAS COM MINISTÉRIO DAS COM CONFERE COM O CONFERE COM O		ível:	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

INFORMAÇÃO № 306 /REC/2009-RADCOM/DOS/SSCE/MC - ALR

- REFERÊNCIA: Processo nº 53000.037401/05.
- OBJETO: Requerimento de Outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, na localidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.
- ASSUNTO: Solicitação para Reconsideração da decisão proferida no ofício nº146/09, datado de 22/06/2009, cuja análise resultou na constatação de procedência do pedido formulado pela requerente SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL acima mencionada.
 MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, qualificada nos autos do processo em referência, apresentou Pedido de Reconsideração, trazendo em sua petição o embasamento que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no Aviso de Habilitação, publicado no DOU do dia 05/12/07 (25° Aviso), que teve por objetivo convocar as interessadas na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de interesse.



- 2. Após o esgotamento do prazo para apresentação da documentação legal exigida e considerando a capacidade administrativa do Departamento de Outorga de Serviços, foi realizado o exame dos documentos constantes dos autos do processo em referência, constatando-se a necessidade de cumprimento de exigências, com intuito de saneamento dos autos. Ocorre que a requerente não apresentou a documentação em cumprimento as exigências descritas no ofício nº7876/08, datado de 07/11/08, resultando no arquivamento dos autos.
- 3. Diante da inconformidade com o arquivamento a entidade desenvolveu sua petição, no intuito de revisão da decisão, alegando os seguintes fatos, aqui dispostos de forma resumida: que solicita o desarquivamento do processo, apresentando a documentação solicitada.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

- 4. Como se observa, as alegações da requerente se fundamentam na necessidade de revisão do processo que objetiva a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária naquela localidade.
- 5. Tais alegações merecem as seguintes considerações:
- I a requerente solicitou a reconsideração da decisão que arquivou o processo, enviando a documentação em cumprimento as exigências descritas no ofício nº7876/08, datado de 07/11/08, alterando assim, o motivo que originou o seu arquivamento, possibilitando a continuidade de sua análise, acrescentando-se ainda, que não há entidade selecionada na localidade em questão.
- 6. Objetivamente, as razões trazidas pela entidade, com o intuito de ver alterada a decisão deste Departamento que arquivou os processo de misquesta procedentes, vez que saneou de saneou de consideradas procedentes, vez que saneou de consideradas procedentes, vez que saneou de consideradas procedentes, vez que saneou de consideradas continuidade da análise.

III - CONCLUSÃO

- 7. Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, conclui-se que o pedido:
- deverá ser acatado, diante da procedência das alegações aduzidas, ocorrendo a revisão do ato de arquivamento proferido por meio do ofício indicado no preâmbulo levando, consequentemente, à regular tramitação dos autos para a equipe responsável pela análise dos processos, para que se proceda à averiguação de possíveis pendências a serem cumpridas pela requerente para o saneamento da documentação constante dos mesmos.



8. Desta forma encaminhamos estas informações, sugerindo a apreciação do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços e da Sra. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, para posterior envio de comunicado da decisão à requerente através de ofício acompanhado de AR Postal.

Brasília-DF, 4 de movembro de 2009.

ALBA LÜCIA RODRIGUES Chefe de Serviço SIAPE 94001

De acordo com o Despacho e Decisão.

Brasília-DF, 4 de mevembuode 2009.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

De acordo com a Decisão.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2009.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

Secretária de Serviços de Comunicação 🗹 letrônica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R – Anexo-B, Sala – 300 CEP 70044-900 – Brasília-DF Tel.: (61) 311-6000 – Correio Eletrônico: radio.tv@mc.gov.br

Ofício n.º シケテ /09/REC/RADCOMDOS/SSCE-MC

Brasília-DF, 4 de nevembro de 2009.

Ao Senhor Sara Rúbia da Silveira dos Santos Assoc. de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos Rua das Azaléias, 48 - Praia de Palmas 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC

Assunto: Comunicado de decisão relativa ao pedido de reconsideração

Senhor Representante,

Diante da análise do pedido de reconsideração apresentado pela parte interessada, Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos, na localidade de Governador Celso Ramos/SC, relativamente à documentação contida nos autos do processo nº 53000.037401/05, comunicamos o que se segue.

A decisão proferida por meio do ofício nº146/09, datado de 22/06/2009, refere-se à análise inicialmente efetuada diante da documentação constante nos autos do citado processo. Ocorre que o motivo que ocasionou o arquivamento do processo foi revisto, face a apresentação de pedido de reconsideração e anexação de nova documentação, considerado procedente.

Face o exposto, informamos que a decisão que promoveu o arquivamento do processo foi reconsiderada, devendo a Entidade aguardar a finalização do exame dos documentos constantes dos autos do processo, que por sua vez foi tramitado para a equipe responsável pela análise, para que se proceda à averiguação de possíveis pendências a serem atendidas pela requerente para o saneamento da documentação constante dos autos.

Atenciosamente,

MINISTÈRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

Secretária de Serviços de Cómunicação Eletrônica



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Referente Ofício nº/0/RADCOM/DOS/SSCE-MC	de/
Processon° 58000 · 037 401 /05 Localidade: 60W17	rador Celso Ron
Entidade: DISC. De Rodiod. Comunit.	Avare do de
() única entidade no local ou; ()com concorrentes: () arquivado(s), () em análise,() em exigência,() in	struído
EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:	
() Cumpridas integralmente – Processo instruído (1ª Fase) () Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documente. () Cumpridas integralmente – Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDA	
Observações:	
Brasília,/ Analista responsável:	
SIAPE	. <u> </u>
EXIGÊNCIAS JURÍDICAS: () Cumpridas integralmente () Cumpridas parcialmente, restando a apresentação da seguinte documente.	SERVIÇO PÚBLICO FEDERA MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕE CONFERE COM O ORIGINA Em. 07 / 12 / 10 mentação:
Observações:	
Reanalisando o referido processo que a entidade de phor a de Cloroção d	veró encomi La sede.

SEDE:Fls. 36 -
DENOMINAÇÃO FANTASIA: FLS
DENOMINAÇÃO:
CNPJ-FLS. 08 ESTATUTO SOCIAL-FLS. 120 OL 129 ATA DE FUNDAÇÃO/CONSTITUIÇÃO - FLS. 11 OL 12 - Magis tradace ATA DE ALTERAÇÃO/DEFINIÇÃO DA DENOMINAÇÃO - FLS.
<u>DIRETORIA</u> : VÁLIDA ATÉ: 01/02/2011 MANDATO: 23 ANOS - ART. 14 MEMBROS FLS. 169/70
Solicitos nova declaração da sede.
·
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, 07 1 12 1
Brasília, 05/11/09 Analista responsável: Cocho Costa SIAPE: Luciana Coelho Costa

Chefe de Serviço de Radiorifiusão Comunitári Mat 1533925 SERACICORACIDEOCISC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVICOS

Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3° andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 - Brasília/DF Fone: (61) 3311-6177 - Fax: (61) 311-6617

Officio nº 5689 /2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, O 5 de novembro de 2009.

A Senhora

SARA RÚBIA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Associação de Radiod. Comunitária Arvoredo d Governador Celso Ramos

Rua das Azaléias, nº 48, Praia de Palmas

88190 -000

Governador Celso Ramos - SC

DOCUMENTO AMEXADO **NESTA DATA**

10.11.09

Assunto: Solicitação de Documentação

Senhora Representante.

Tendo em vista a análise realizada no processo nº. 53.000037401/05, localidade de Governador Celso Ramos - SC, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, cumpre-nos informar o que se segue:

Com a apresentação do formulário técnico constatado novas coordenadas geográficas, o que deduziu novo local de instalação, porém foi informado como Estrada Geral de Palmas, s/n°, Praia de Palmas, ocorre que esse endereço não corresponde às coordenadas geográficas 27S1856 e 48W3253 e sim o local confirmado pela planta de arruamento encaminhada como Rod. GCR -120.

Diante do exposto, solicitamos nova documentação técnica, devida a mudança de local de instalação:

- 1. Nova declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 7.1, alínea "m" da Norma Complementar nº 01/2004;
- 2. Novo Formulário de Informações Técnicas, devidamente preenchido e assinado pelo Engenheiro responsável, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação do Radcom, conforme disposto no subitem 12.1 alínea "a", no qual deverá atentar para o seguinte item
 - item 5 LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE preencher com o real endereço de instalação e coordenadas geográficas.

3. Declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "e" SERVIÇO PUBLICÓ FEDERAL da Norma Complementar 01/2004; MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES

-CONFERE COM O ORIGINAL

Página 1 de 2



- 4. Declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na localidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "f" da Norma Complementar 01/2004;
- 5. Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de $91dB\mu$ da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004;
- 6. Nova Anotação de Responsabilidade Técnica ART referente à instalação proposta, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "h" da Norma Complementar 01/2004, acompanhada de comprovante de pagamento ou autenticação bancária.
- 7. declaração, assinada pelo representante legal, especificando o atual endereço completo da sede da entidade, conforme disposto no subitem 7.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004;

Será facultado a essa entidade, **no prazo de 30 (trinta) dias** contados do recebimento deste oficio que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento), apresentar os itens solicitados sob pena de arquivamento do processo.

Outrossim, informamos que o referido prazo poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, desde que a requerente apresente, no prazo para cumprimento das exigências, uma solicitação formal neste sentido e ainda, toda a documentação enviada deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme determinação disposta no subitem 7.3 da Norma Complementar 01/2004.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

R. EXIC-

100 m

Ao

Ministério das Comunicações.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SSCE .

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Dr. Carlos Alberto Freire Resende – Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ERASÍLIA - DF

53000 064761/2009-01

SEAPARCE

Assunto: Solicitação de Documentação.

24/12/2009-07:53

Processo Nº 53.000037401/05.

Ofício Nº 5690/2009/RADCOM/DOS/SSCE-MC.

A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos , Executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária , na localidade de Governador Celso Ramos/SC , com endereço para correspondência à Rua das Azaléias nº 48 — Bairro : Praia de Palmas — Cep 88190-000 — Governador Celso Ramos/SC , vem através de seu representante legal , solicitar a acolhimento da documentação solicitada no Ofício acima citado (nº 5690/2009) .

Nestes Termos, Pede Deferimento,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, Q 71

Governador Celso Ramos /SC, 10 de Dezembro de 2009.

Sara Rúbia da Silveira Santos.

Representante Legal.

CPF: 007.279.539-58.



- Resumo do Contrato

Autenticidade

ART N° 3604058-1

A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica

Projeto do Serviço de Radiodifusão Comunitária .

ART autenticada eletronicamente via

CREARET Contratado ENGENHEIRO ELETRICISTA 030663-8 Empresa Executora: JORGE LUIZ REINERT RUA Emiliano Julio de Oliveira . 101 BLUMENAU VILA NOVA 89035-670 SC Fone: Fax: Fone: 4733235406 Fax: --765.626.549-04 Normal eng.reinert@gmail.com Contratante Assoc. de Radiod. Con. Arvoredo de Gov. C. R. 07375860000159 R. das Azaleias-48 PRAIA de PALMAS Praia Palmas GOVERNADOR CELSO RAMOS 88190-000 48-9947-2063

Término em:09/05/2010 Honorários: R\$100,00 Valor Obra/Serviço: R\$100,00 início em :09/12/2009 Identificação da Obra/Serviço Assoc. de Radio. Con. Arvoredo de Goc. C. R. R. das Azaleias - 48 - PRAIA DE PALMAS 07375860000159 GOVERNADOR CELSO RAMOS SC Praia de Palmas 88190-000 - Assinaturas BLUMENAU JORGE LUIZ REINERT Assoc. de Radiod. Com. 765 626.549-84 07375860000159 10/12/2009 Este documento anota perante o CREA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 6.496/77) Reservado ao Responsável Técnico ART: 3604058-1 - Participação Técnica **Atividades** Individual Objetos Classificação Quanti dade Unidade SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL 12 ## B0109 MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL ... Entidade de Classe. **AEAMVI** _ Regularização. - Descrição Complementar -

Este documento só terá té Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para aferir www.crea-sc.org.br Este documento foi conferido e autenticado eletronicamente, estando sujeito a novas verificações conforme resolução 425/98 CONFEA.

As assinaturas devem ser a próprio punho, original e preferencialmente com caneta azul.

JAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteros de segunda-ferra a sábado. Ap

349-328462375-4

J. /DLZ/2009

HORA DF 12:31:36

OT, 20,07416-4 COCALIDADE: BIGUACU AG, VINCULADA: 1874

TERM 025840

M

COMPROVANTE PAGAMENTO DE BLOQUETO CAIXA

BLOQUETO CAIXA

TATA DE VENCIMENTO: 15/12/2009

ALOR DO PAGAMENTO: 30,00

1049105115

59903066336 60405800008 4 44520000003000

Disque CAIXA - 0800'726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474 Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

349-328462375-4

🖺 IA DO CLIENTE

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES MINISTERIO DAS COMI O ORIGINAL CONFERE COMI O ORIGINAL





Clique aqui para imprimir o boleto

Descrição de Débitos:

Boleto

- Profissional JORGE LUIZ REINERT
- Nro. ART.... 3604058-1
- Proprietario ASSOC DE RADIO COM ARVOREDO DE GOC C R Localizacao. R DAS AZALEIAS 48 PRAIA DE PALMAS
- Cidade..... GOVERNADOR CELSO RAMOS

GREA-SC	104-1			Recibo do Saca
	643/0001-64			VENCIMENTO 15/12/2889
HOSEO NUMERO	NUMERO DO DOCUMENTO	MEPECIE DOC.	DATA DO DOCUMENTO	AGENCIA/COD.CEDENTE
9030663360405800001	3894958-1	DUPLICATA	16/12/2999	2481 / 051159-5
=) valor documento 30,00	(-) DEDUÇOSE	(+) ACR	ESCIMOS	VALOR COSRADO
ACADO JORGE LUIZ REINERT				
1			AUTENTICAÇÃ	O MECÁNICA
		10		



DECLARAÇÃO

Declaro, que o local pretendido para instalação do sistema irradiante, da Estação da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, na localidade de Governador Celso Ramos/SC , possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 7.1 alínea "m" da Norma Técnica Complementar nº 01/2004;

Governador Celso Ramos/SC, 09 de Dezembro de 2009.

Sara Rúbia da Silveira dos Santos.

CPF: 007.279.539 -58.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONTERE COM O ORIGINAL



DECLARAÇÃO.

Declaro para os devidos fins , que o endereço da **Sede** da **Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos** , está situado à Rua das Azaléias - 48 Praia de Palmas — Governador Celso Ramos/SC — Cep: 88190-000 , conforme disposto no subitem 7.1 , alínea "g" da Norma Técnica Complementar 01/2004 ;

Governador Celso Ramos/SC, 09 de Dezembro de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, O7

Sara Rúbia da Silveira dos Santos.

CPF: 007.279.539-58.



FORMULÁRIO PADRONIZADO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO TÉCNICO OU PARA ALTERAÇÃO NA INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS	
1 – SERVIÇO 2 – REGISTRO FISTEL	
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom	
USO EXCLUSIVO DA ANATEL	
3 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
DENOMINAÇÃO SOCIAL $ A S S D E R A D I O D. C O M. A R V O R E D O D E G O $	V.
DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO) CGC	
C E L S O R A M O S 0 7 3 7 5 8 6 0 0 0 1 5	9
DENOMINAÇÃO DE FANTASIA	
4 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA	
LOGRADOURO	
RUA DAS AZALÉIAS-48-PRAIA DE	
LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO	ı ,
PALMAS PRAIA DE PALMAS	
CIDADE	
	C
CEP FONE 4 8 - 9 9 4 7 - 2 0 6 3 FAX	
$ \begin{array}{c c c c c c c c c c c c c c c c c c c $:
5 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE	
LOGRADOURO	
R O D O V I A G O V. C E L S O R A M O S - 1 2 0	
BAIRRO P R A I A D E P A L M A S	
CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
C E L S O R A M O S S C 2 70 1 87 5 67 S 4 80 3 27 5 37	W
6 – ENDEREÇO DO ESTÚDIO	
	1
PRALA DE PALMAS GOVERNADOR	
CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF C E L S O R A M O S S C	
7 – TRANSMISSOR	
FABRICANTE	
AUAD CORREA EOUIP E LETRÔNICOS LTD	A
MODELO POTÊNCIA CERTIFICAÇÃO S P - 5 0 2 5 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	o
	0
SERVICO DAS COMINICAÇÃO MINISTÉRIO DA COMINICAÇÃO MINISTÉRIO DA COMINICAÇÃO MINISTÉRIO DA COMINICAÇÃO MINISTÉRIO DA COMINICAÇÃO MINISTÉRIO DA COMINICAÇÃO MINISTÉRIO DA COMINICAÇÃO MINISTERIO DA COMINICA COMINICAÇÃO MINISTERIO DA COMINICAÇÃO MINISTERIO	*

PARECANTE DA ANTENA ALTURA DA TORRE ALTURA DA TORRE ALTURA DE TRANSMISSÃO ALTURA DA TORRE ALTURA DE TRANSMISSÃO ALTURA DA TORRE ALTURA DA TORRE ALTURA DE TRANSMISSÃO ALTURA DA TORRE ALTUR	8 – ANTENA/TORRE		
FABRICANTE K M P R B R A S I L P I R E L I R G Z Z Z Z Z Z Z Z Z	GANHO max (Gt) GANHO max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO	ALTURA DA TORRE	PT 1 / 4 ALTITUDE DO LOCAL
COMPRIMENTO(L) ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) P I R E L L I R G - 2 L 3 ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) P I R E L L I R G - 2 L 3 ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) I 8 0 dB ESCIÊNCIA DALINHA (II) 0 6 6 6 6 6 6 6 6 6	9 – LINHA DE TRANSMISSÃO		
1		PIRELLI	
Perdas na linha (Pt.)=LAL 100 10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP) ERP (dBt.)=10 log (Pt. Ght. Gyt. η) = 10 log (0,025 x 1,0 x 1,0 x 0,62) = -17,82 dBt. Pt = Potência do transmissor, em kW. Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gyt = Ganho da antena da transmissão Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts. 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO E(dBµ) = 107 + (-18,09) - 20 log d (km) ERP(dBk) = potência efetiva irradiada d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço) E(dBµ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBµ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBµ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO DUCO FEDEROLO O O O O O O O O O O O O O O O O O O		1 1 1 1 1 1	
ERP (dBk)=10 log (Pt. Ght. Gvt. η) = 10 log (0,025 x 1,0 x 1,0 x 0,62) = -17,82 dBk. Pt = Potência do transmissor, em kW. Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes Gvt = Ganho da antena, no plano vertícal, em vezes η = Eficiência da linha de transmissão Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts. 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO E(dBμ) = 107 + ERP(dBk) - 20 log d (km) ERP(dBk) = potência efetiva irradiada d (km) = distancia da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço) E(dBμ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBμ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SENTIFICIO DE COMPLETO J O [R G] E	• •	Eficiência da linha (E _F) = 10	
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes η = Eficiência da linha de transmissão Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts. 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO E(dBμ) = 107 + ERP(dBk) - 20 log d (km) ERP(dBk) = potência efetiva irradiada d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço) E(dBμ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBμ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO PÚBLICO FEDICO SE COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T NOME COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REGCREA ENDEREÇO O 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO CONTINUAÇÃO) D L V E R A D D L BAIRRO CIDADE B L U M E N A U TELEPONE 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R		(a) = 10 log (0,025 x 1,0 x 1,0 x 0,6	2) = -17,82 dBk.
Watts. 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO E(dBµ) = 107 + ERP(dBk) - 20 log d (km) ERP(dBk) = potência efetiva irradiada d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço) E(dBµ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBµ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de servigo será de 91 dBµ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO DE COMINICAÇÕES SERVIÇO DES	Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, en Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em v		
E(dBμ) = 107 + ERP(dBk) - 20 log d (km) ERP(dBk) = potência efetiva irradiada d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço) E(dBμ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBμ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO PÚBLICO FELLAÇÕES MINISTERIO DAS COMINICAÇÕES SERVIÇO PÚBLICO FELLAÇÕES SERVIÇO PÚBLICO PÚBLI	•	emissora do RadCom deverá	ser igual ou inferior a 25
ERP(dBk) = potência efetiva irradiada d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço) E(dBμ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBμ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO PÚBLICO FEDERA MINISTERIO DAS COMMINICAÇÕES SERVIÇO DAS COMMINICAÇÕES MINISTERIO DAS COMMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL SERVIÇO DAS COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REGCREA ENDEREÇO O 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L V E R A I D I V E L A N D V A CIDADE B L U M E N A U TELEFONE 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R	11 – INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE I	A ÁREA DE SERVIÇO	
d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço) E(dBμ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBμ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO PÚBLICO FEDERÇÕES SERVIÇO PÚBLICO FEDERÇÕES SERVIÇO PÚBLICO FEDERÇÕES AMNISTERIO DAS COMMINICAÇÕES L U I Z R E I N E R T REGCREA ENDEREÇO O 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E R A I D I V L A N O V A CIDADE B L U M E N A U CIDADE B L U M E N A U CEP TELEFONE 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R	$E(dB\mu) = 107 + ERP(dBk) - 20 \log d (km)$		
E(dBμ) = 107 + (-18,09) - 20 log 1,0 = 89,18 (dBμ). Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO PUBLICO FEDERAÇOES SERVIÇO PUBLICO PUBLICO PUBLICO FEDERAÇOES SERVIÇO PUBLICO	ERP(dBk) = potência efetiva irradiada	,	•
Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBµ. 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAÇÕE\$	d (km) = distância da antena transmissora a	o limite da área de serviço (rai	o da área de serviço)
13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA NOME COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REG.CREA ENDEREÇO O 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E R A I D I V L A N O V A CIDADE B L U M E N A U S C CEP TELEFONE 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R LOCAL DATA	$E(dB\mu) = 107 + (-18,09) - 20 \log 1,0 = 89,13$	$8 (dB\mu)$.	
13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA NOME COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REG.CREA ENDEREÇO O 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E R A I D I V L A N O V A CIDADE B L U M E N A U S C CEP TELEFONE 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R LOCAL DATA	Obs.: O máximo valor de intensidade de cam	po no limite da área de serviço	será de 91 dBμ.
13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA NOME COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REG.CREA ENDEREÇO O 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E R A I D I V L A N O V A CIDADE B L U M E N A U S C CEP TELEFONE 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R LOCAL DATA	12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSI	E PUBLICO PEDICAÇÕES	<u> </u>
13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA NOME COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REG.CREA ENDEREÇO 0 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E I R A I 0 I V I L A N O V A CIDADE B L U M E N A U CEP TELEFONE FAX 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R LOCAL DATA		MINISTERIO DAS CON O ORIGINA CONFERE COM O ORIGINA	
13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA NOME COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REG.CREA ENDEREÇO O 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E I R A I 0 I V I L A N O V A CIDADE B L U M E N A U S C CEP TELEFONE FAX 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R LOCAL DATA		Em. 011	
NOME COMPLETO J O R G E L U I Z R E I N E R T REG.CREA O 3 O 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E R A I O I V L A N O V A CIDADE B L U M E N A U CEP TELEFONE TELEFONE FAX 8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 9 9 8 6 - 8 2 0 0 4 7 - 3 3 2 3 5 4 0 6 E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R LOCAL DATA	13 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA		\
REG.CREA		ीक कि कि कि	
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) O L I V E I R A I O I V I L A N O V A U UF CIDADE CEP TELEFONE TELEFONE FAX E-MAIL E-MAIL LOCAL BAIRO V I L A N O V A U UF FAX FAX DATA		E R I	
CIDADE B L U M E N A U S C CEP		<u></u>	IODE
B L U M E N A U S C TELEFONE FAX F			
E-MAIL E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R DATA	$ \mathbf{B} \mathbf{L} \mathbf{U} \mathbf{M} \mathbf{E} \mathbf{N} \mathbf{A} \mathbf{U} $		
E N G R E I N E R T @ U O L . C O M . B R DATA		8 6 - 8 2 0 0 4	7 - 3 3 2 3 5 4 0 6
	ENG. REINERT@UOL		
ASSINATURA			
X			

ENGENHEIRO TELECOMUNICAÇOES Jorge Luiz Reinert CREA - 030663-8 - SC



DECLARAÇÃO.

DECLARO, para os devidos fins de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "e" da Norma Complementar n° 01/2004.

Blumenau/SC , 09 de Dezembro de 2009 .

Eng. Jorge Luiz Reinert. CREA: 030663-8.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 0+1 12 110

ENGENHEIRO TELECOMUNICAÇOES Jorge Luiz Reinert CREA - 030663-8 - SC



PARECER CONCLUSIVO

ATESTO que a instalação proposta para a ASSOCIAÇÃ DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, na localidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, atende a todas as exigências das Normas Técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004.

Nome: Jorge Luiz Reinert.

CREA: 030663-8-SC

Data: 09/12/2009

Assinatura:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, 07, 12

ENGENHEIRO TELECOMUNICAÇÕES Jorge Luiz Reinert CREA - 030663-8 - SC



DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMOS

Declaro , em atendimento às normas vigentes , que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da , da Estação do Serviço de Radiodifusão Comunitária , da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS , na localidade de Governador Celso Ramos/SC , não excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos .

Blumenau/SC, 09 de Dezembro de 2009.

Eng. Jorge Luiz Reinert. Crea: 030663-8-SC.

> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, 12 11



Excelentíssima Senhora

Doutora Zilda Beatriz Silva C

Secretária de Serviços de Con

Esplanada dos Ministérios, Blo

Anexo B – Sala - 300

Brasília – DF

CEP: 70044-900

SERVIÇO PÚBLICO FEDERA MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕE CONFERE COM O ORIGINAI

Em, 09

12110

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO



ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso Ramos/SC

Entidade:

ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMUNIT. ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aviso:

26

Publicação:

05/12/2007

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252

COO	RDE	NAD	AS

Proposta (A)

IBGE (B)

Latitude:

27S1856

27S1853

Longitude

48W3253

48W3333

DISTÂNCIA

Distância A:B

1.1

(IBGE)

>		Processo	
1.	Entregou documentação tempestivamente?		Sim
2.	Endereço da Antena Proposta		
Rod. G	Gov. Celso Ramos - 120,Praia de Palmas		
2.1.	Endereço do Studio		v ·
Rod. (Gov. Celso Ramos - 120,Praia de Palmas		
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)		
	Número do Processo	Distância	Status
Marie Company	53740.002131/99	2.400,00	ARQ

5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
) _{6.}	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	
Rua da	s Azaléias,n° 48, Praia de Palmas	
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim
12.	Conclusão da Análise	UBLICO FEDERAL DAS COMINICAÇÕES COM O ORIGINAI
Е	m relação a primeira análise técnica, o processo encontra-se instruído .	COM O ORIGINAL

11/01/2010

Página

Em.

1 de 2

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

163 24 DEOM

ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADEON

Identificação do Processo

Número:

53000.037401/05

Localidade/UF:

Governador Celso Ramos/SC

Entidade:

ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMUNIT. ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aviso:

26

Publicação:

05/12/2007

Prazo: 19/01/2008

Canal: 252

			Pro	cesso					
1.	Entregou documentação tempestivamente?							Sim	
2.	Apresentou Formulário padroni	zado DOUL/RA	DCOM 02?						Sim
3.	Apresentou Declaração firmada as providências previstas nas lo		•	•				a.	Sim
<u></u>	07/08/98? Apresentou planta de arruamer assinalado o local de instalação segundos, e traçada a circunfe III, item 6.11)	do sistema irra	adiante, com indicaç	ção da cooi	denadas g	eográficas c	om precisão de	b.	Sim
5.	Apresentou diagrama de irradia diagrama de irradiação vertical polarização circular ou elíptica, diagramas? (n° IV, item 6.11)	e especificaçõe	es técnicas do sister	na irradian	te proposto	; no caso de	e antenas de		Sim
6.	Apresentou declaração do profi irradiante, atende as condições 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)								Não
7.	Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de							Não	
8.	Apresentou parecer conclusivo todas as exigências das norma fica situado a mais de 1Km de	s técnicas em v	igor aplicáveis à me		,				Não
9.	Apresentou Anotação de Resp	onsabilidade Té	cnica - ART referen	ite à instala	ıção propos	ta? (nº VIII,	item 6.11)		Não
10.	Verificar no Formulário de Infor	mação Técnica	s se o Ganho de an	tena <= 0,0) dBu?				Sim
). Ganho	o Maximo: 0,00	b. Fabricante:	ideal Ind. e com. de A	ntenas Ltda	c. Modelo:	PT -1/4			
11.	Altura da antena em relação ao	solo <= 30m?			Altura:	30,00			Sim
12.	Potência efetiva irradiada (ERP) <= 25W (-16,02 dBk)?							Sim	
13.	13. O transmissor está certificado?						Sim		
a. Fabrica	ante: Auad correa Equip. eletr. Ltda	b. Modelo:	SP -5025	c. Categoria		2 H	d. Certificado:		0680-03-0528
14.	14. Intensidade de campo no limite da área de serviço <= 91 dBu?						Sim		
15.	As coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades SELECIONADAS para a prestação do serviço?						Não		

16. Conclusão da Análise

Em relação a segunda análise técnica, o processo encontra-se instruído.

Regina Aparecida Monteiro .

(Analista)

Página

1 de 1

11/01/2010

RadCom

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



* CONTINUAÇÃO – VERSO \rightarrow

ANÁLISE DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS

Processon ^o 53.000.031.	401/05 Localidade: G.W. celso Rucus-Sc
Entidade:	
() única entidade no local ou;()com concorrentes: () arquiva	do(s), () em análise,() em exigência,() instruído
•	EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:
() Cumpridas parcialmente,	 Processo instruído (1ª Fase) restando a apresentação da seguinte documentação abaixo descrita: Processo instruído (2ª Fase) – ENTIDADE HABILITADA
Observações:	a reguli analise téérice o noons
encontr- e	ies then do
Brasília, <u>Il 01 10</u>	Analista responsável: SIAPE: 1320958
	EXIGÊNCIAS JURÍDICAS:
() Cumpridas integralmente () Cumpridas parcialmente,	EXIGÊNCIAS JURÍDICAS: restando a apresentação da seguinte documentação; ERIO DAS COMINICAÇÕE CONFERE COM O ORIGIN EM. OF 12
Observações:	restando a apresentação da seguinte documentação; ERIODA O ORTO CONFERE COM O O ORTO CONFERE COM O O ORTO CONFERE COM O O ORTO CONFERE COM O O ORT

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

165

Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3° andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

DESPACHO TÉCNICO -JURÍDICO

				- 401/6				
_				-				·
	Prioces	ya y	uridio	omente	veg	ulor s	i u'mit	ruide
	Decl	Sede	=P }\s	156				
_	Vide	Desp	ocho f	<u>es - 148</u>				
_	08/01	120						
	Luciana C Serviço de Mer	pelfo Cos Radiodifusão	comunitaria .		1.		•	
95 ed —	SERACICO	1338925 RACIDEOCI	SC					
_			,					
_								,
· –								
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		·			
:				<u> </u>				
				• •	<u> </u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
								···-
								OFFDER
		•				Analis	SERVICERIO DE NINISTERIO DE CONFERE	AS COMINICADO DE IGO
							MINISTERE	12/1





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 43 /2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000037401/05, protocolizado em 01/08/2005.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de

Governador Celso Ramos-Santa Catarina, município de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Governador Celso Ramos, Estado de Santa Cominicações

CONFERE COM O ORIGINAL

, Em. 07/ 12/10

I - INTRODUÇÃO

- 1. A Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos-Santa Catarina inscrita no CNPJ sob o número 07.375.860/0001-59, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua das Azaléias, nº 48, Praia de Palmas, município de Governador de Celso Ramos, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12/05/2005 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.
- 2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União D.O.U. de 05/12/2007, com prazo final em 19/01/2008 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.
- 3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as



interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária de Rádio e Televisão Educativa Palmas FM – Processo nº 53740002131/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não encaminhou a documentação técnica-jurídica exigida pela legislação específica, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 3717, datado de 23/04/2008, cuja cópia do ofício e respectivo DOU se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento pelo DOU de 11/02/2010, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERA MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕE CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 07-1 12

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos
- 4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.
- 5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Governador Celso Ramos, no município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina de coordenadas geográficas em 27°1853"S de latitude e 48°33'33"W de longitude. Estas coordenadas não foram alteradas, antes mesmo da primeira análise.
- 6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas foram aceitas , pelo que se depreende da memória do documento de folha 67, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre

coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que posteriormente à realização da primeira análise a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme novo Roteiro de Análise Técnica à fl. 162 dos autos.

- 7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "c", "e", "g", "j" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 71 a 165).
- 8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" fls 157/158, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se na folha 163. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e catalogo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da átem de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.
- 09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 165, dos autos, corresponde ao que se segue:
 - Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
 - ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

LC W

- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO

- 10. **O Departamento de Outorga de Serviços**, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:
 - nome Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos- Santa Catarina;

quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Sara Rúbia da Silveira	Presidente
José Vitorino Miranda	Vice-presidente
Jaqueline Aldemira Oliveira	Secretária
Taurino José Estanislau	Tesoureiro
Sérgio Luiz Garcia	Relações Públicas

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Gov. Ceso Ramos- 120 – Praia de Palmas, município de Governador

Ceso Ramos, Estado de Santa Catariana.

• coordenadas geográficas

27°18'56"S de latitude e 48°32'53" W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise Técnica" - fl. 162, bem como "Formulário

LC Dy



de Informações Técnicas" -fls 157/158 e que se referem à localização da estação.

Por todo o exposto, entendemos que o presente processo encontra-se devidamente 11. instruído e opinamos pelo seu encaminhamento à Consultoria Jurídica para prosseguimento.

Brasília, 23 de fevereiro de 2010.

Regina 🤫

SENGA

Relator da conclusão Técnica

∌J/SC

···sotro

Relator da conclusão Jurídica Luciana Coelho Costa Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária

Mat 1338925 SERAC/CORAC/DEOC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 26 de fevereiro de 2010.

Coordenadora de Serviços de Radudifusão Comunitária EBBESET JAM

De acordo.

satisfic france points

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília,

de março de 2010.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 43 /2010/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília,

de março de 2010.

ZILDA BEATRIZ S. DÆ CAMPOS ABRÆU Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Relatório Final - Processo nº 53000037401/05 - Governador Celso Ramos - SC

Página 5 de 7

RELAÇÃO DE PROCESSOS CONCORRENTES PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

MUNICÍPIO: Governador Celso Ramos

UF: SC

SELECIONADA: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso

Ramos- Santa Catarina

Nº DO PROCESSO: 53000037401/05

Critérios adotados para seleção: Atendimento aos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, ao Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, à Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 103 de 23/01/2004 e alterada pela Portaria nº 448 de 13/10/2005.

CONCORRENTES

ENTIDADE: Associação Comunitária de Rádio e Televisão Educativa Palmas FM – Processo nº 53740002131/99,

			SERVIÇO PÚBLICO FEDERAI MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, OYI IXI
	<u>-</u>		
Responsável:	Shale C	Selho Casta	r mideline

6 de 7 LC



ZILDA BEATRIZ SILVA DE CAMPOS ABREU

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3° andar – anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 3311-6617

Ofício nº 3+17 /2008/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 23 de abril de 2008.

ELIZABETH KRAUSS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA "PALMAS FM"

Rua 63, s/nº - Caixa Postal 32

CEP: 88190-000

Governador Celso Ramos – SC

Assunto: Arquivamento do processo

Senhor Representante,

Tendo em vista a análise realizada no processo n.º. 53740002131/99, na localidade de GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e considerando a documentação já apresentada pela requerente, cumpre-nos informar que o mesmo foi ARQUIVADO pelo fato e fundamento a seguir:

No intuito de autorizar as Entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade em questão, este Ministério publicou o Aviso de Habilitação nº 06/2007 no Diário Oficial da União de 05/12/2007, convocando as Entidades a apresentarem a documentação exigida para iniciar-se o processo de habilitação e seleção. Ocorre que a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA "PALMAS FM"" não encaminhou a documentação técnica e jurídica exigida pela legislação específica.

Deste modo e frente à ausência dos documentos e requisitos básicos para a avaliação técnico-jurídica do requerimento apresentado, constatou-se a inviabilidade da efetivação da análise e dos procedimentos de seleção contidos na legislação específica, especificamente indicados no subitem 7.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004, bem como no art. 9°, §2° e incisos da Lei 9612/98.

Em face do exposto, comunicamos que o mencionado Processo se encontra arquivado no Ministério das Comunicações em Brasília e ainda, a entidade tem direito a ingressar com "pedido de reconsideração" no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto nos subitens 9.7.3 e 9.7.4 e alíneas da Norma Complementar 01/2004. Decorrido esse prazo a documentação encaminhada será considerada intempestiva.

Atenciosamente,

ZILDA BEATRIZ SILVA DE CAMPOS ABREU Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES MINISTÉRIO DAS COM O ORIGINAL CONFERE COM O OPIGINAL EM. OT 1

emfb - n°. 2131/99 Governador Celso Ramos /SC

Ma

° AIRE	•			,		M q
AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE VOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE OPROT SENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE LIVRAISON SENTATIVAS DE LIVRAISON AVISO DE RECEBIMENTO ARRA DE PORMA SENTATIVAS DE LIVRAISON DE DEPARTAMENTO DE DESTRICA DE LORDO DE LEXPEDITEUR CIDADE / LOCALITE DE LORDO DE LEXPEDITEUR DE DEPARTAMENTO DE DESTRICA DE LORDO DE LEXPEDITEUR CIDADE / LOCALITE DE LORDO DE LEXPEDITEUR DE DEPARTAMENTO DE DESTRICA DE LORDO DE LEXPEDITEUR DE DESTRICA DE LIVRAISON TOTAL A 1900 - BRASILIO DE	REENCHER COM LETRA DE FORMA			AR		AL RUDA
Of 3717/2008//RADCOM/DOS/SSCE - MC Of 3717/2008//RADCOM/DOS/SSCE - MC ELIZABETH KRAUSS ASSOC. COMUNITARIA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA *PALMAS FIN* *		ø				- 9 0 - 74 (
MOST ASSOC COMUNITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA ** PALMAS FM?* ** RUA 63, SON - COMUNITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA ** PALMAS FM?* ** RUA 63, SON - CAIRA POSTAL 32 ECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) I DISCRIMINACION ** PALMAS FM?* ** RUA 63, SON - CAIRA POSTAL 32 ECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) I DISCRIMINACION ** PALMAS FM?* ** RUA 63, SON - CAIRA POSTAL 32 ECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) I DISCRIMINACION ** PALMAS FM?* ** RUA 63, SON - CAIRA DE ELENVOI ** PRICRITARIA I PRICRITARIA ** PALMAS FM?* ** SEBURADO I VALEUR DÉCLARE ** SEBURADO I VALEUR DÉCLARE ** SEBURADO I VALEUR DÉCLARE ** DATA DE ECONTRO I VALEUR DÉCEPTEUR ** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ** RUBRIÇA E MAT. DO EMPREGADO) ** SERVIÇA DE MONTA DE DESTINATION ** DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ** RUBRIÇA E MAT. DO EMPREGADO) ** SERVIÇA DE MONTA DE DESTINATION ** PALMAS FM?* ** AVISO DE RECEBINENTO ** RUA 53 7 BR ** AVISO DE RECEBINENTO ** AVISO DE RECEBINENTO ** PROPRIMENTO DE DEPOT ** TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON ** PROPRIMENTO DE DEPOT ** TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON ** PROPRIMENTO DE DEPOT ** TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON ** PROPRIMENTO DE DEPOT ** TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON ** SECULDA DE LIVRAISON ** SECULDA DE LIVRAISON ** SECULDA DE LIVRAISON **	ION'					5
PALMAS FM PALMAS FM RECLAMAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRAMINACION PRIMA 63, SN — CAIXA POSTAL 32 ECLAMAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRAMINACION PRIMA 63, SN — CAIXA POSTAL 32 ECLAMAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRAMINACION PRIMA 63, SN — CAIXA POSTAL 32 ECLAMAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRAMINACION PRIMA 63, SN — CAIXA POSTAL 32 EMBELIA 63, SN — CAIXA POSTAL 32 EMBLICA 64, SN — CAIXA POSTAL 74 EMBLICA		S/SSCE - MC				
TALMAS FM RIJA 63, NO -CAIXA POSTAL 32 PALS PAUS RIJA 63, NO -CAIXA POSTAL 32 PALS PAUS RIJA 63, NO -CAIXA POSTAL 32 PALS PAUS RIJA 63, NO -CAIXA POSTAL 32 RIJA 63, SO -CAIXA POSTAL 32 RIJA 64, SO -CAIXA POSTAL 33 RIJA 64, SO -CAIXA POSTAL 33 RIJA 64, SO -CAIXA POSTAL 34 RIJA 64, SO -CAIXA POSTAL		ADIO E TELEVISÃO EDU	JCATIVA			
GOLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINACION NATUREZADO ENVIO I MATURE DE L'ENVOI PRICRITARIA I PRIORITARIA PRIORITAR		2				
COLUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PEPOT RECEBIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PRESIDENCE DE IDENTIFICAÇÃO DO PEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PRESIDENCE DE IDENTIFICAÇÃO DO PEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PRESIDENCE DE IDENTIFICAÇÃO DO PEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PRESIDENCE DE IDENTIFICAÇÃO DO PEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PRESIDENCE DE IDENTIFICAÇÃO DE LIVRAISON RECEBIMENTO DA PEROPORA DE LIVRAISON RECEBIMENTO DA PEROPORA DE LIVRAISON RECEBIRAÇÃO DO PEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON RECEBIRAÇÃO DE LIVRAISON RECEBI			S/SC	PAÍS	PAYS	
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RÉCEPTEUR DATA DE RECEBIMENTO ATE DE LIVRATION BUREIQUE BUSINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RÉCEPTEUR DATA DE RECEBIMENTO BUREIQUE BUSINATURE DE LAGENT RUSSO DE RECEBIMENTO						
SINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR DATA DE RECEBEMENTO DATE DE LIVRATION ME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO POPEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR RUBRICO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS PCOMES / 16 RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RECEBIMENTO RECEBIMENTO	ECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VER	IFICAÇÃO) / DISCRIMINACION			O ENVIO / NATURE DE	
SEGURADO / VALEUR DECLARE SINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR DATA DE RECEBIMENTO DATA DE RECEBIMENTO DATA DE RECEBIMENTO DATA DE LIVRATION MINIMA DE LIVRATION MI					RITÁRIA <i>I PRIORITAIF</i>	RE !
DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE ENTREGA UNIDADE DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINATION DATE DE LIVRATION CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINATION DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINATION DE ENTREGA UNIDADE DE ENTREGA UNIDADE DESTINATION DE ENTREGA UNIDADE DESTINATION RECEBIMENTO RECEBIM				<u> </u>	RADO / VAI EUR DÉ	NAPÉ :
DATE DE LIVRATION UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION DECLIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PREPIOR / ORGÂO EXPEDIDOR RECEBIMENTO RECEBIMENT	SINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU	RÉCEPTEUR		EBIMENTO		
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATURE DE LAGENT IDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS INCOS-0 RECEBIMENTO RECEBIMEN			DATE DE LIVI	RATION /	UNIDADE DE DEST	TINO
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATURE DE LAGENT IDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS IDENTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DAS CONTUNICAÇÕES RECEBIMENTO DAS CONTUNICAÇÕES RECEBIMENTO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E ESPICAÇÃO RECEBIMENTO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E ESPICAÇÃO RECEBIMENTO DAS CONTUNICAÇÕES REPUBLICAÇÃO RECEBIMENTO DAS CONTUNICAÇÕES REPUBLICAÇÃO RECEBIMENTO DAS CONTUNICAÇÕES REPUBLICAÇÃO RECEBIMENTO DE RECEBIMENTO DAS CONTUNICAÇÕES DE RESPIRAÇÃO RECEBIMENTO DE RECEBIMENTO DAS CONTUNICAÇÕES DE RESPIRAÇÃO DE RESPIRAÇÃO RECEBIMENTO DE RECEBIM	DME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE	DU RÉCEPTEUR				1
AVISO DE RECEBIMENTO AR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR , POSTAGEM DEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PREGUE DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS 114 x 188 mm RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR , TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PREGUE DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S CIDADE / LOCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S CIDADE / LOCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S CIDADE / LOCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃO ES PUBLICO FEDERAL ROCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃO ES R						
AVISO DE RECEBIMENTO AR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR , POSTAGEM DEPOT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PREGUE DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS 114 x 188 mm RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR , TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON PREGUE DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S CIDADE / LOCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S CIDADE / LOCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃE S ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DIAS COMMUNICAÇÃE S CIDADE / LOCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃO ES PUBLICO FEDERAL ROCALITE ESPLANA DE COMPUNICAÇÃO ES R	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO	RUBRICA E MAT DO EMPRE	GADO /			
AVISO DE RECEBIMENTO AR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 3 7 4 5 5 3 7 BR RC 3 3 9 8 7 4 5 5 7 T BR RC 3 8 9 8	CFREDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		20/1007			
AVISO DE RECEBIMENTO AR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 8 7 4 5 3 7 BR RC 3 9 9 8 7 8 7 5 8 TR RC 3 9 9 8 7 8 7 5 8 TR RC 3 9 9 8 7 8 7 5 8						
AVISO DE RECEBIMENTO AR RC 3 3 9 3 7 4 5 3 7 BR PRESIDENTALISES CONT TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON SERVIÇO, PÚDICO F É GE 13 ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES DEPARTAMENTO DE SAIA 300-0 ESPIANADA DE OLUÇÃO FEDERAL CIDADE / LOCALITÉ ESPIANADA DO - Brasilia-DF BRASIL RC 3 3 9 9 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 9 7 4 5 3 7 BR TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON LIVRAISON SERVIÇO, PÚDICO F É GE 13 DEPARTAMENTO DAS COMUNICAÇÕES CIDADE / LOCALITÉ ESPIANADA DO - BRASIL ROBERTO FEDERAL RC 3 3 9 9 7 4 5 3 7 BR RC 3 3 9 9 7 4 5 3 7 BR PRESIDENTALISMO DE LIVRAISON LIVRAISON RC 3 3 9 9 7 4 5 3 7 BR PRESIDENTALISMO DE LIVRAISON LIVRAISON PRESIDENTALISMO DE LIVRAISON LIVRAISON RECUBIRDA DE LIVRAISON PRESIDENTALISMO DE			RETOUR DANS	S LE VERS		
PREENCER ON LETRA DE FORMA Serviço, Público Federal Serviço, Público Federal ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministérios, Bloco El, Anexo-B Sala 300-0 Esplanada dos Ministérios, Bloco El, Anexo-B Sala 300-0 PRASIL O PUBLICO FEDERAL O PUBLICO	RECEBIMENTO	AR . RC	3 3 9.	3 7 4, 5	3 7 BR	()
PREEMO PRO METRA DE DEPOT IN I	TAME POSTAGEM I DATE DE DÉPÔT	TENTATI	VAS DE ENT	REGA / TEN	TATIVES DE LIVE	PAISON
PREENO ERCOM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MITARISTIÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MITARISTIÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Departamento de Outorga de Serviços CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministérios, Bloco El Anexo-B Sala 300-0 TOOA4-900 — Brasilia-DF CRUBLICO FEDERAL C			,			
PREENO ERCOM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MITARISTIÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MITARISTIÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Departamento de Outorga de Serviços CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministérios, Bloco El Anexo-B Sala 300-0 TOOA4-900 — Brasilia-DF CRUBLICO FEDERAL C	DEDEN GETAGEM I BURRAN DE DEPOT			//_	/	_/
PREENCER COM LETRA DE FORMA Serviço, Público Federal ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministérios, Bloco El, Anexo-B Sala 300-0 TO0A4-900 — Brasilia-DF BRASIL O PUBLICO FEDERAL O RUBLICO	#	:	h	:	h ·	h
Serviço, Público Federal ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MIRRISTERIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministérios, Bloco El Anexo-B Sala 300-0 T0044-900 - Brasilia-DF BRASIL O PUBLICO FEDERAL O PU	PREENC ER COM LETRA DE FO	RMA			*	
Serviço, Público Federal ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO MIRRISTERIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços, de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministérios, Bloco FI, Anexo-B Sala 300-0 70044-900 — Brasilia-DF BRASIL O PÚBLICO FEDERAL O	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO R	EMETENTE / NOM OU RAISON :	SOCIALE DE L'EXP	ÉDITEUR		-
Esplanada dos Ministerios, Bloco El Allexo-D Gala 000 0 70044-900 - Brasilia-DF BRASIL CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministerios, Bloco El Allexo-D Gala 000 0 PUBLICO FEDERAL COMUNICACIOES		A SAME TO A SAME TO A SAME AS A SAME A S		-	had great in an interpretation of the cast to come	
Esplanada dos Ministerios, Bloco El Allexo-D Gala 000 0 70044-900 - Brasilia-DF BRASIL CIDADE / LOCALITÉ Esplanada dos Ministerios, Bloco El Allexo-D Gala 000 0 PUBLICO FEDERAL COMUNICACIOES	S ENDERECO PARA PENGLAPA	Serviço Público Fe	ederal	WOĞER		4
Esplanada dos Ministerios, Bloco Es, Artexo-D Gala 600 C TOMA 1 T	ENDERLEÇO PARA DEVOLUÇÃO	MINISTERIO DAS	vicos de Co	municae:	ao Eletrônica	
Esplanada dos Ministerios, Bloco Es, Artexo-D Gala 600 C TOMA 1 T		n	(lutarna (18	Securion	`	
70044-900 - Brasilia-DF BRASIL PUBLICO FEDERAL ORIGINAL ORIGINAL	CIDADE / LOCALITÉ	Esplanada dos Mi	inistérios, B	loco Ei, A	nexo-B Sala	300-0
- PUBLICO FEDERAL O PUBLICO FEDERAL ONNAL ONNAL		70044-900 - Bras	silia-DF	Language remove a serie	4241	BRASIL
SERVICO PUBE COMINIO GINAL MINISTERIO DAS COMINIO ORIGINAL CONTRERE COM O ORIGINAL CONTRERE 12		-			MICOFE	DERAL
MINISTERIO COM O COM CONTRA CO				CONS	O PUBLICOMIN	RIGINAL
CONTRACTOR				MINIST	ERE COM	10
				COM	0 14	

m

OF. 3717/2008//RADCOM/DOS/SSCE MC

CELIZABETH KRAUSS

ELIZABETH KRAUSS

ELIZABETH KRAUSS

ASSOC. COMUNITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA ES III A I SOC. PALMAS FM"

RUA 63, S/N - CAIXA POSTAL 32

88190-000

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.



ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Secão 3

Nº 29, quinta-feira, 11 de fevereiro de 2010

SECRETARIA DE SERVICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAIS DE 9 DE FEVEREIRO DE 2010

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônicu, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no subitem 9.3, alinea "e", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente, resolve, pelo presente Edital COMUNICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto não subido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, da manutenção do arquivamento de seus processos, mediante indeferimento da revisão de decisão do arquivamento, podendo as interessadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital, apresentar recurso endereçado à Consultoria Jurídica. A documentação deverá ermetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasilia - D.F. O presente Edital encontrase também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.me.gov.br.

ANEXO

CIT (LOCALIDADE	N° DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	N° DO OFICIO E.DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AC CICIO D'AGUA DAS FLORES	\$3000.006819:09	ASSICIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE GAMELEIRO	259 DE 04/12/2099	NÃO PROCURADO
DF BRAZLÂNDIA	530/x1.01.561× 08	INFAS - INSTITUTO NICO FACANHA DE ACÃO SOCIAL	286 DE 22/12/2009	AUSENTE POR 3 VEZES
PR ICAMPINA GRANDE DO SUL	53000.034829.07	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE RÁDIO COMUNITÁRIA INTERATIVA EM	273 DE 08/12/2009	DESCONHECIDO

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 187, inciso XL do Regimento Interno do Ministério das Comunicações e ainda o subitem 9.3, alínea "c", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicade no Diário Oficial da União de 26 subseçüente, resolve, pelo presente Edital COMUNICAR às entidades abaixo relacionadas, que se encontrum em local incerto não subido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, do arquivamento de seus processos pela seguinte razão:

Não apresentação, no prazo estabelecido no Aviso de habilitação 01/2008, dos documentos relacionados no subitem 7.1 e alineas da Norma Complementar 01/2004, essenciais para a efetivação da análise e dos procedimentos de seleção contidos no subitem 9.7 da Norma Complementar 01/2004, art. 9°, §2° e incisos da Lei 9612/98.

O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sitio: www.mc.gov.br.

ANEXO

_			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	N° DO OFICIO E. DATA	MOTICO DA DEVOLUÇÃO
AC	RIO BRANCO	53000.039539/06	ASSOCIAÇÃO RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA PRIMEIRA ESTAÇÃO	3930 DE 27/03/09	DESCONIECIDO
ΛC	RIO BRANCO	53000.002727/03	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA VERDE	3928 DE 37/03/09	NÃO PROCURADO
AC.	RIO BRANÇO	53000.003278/06	ASSOCIAÇÃO DOS MENSAGEIROS DA LUZ-AMIL	3929 DE 27/08/09	DESCONHECIDO
ΛL	CORURIPE	536 [0.000323, 99	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES AMIGOS DO POVOADO BOTAFOGO	1989 DE 17/08/09	NÃO PROCURADO
Al.	MACEIQ	53000,019037/03	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL MOACIR ANDRADE (ASCOMODE)	3984 DE 27/09/09	AUSENTE
AL.	MACEIÓ	53000.058353/05	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO AMIGO LEAL	3986 DE 27/08/09	DESCONHECIDO
AL.	MACEIÓ	53000.031756/05	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇÃO SOCIAL DO BENEDITO BENTES I (ACASBB)	3980 DE 27/08/09	MUDOU-SE
ΔL	MACEIÓ	53000.019835/04	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-CARENTE	3985 DE 27/08/09	MUDOU-SE
AL.	MACEIÓ	53000.012109/03	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO JOAQUIM LEÃO	3977 DE 27/08/09	ENDERECO INSUFICIENTE
AM	MANICORÉ	53000,041142/07	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES AGROEXTRATIVISTAS DO LAGO DOS REMÉDIOS-AGOLAR	4241 DE 02/09/09	AUSENTE 3 DIAS
AM	TABATINGA	53000.035983/07	ASSOCIAÇÃO DESPERTAR PARA A VIDA-ADEPAVI	4249 DE 02/09/09	DESCONHECIDO
AP	MACAPÁ	53720,000605/01	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMARAENSES E MIGRANTES RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE MAÇAPÁ	4433 DE 10/09/09	AUSENTE 3DIAS
BA	CANDEIAS	53640,000397/02	MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL-MC	4517 DE 14/09/09	DESCONHECIDO
BA	CANDEIAS	53000,034913/09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CANDEIAS	5424 DE 21/10:09	DESCONTIECIDO
BA	CANDEIAS	53000.040664/03	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DE CABOTO	4516 DE 14/09/09	NÃO PROCURADO
ÐΛ.	CANDEIAS	53000.010496/09	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ANOR EM AÇÃO	4515 DE 14/09/09	AUSENTE
BA	CAMACARI	53000,020664:09	ABVC - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA CRISTÃ	4535 DE 14/09/09	DESCONHECIDO
DΔ.	CAMACARU	53640,000143:01	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MARANATA	5215 DE 07/10-09	AUSENTE
ÐΛ	CONCE!CÃO DO COITE	53000,071193/06	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SONIO MEU	4476 DE 11/09/09	MUDOU-SE
BA.	DIAS D' ÁVILA	53000.021851-07	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO BAIRRO DA CONÇÓNDIA DACIDADE DIAS D' ÁVILA	4483 DE 11/09/09	MUDOU-SE
BA	DIAS D' ÁVILA	53000.017445/09	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL MARES	4482 DE 11/09/09	ENDERECO INSUFICIENTE
DA.	FEIRA DE SANTANA	53/000,000/08/03	ASSOCIAÇÃO CENTRO DE RECUPERAÇÃO ESOUADRÃO REDENTOR - CRUR	14470 DE 11/09/09	DESCONHECIDO
BA	MATA DE SÃO JOÃO	53000.057589/05	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE PRAIA DO FORTE E ADJAÇÊNCIAS	4524 DE 14/09/09	NÃO PROCURADO
BA .	NOVA SOURE	53000.016259.03	ASSOCIAÇÃO ANIGOS DA RADIO NATURA EM	4516 DE 14/09/09	NÃO PROCURADO
BΛ	PAU BRASIL	53000.016421/05	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGINA PATAXÓ JIÁ HÁ HÁE DA ALDEIA CARAMURU	4530 DE 14/09/09	NÃO PROCURADO
CE	ITAPIPOCA	53000.045149/06	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE LAGOA DA CRUZ	4616 DE 17/09/09	NÃO PROCURADO
CE	ITAPIPOCA	53000,042635/05	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE JOVENS E ADULTOS DE ASSUNÇÃO	4615 DE 17/09/09	NÃO PROCURADO
CE	ITAPAJE	53000.003195/06	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPAJÉ	4614 DE 17/09/09	NÃO PROCURADO
CE	JAIBARAS-DISTRITO DE SOBRAL	53000.018130:03	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ABÍLIO BENTO DE ALBUQUERQUE SÍTO	4625 DE 17/09/09	DESCONHECIDO
CE	JAIBARAS-DISTRITO DE SOBRAL	53650.002702/98	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE JAIBARAS	4626 DE: 17/09/09	DESCONHECIDO
DF	BRASILIA	53900,015618/08	INFAS - INSTITUTO NICO FAÇANHA DE ACÃO SOCIAL	286 DE 22/12/09	AUSENTE
ES	SERRA	53770,000522/01	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMUNTO RESEDENCIAL DERRA DOURADA III	4545 DE 15/09/09	MUDQU-SE
CO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	\$3000,02x905/09	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E JORNALISMO COMUNITÁRIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOLÁS	4778 DE 23/09/09	DESCONIECIDO
GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	53000,004991/09	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA LEGIÃO FM	4780 DE 23/09:09	ENDERECO INSUFICIENTE
GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	53000,020180/09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SETE DE SETEMBRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	4779 DE 23/09/09	AUSENTE
GO	FORMOSA	53670.00023030	ORGANIZAÇÃO GERAL DE ASSOCIAÇÕES DO ENTORNO DO DE	4782 DE 33/09/09	ENDERECO INSUFICIENTE
GO	LUZIÁNIA	53000,001370/02	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA PRONTA AJUDA ÔMEGA	4776 DE 23/09/09	AUSENTE
GO	NIQUELÂNDIA	53000,021059/04	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NIQUELANDENSE DE CULTURA-GO	14783 DE 23/09/09	AUSENTE 30 DIAS
GO	SANTA TEREZINHA DE GOLÁS	53000,094685/06	ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE SANTA TEREZINHA DO GOIAS-ASEST	4784 DE 23/09/09	MUDOU-SE
MO	CORINTO	53000.013281/04	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO MACIEL	4587 DE 16/09/09	MUDOU-SE
MO	CORINTO	53710,000864/99	CORAL SÃO FRANCISCO	4589 DE 16/09/09	MUDOU-SE
MG		53710.000665/99	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL MATO VERDE	4600 DE 16/09/09	DESCONHECIDO
MG		53710,000287.00	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS DE LOURDES CASANA E N. S.DAS GRAÇAS	4588 DE (6/09/09	MUDQU-SE
MG		53000.001907/08	ASSOCIAÇÃO EVANGELICA DE SANTA MARGARIDA	4601 DF 16/09/09	NÃO PROCURADO
MS		53000,039236'07	ASSOCIAÇÃO DOURADINENSE DE TRABALHADORES EXPLORANDO RECURSOS DA TERRA	4246 DE 02/09/09	DESCONHECIDO
	Triangle County NO. O.C.	122444/44/570 01	THE PROPERTY OF THE PROPERTY O	14540 DE 02119109	IN PREVIOUS INVE

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 187, inciso XL do Regimento Interno do Ministério das Comunicações e ainda o subitem 9.3, alínea "e", da Norma Complementar nº 1/2004, aprovada pela Portaria nº 1/3, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 26 subseqüente, resolve, pelo presente Edital COMUNICAR as entidades datixo relacionadas, por se encontrarem em local incerto, não sabido ou sem possibilidade entrega de centrega de centrega de centrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, do arquivamento de seus processos, de acordo com o subitem 9.7 da supracitada Norma Complementar, podendo as interessadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação dește Edital, apresentar solicitação visando a revisão da decisão de arquivamento. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasilia - D.F. O presente Edital encontra-se também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sitio: www.mc.gov.br.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

ANEXO

URLOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFICIO E, DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
ALDOIS RIACHOS		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CÍCERO	5886 DE 10/11/2009	NÃO PROCURADO
BAMUTUIPE	53000,016219:09	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMHOLAS DO VALE DO JIQUIRIÇA	4458 DE 11:09/2009	AUSENTE
	53000.000413-03	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SETOR AEROPORTO	5868 DE 18-09/2006	FECHADO POR 3 VEZES
GOGOLÁNIA	53670,000,503 98	ASSOCIAÇÃO GUIÁNIA DA PEQUENA EMPRESA - AGPE	5870 DE 18/09/2006	MUDOU-SE
MANGA	53000.036384-09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MANGA JOVEM	5921 DE (2/11/2009	DESCONHECIDO
MICAMPO NOVO DO PARECIS	53690.000108-02	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE MARECUAL CÁNDIDO RONDON DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT	6141 DE 27/11/2009	NÃO PROCURADO
MTVÅRZEA GRANDE	53000,028786.09	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA TISSELEAJI FM	6341 DE 15/12/2009	DESCONHECIDO
PAMARABÁ	53000.028932.09	IPA-INSTITUTO DE PESQUISAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DA AMAZÔNIA	4436 DE 10:09:2009	CASA FECHADA
RJ BARRA MANSA	53770.000460-00	TYC - TRABALHO VOLUNTÁRIO EM COMUNIDADE	5036 DE 30/08/06	AUSENTE
RSBARÃO DO TRIUNFO	53000.086815/06	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE BARÃO DO TRIUNFO - RS	5117 DE 01/10/2009	NÃO PROCURADO
SUGOVERNADOR CELSO RAMOS	53740.002131/99	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA - "PALMAS FM"	3717 DE 23/04/2008	DESCONHECIDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032010021100104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2,200-2 de 24/08/2001, que frestado RAI Infraestrutura de Chaves Públicas Parlabara - 100-800 COMINIO DES SERVICO DAS COMINIO DAS COMINIO DAS COMINIO DAS CONTROL MINISTERIO DA CONTROL MINISTERIO D Em. 07 12 10



des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2010

A Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 187, incisos XXIX e XL, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, a porovado pela Portaria nº 313, de 23 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 24 subseqüente, resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em local incerno não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos estantes das devoluções de AR Postal, para apresentar os documentos solicitados nos oficios relacionados, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das unidades listadas implicará o arquivamento do Processo correspondente. A documentação deverá ser remetida á Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica, no enderçoe Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F. O presente Edital encontrase também disponível na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.me.gov.br.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

ANEXO

UF LOCALIDADE		NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFICIO E. DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AM CAREIRO DA VÁRZEA		MOVIMENTO COMUNITÁRIO JOÃO PAULO II	4578 DE 16/09/2009	ENDEREÇO INSUFICENTE
CE BEDERIBE	53000.028155.09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA TEREZINIA	6678 DE 30/12/2009	AUSENTE
DF CEILANDIA	53000,063461/06	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO SETOR P SUL	6656 DE 28/12/2009	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
MG PONTO CHIQUE	5.1000.029007.09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DE RUSSÃO	6313 DE 09/12/2009	NÃO PROCURADO (2X)
MG SÃO JOAQUIM DE BICAS	53000.036692/09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS	0350 DE 22/01/2010	MUDOU-SE
MS NOVA ALVORADA DO SUL	53000,022872/09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO DA REGIÃO PANA	5423 DE 21/10/2009	NÃO PROCURADO
MT (GUARANTĂ DO NORTE	53000.028255/09	JASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE GUARANTÃ DO NORTE	(6083 DE 23/11/2009	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
PR PARANAGUA	53000,004271/08	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES INTERATIVA DE PARANAGUÁ	5958 DE 13/11/2009	NÃO PROCURADO
RO PORTO VELIJO	53000,026284-09	ASSUCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO UNIÃO BANDEIRANTES - ACRUB	6126 DE 25/11/2009	NÃO PROCURADO
RS PIRATINI	53000.029321/09	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSO ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA PIRATINENSE	5989 DE 17/11/2009	MUDOU-SE
TO SANTA TEREZA DE TOCANTINS	53000.009290-08	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE SANTA TEREZA	3160 DE 27/07/2009	DESCONHECIDO
TO TOCANTINÓPOLIS	5,1000.046399/07	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIDIFUSÃO DO ARAGUAIA	4678 DE 18/09/2009	AR EXTRAVIADO

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº Processo: 09016.000008/2010-19. Objeto: Consultorin técnico-profissional e de enpacitação de funcionários, alturas e professores e assessoria especializada para implementação aprancida 000/1. Fundamento Respuis em Diplomacia. Total de iters licado 000/1. Fundamento Legal: Artigo 25, inciso III. combinado como inciso VI do artigo 13 da Lei nº 8.666/93. Justificativa: serviço de natureza singular pressado por empresa de notória especialização. Declaração de inexigibilidade em 04/02/20/10. FERNANDO GUINARAES REIS. Director-genta do instituto Rio Branco. Ratificação em 04/02/20/10. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA. Secretário-Gent das Relações Exteriores. Contratada: Janus Educaren Serviços de Informática Ltda-ME. Valor: R\$ 43,000,00.

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 2/2010

Objeto: Pregão Elerônico - Reformulação e atualização de planilha orçameniária referente ao projeto de instilação de sistema integrado de segurança para o MRE; consultoria para a prestação de suporte técnico no âmbito da licitação dosistema integrado de segurança para o MRE. Total de Itens Licitados: 90001 Editul: 1/92/2010 de 10h00 às 13h00 e de 15h às 17h00. ENDEREÇO: Ministério das Relações Exteriores: Anexo I; 8º andar, salo 807. Esplanada dos Ministérios - BRASILIA - DF . Entrega dos Propostas: a partir de 11/02/2010 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br . Abertura das Propostas: 25/02/2010 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br

MÁRIO MAUA CHAVES FERREIRA Pregociro

(SIDEC - 10/02/2010) 240013-00001-2010NE900046

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEIAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2010

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos, para uso do Serviço Médico do Ministério de Minas e Energia. Total de Itens Licitados: 00164. Edital: 11/02/2010 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", sala 446 Centro - BRASILIA - DF. Entrega dus Propostas: a partir de 11/02/2010 às 09h00 no site www.comprasnet.govbr. Abertura das Propostas: 25/02/2010 às 10h00 site www.comprasnet.govbr. Informações Gerais: Edital disponível no sítio www.comprasnet.gov.br

RODRIGO CARDOSO DE PAIVA

(SIDEC - 10/02/2010) 320004-00001-2010NE900003

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2010

Nº Processo: 48500005392200935. Contratante: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA - ELETRICA - ANEEL. CNP! Contratudo: 05984050000174. Contratado: NEW STAR PLACAS E ADESIVOS LTDA -ME. Objeto: Prestação de serviços de confecção de carimbo, buracha para carimbo e fornecimento de refil para carimbo automático, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº78/2009. Fundamento Legal: Lei 8666/1993, Lei 10520/2005, Decretos 3450/2005 e 6204/2007 e LC 123/2006. Vigência; 10/02/2010 n 09/02/2011. Valor Total: R\$28,593,83. Fonte: 174032273 - 2010NE000239. Data de Assinatura: 08/02/2010.

(SICON - 10/02/2010) 323028-00001-2010NE000022

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2009

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por intermédio da Comissão Especial de Credenciamento n. 02/2007, torna público que permanece aberto até 10/02/2011 o CREDENCIAMENTO n. 01/2009, cujo objeto é o credenciamento de empresas e instituições especializadas na prestação de serviços de suporte aos trabilhos da ANEEL na fiscalização dos serviços de eletricidade prestados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica, de transmissão de energia elétrica eletrica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para os SERVIÇOS indicados a seguir:

Serviço 1 - Apoio à Fiscalização dos Serviços de Distribuição;

Servico 2 - Apojo à Fiscalização dos Servicos de Trans-

missão;

Serviço 3 - Apoio à Fiscalização das Atividades dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Fiscalização das Atividades dos Programas de Eficiência Energética - PEE.

A documentação exigida para pré-qualificação ao credenciamento deve ser providenciada conforme as instruções do EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 01/2009 - SFEANEEL, disponível no stito http://www.ancel.gov.br, opção "A ANEEL", e "Licitações Administrativas", e na ANEEL, à SGAN, Quadra 603, Módulo "I", Protocolo Geral - Brasilia/DF, de segunda à sexta-feira, das 08:00 à 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas. Os documentos apresentados deverão ser posteriormente entregues no mesmo local e horário.

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2007

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO DAC Nº 7/2010

PREGAO ELETRONICO DAC № 7/2010

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS torna público que, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123, de 14 de decrembro de 2006, e subsidiariamente da Lei nº 8.666, de 12 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, furá realizar licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço, destinado à contratação de 23 (vinte e três) Projetores Multimidia (datashow), com serviço de assistência e manutenção técnica "on sito", conforme especificações e condições estabelecidas no Edital.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A PARTIR DE 11/02/2010:

1. Gratutamente, nos sites www.licitacoes-e.com.br de Baracio do Brasil e www.eletrobras.com, ou 2. Na ELETROBRÁS: nos horários de 09 às 11 horas e das 14 às 16 horas, na Av. Marechal Floriano. 19, 26° andar, Centro, Rio de Janciro, RJ. Os interessados na compra da cópia completa do Edital deverão depositar o valor de R\$ 6,00, não reembolsáveis, na Conta Corrente nº 2000-1, Agência oxplatantenicidade html.

n° 1755-8 do Banco do Brasil, informando o N° do CNPJ da Empresa ou CPF da pessoa que está retirando o Edital. PRAZO FINAL PARA ACOLIIMENTO/ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01/03/2010, às 09:30 horas no site www.licitacoes-

INÍCIO DA DISPUTA: 01/03/2010, às 10:00 horas no site

www.licitacoes-e.com.br.
Todas as referências de tempo neste Aviso observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2010. CLAUDIO DOS SANTOS BERTINI Chefe do Departamento de Contratações

CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato: CERON/PR/161/2009. Contratante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron. Contratada: Escritório de Advocacia Oliveira e Becker Advogados. Proveniente da Inexigibilidade de Licitação Nº. 008/2009. Objeto: Serviços advocatiços para acompanhar processo no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCÜ e Secretaria de Controles Externos locais. Vigência: 12 (doze) meses: Valor Totai: R\$ 2.000.00 (olto mil reals). Assinatura: 16/11/2009. Luis Hiroshi Sakamoto - Diretor de Gestão e Flávio Decat de Moura - Diretor Presidente, pela Contratada, e Gerson Alves de Oliveira Junior - Advogado, pela Contratada.

Contrato: CERON/DO/002/2010. Contratante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron. Contratada: Piccinin Indústria Comércio de Artefatos de Ferro Ltda. Proveniente do Pregão Eletrônico nº 60/12009. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos destinados a aplicação em linhas e redes de distribuição urbana e rural (ele-troferragens). Vigência: 180 (cento e olienta) dias Valor total R\$ 219.598 80 (duzentos e dezenove mil, quinhentas e noventa e oito reais e otienta ecntavos) Assinatura: 02/02/2010. Geraldo de Magela Carvalho de Olivoira - Gerente de Manutenção de Sistemus e Antonio Toscano de Almeida - Gerente de Departamento de Suprimentos Substituto, pela Contratante, e Mirlei Gomes de Lima Piccinin - Sôcia Gerente, pela Contratada.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2009

AVISO DE DISPENSA DE LICHTAÇÃO Nº 15/2009

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, com base no lneiso V do Artigo 24 da Lei n.º 8.666/93, na Resolução da Diretoria Executiva n.º 002/2010, datada de 0.5/01/2010 e Deliberação do Conselho de Administração n.º 001/2010, datada de 18/01/2010, Adjudicarram e homologaram o Processo de Dispensa de Licitação n.º 015/2009 - Execução de obras de eletrificação rural do Programa Luz Para Todos nos municípios de Rolim de Moura, Castanheiras, Nova Brasilândia, Nove Horizonte, São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques, no Estado de Rondônia - Loto VI, remanescente da Concorrência n.º 006/2009, em favor da Empressa: AT Eletrificações Ltda, no valor total R\$ 28.382.990,53 (vinte e oito milhões trezentos e oitenta e dois mil novecentos e noventa reais e cinqüenta e três centavos), determinando que as ações concernentes às atuais deliberações sejam providenciadas pelos setores competentes.

Porto Velho-RO, 18 de juneiro de 2010 JOSÉ ANTONIO MÚNIZ LOPES Conselheiro Presidente JOSÉ ROBERTO DE MORAES REGO PAIVA FERNANDES JÚNIOR Conselheiro FLÁVIO DECAT DE MOURA Conselheiro ANTONIO PÉREZ PUENTE Conselheiro TELTON ELBER CORREIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032010021100105





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PARECER Nº 0449 - 1.08/2010/ROS/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.037.401/05

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos.

ASSUNTO:

Requerimento solicitando autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária. A documentação apresentada obedece aos

padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, OY 1 12 10

Senhor Consultor Jurídico,

1 - Introdução

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica-SSCE, através do Relatório n° 43/2010- RADCOM/DOS/SSCE/MC-(fls 166 a 170) submeteu-se ao crivo desta Consultoria Jurídica, processo relativo à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

2. O comparecimento desta Consultoria no feito se faz necessário, em razão do que preconiza a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial o que inscreve o seu Capítulo VI, definindo a competência "Das Consultorias Jurídicas" no contexto da Advocacia-Geral da União, vejamos:

"Art. 11- As consultorias Jurídicas, órgão administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao secretário-geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

- I- assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;
- II- exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;
- III- fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - sala 920 - CEP 70.044-900 - Brasília - DF Telefones: (61) 3311-6535/311-6197 Fax: (61) 3311-6602 Email: conjur@mc.gov.br



- IV- elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;
- V- assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob coordenação jurídica;
- VI- examinar, prévia e conclusivamente , no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:
- a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;
- b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação".

II - Fundamentos Legais e Normativos

- 3. A requerente manifestou interesse "...em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km", com centro localizado de acordo com o indicado no item 10 do mencionado Relatório, onde pretende instalar o sistema irradiante de sua estação, solicitando, também, em seguimento, a designação de canal para a prestação do serviço nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.
- 4. Da análise da documentação apresentada, em atendimento aos preceitos da Lei n^2 9.612, 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n^2 2.615, de 03 de junho de 1998, da Norma Complementar n^2 2/98, aprovada pela Portaria n^2 191, de 06 de agosto de 1998, constatou-se o seguinte:
 - a Associação Comunitária de Rádio e Televisão Educativa Palmas FM (Processo nº 5374.000.2131/99) que também concorriam à prestação do serviço naquele município, tiveram seus processos devidamente arquivados, conforme o exposto no item 3 alíneas "a"do Relatório da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (fl.166);
 - os atos constitutivos da entidade Requerente, sua personalidade jurídica, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, o seu Estatuto Social, declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, bem como manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estão de acordo com as normas, como depreende do item 9 do Relatório;
 - as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada nos presentes autos, estão de acordo com o estabelecido na legislação, basicamente as regras da Norma nº 2/98, a teor dos itens 4 a 9 do Relatório.

III Conclusão

- 5. Com base nas informações apresentadas pelo Departamento de Outorga de Serviços no Relatório Final, depreendido às fls. 166/170, denota-se que o processo se encontra devidamente munido dos documentos necessários ao deferimento do pleito, estando em conformidade com a legislação que regula os atos de autorização para exploração do serviço de radiodifusão Comunitária, cuja outorga deverá seguir os preceitos do art. 6°, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.
- 6. Por derradeiro, resta informar que o Congresso Nacional, deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 233 da Constituição da República Federativa do Brasil.





7. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do efeito, tendo em viso a inexistência de óbice jurídico ao seu deferimento. Ao tempo em que pugnamos pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

viso Barrier B pelo sopole

À superior consideração.

Brasília, Ofde Maio de 2010.

AYANNÉ ÖLNETRA DA! Estagiánia de Direito

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Exmd. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para as providências cabíveis.

Em 14/05 /2010

EDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO

Consultor Jurídico

11CO ·

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMINICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EM, O+ 12 110 PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 2911110
Página: 63 Seção: 1
ANOTADO POR: Moiles

Comunica 149 Con Constitution 149 Con

PORTARIA № 1184 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037.401/05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Arvoredo de Governador Celso Ramos com sede na Rua das Azaléias, nº 48, Praia de Palmas, no município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º 18' 56"S e longitude em 48° 32' 53"W, utilizando a freqüência de 98,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR TILARDI LEITE Ministro de Estado das Comunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300 CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º 53000.037401/05

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 1184, de 24 de novembro de 2010, no Diário Oficial da União de 29 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 30 de novembro de 2010.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

COTA nº 0121 /2011/RZL/ CONJUR-MC/AGU Processo nº 53000.037401/2005 (cópia) Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos do PARECER Nº0449– 1.08/2010/ROS/CGCE/CONJUR-MC/AGU desta Consultoria Jurídica às fls. 177 a 178, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 01 de abril de 2011.

Rodrigo Zerbone Loureiro Consultor Jurídico



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722 70044-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 03

3 /2011/GM-MC

Brasília, 20 de abril

de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Palácio do Planalto, 4º andar 70150-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminha anexo(s)

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00071 2011

- 53830.000337/2002

MC 00072 2011

- 53630.000048/2002

MC 00073 2011

- 53740.000776/2000

MC 00074 2011

- 53790.000327/2000

MC 00075 2011

- 53790.000329/2000

MC 00078 2011

-53710.000473/1998 / 53000.011948/2008

MC 00079 2011

- 53000.012805/2006

MC 00080 2011

- 53000.002192/2008

Oht

SAG-APOIO



<u>MC 00081 2011</u> - 53000.002187/2008

<u>MC 00082 2011</u> - 53000.051481/2005

<u>MC 00083 2011</u> - 53000.018601/2003

MC 00084 2011 - 53000.065204/2006

<u>MC 00085 2011</u> - 53000.008987/2006

MC 00086 2011 - 53000.002189/2008

MC 00087 2011 - 53000.020768/2004

MC 00088 2011 - 53000.037401/2005

MC 00089 2011 - 53000.064591/2006

MC 00090 2011 - 53000.024051/2009

MC 00094 2011 - 53000.055207/2006

MC 00095 2011 - 53000.009238/2006

Atenciosamente,

PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA

Coordenador-Geral





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nota Informativa nº 62/2011/SAG - C. Civil - PR

Aprovo.

Em 18 de 2011.

Luiz Alberto dos Santos Subchefe Assunto: Portaria de outorga de autorização para o serviço de radiodifusão comunitária a ser submetida à apreciação do Congresso Nacional, conforme art. 223, §§ 1° e 3°, da C. F. (EM n° 88/2011 - MC, de 19 de abril de 2011; Processo n° 53000.037401/2005-02).

Senhor Subchefe,

- 1. Trata-se de Portaria de outorga de autorização para a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARVOREDO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS executar o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, encaminhada pelo Ministério das Comunicações para ser submetida à apreciação do Congresso Nacional, conforme art. 223, §§ 1º e 3º da C. F.
- 2. O PARECER Nº 0449 1.08/2010/ROS/CGCE/CONJUR-MC/AGU atesta que foram atendidos todos os requisitos legais necessários à outorga. No entanto, a entidade acima não prevê em seu Estatuto Social a existência de um Conselho Comunitário para acompanhar a programação da emissora no interesse exclusivo da comunidade, como determina a Lei nº 9.612/98, art. 8º¹, e a Norma Complementar nº 1/2004, item 19.4, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004 do Ministério das Comunicações², e especialmente, o Anexo 16 desta Norma -

¹ Lei nº 9.612/98: Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

² Disponível em http://www.mc.gov.br/images/radiodifusao/legislacao/sonora/radcom/portarias/Portaria-no-103-janeiro-de-2004.pdf, acessado em 13/05/2011.



MODELO DE ESTATUTO SOCIAL **DE ACORDO COM A LEI 9612/98**, NORMA COMPLEMENTAR Nº 1/2004 E ATUAL CÓDIGO CIVIL (negritou)³.

- Embora o Art. 8º da Lei, fale em "entidade autorizada", considerando o aspecto de 3. mérito, esta assessoria entende que, se não a criação do Conselho propriamente, pelo menos a previsão deste no Estatuto Social da entidade é passo indispensável para a sua efetiva criação em momento posterior à autorização para execução do Serviço, conforme o próprio Modelo de Estatuto Social acima referido. Obviamente, a entidade postulante à outorga só será "entidade autorizada" quando todos os atos administrativos necessários para isso (Portaria do Ministério, Autorização de operação em caráter provisório quando for o caso, Decreto legislativo etc.) tiverem sido editados. Poder-se-ia alegar que pelo simples fato desses atos não estarem ainda consolidados, estaria o Ministério agindo ilegalmente se exigir a previsão do Conselho Comunitário como órgão da entidade no Estatuto Social? Entende-se que não. É evidente, s.m.j., que o legislador usa a expressão "entidade autorizada" considerando o devir do processo de autorização. Nesse processo não se está cuidando, já, da criação do Conselho pela entidade que não está, ainda, autorizada à execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, mas tão somente de sua necessária previsão no Estatuto Social submetido à aprovação do Ministério. Certamente o que interessa é assegurar o cumprimento da norma legal, qual seja, a existência e o regular funcionamento do Conselho Comunitário no decurso do prazo durante o qual a "entidade (já) autorizada" estará executando o serviço. A previsão do Conselho no Estatuto Social da entidade – Estatuto esse que é homologado pelo Ministério – é, portanto, pré-condição para que ao atingir o status de "entidade autorizada" possa esta criar o tal Conselho, se já não o tiver feito, eis que nada a impede de fazê-lo. Se não for exigida sequer a previsão do Conselho no Estatuto Social, será muito mais complexo exigir posteriormente sua criação e funcionamento.
- 4. Assim, no aspecto de mérito, caso esta Subchefia tenha este entendimento, sugere-se que seja enviado expediente ao Ministério das Comunicações, informando-o que é necessário exigir das entidades interessadas na autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária a previsão, nos seus estatutos sociais, do Conselho Comunitário, com vistas ao cumprimento do art. 8º da Lei nº 9.612/98, da Norma Complementar nº 1/2004, do Ministério, e conformidade com o Anexo 16 desta Norma (Modelo de Estatuto Social).



³ Disponível em http://www.mc.gov.br/images/2009/08/anexo-16.pdf, acessado em 13/05/2011.

186

5. No caso do Processo Administrativo em apreço, considerando que a Portaria de autorização, do Ministério, já foi publicada no Diário Oficial da União, sugere-se que esta Subchefia promova discussão com interlocutores daquele órgão setorial com vistas a uma solução para o encaminhamento a ser dado e, se for o caso, a devolução do mesmo para conformação com a Norma Complementar nº 1/2004 e seu Anexo 16, caso entenda conveniente.

À consideração superior.

Brasília, 13 de maio de 2011.

Valdomiro José de Almeida Assessor Técnico



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa Civil

Palácio do Planalto, 4º andar – Sala 414 CEP 70.150-900 – Brasília – DF Telefones: (61) 3411-1428 e 3411-1457 - Fax: (61) 3322-2806



Ofício Conjunto nº 405/2011 - SAG/SAJ - C. Civil - PR

Brasília, 19 de maio de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor **LEONES DALL'AGNOL** Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações

Assunto: Restituição de Processo Administrativo de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Senhor Chefe de Gabinete,

Cumprimentando-o, fazemos referência à anexa Nota Informativa n° 21/2011/SAG – C. Civil – PR, de 13 de maio de 2011, e às demais Notas a seguir relacionadas para restituir a esse órgão as respectivas exposições de motivos, com a finalidade de que os Processos correspondentes sejam ajustados ao que dispõe a Norma Complementar nº 1/2004 aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, desse Ministério, e seu Anexo 16 (Modelo de Estatuto Social).

Nota Informativa	Exposição de Motivos	Processo
21/2011	EM nº 16/2011 – MC	53000.013068/2003
23/2011	EM n° 18/2011 – MC	53000.011842/2004
37/2011	EM nº 32/2011 – MC	53000.047324/2008
38/2011	EM nº 33/2011 – MC	53000.003205/2003
39/2011	EM nº 34/2011 – MC	53000.024880/2009
40/2011	EM nº 35/2011 – MC	53000.024548/2008
41/2011	EM nº 36/2011 – MC	53000.039569/2006
44/2011	EM nº 39/2011 – MC	53640.001320/1998

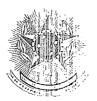
Nota Informativa	Exposição de Motivos	Processo
62/2011	EM nº 88/2011 - MC	53000.037401/2005
77/2011	EM n° 92/2011 – MC	53000.064285/2007
13/2011	EM nº 96/2011 – MC	53000.031671/2004
72/2011	EM nº 103/2011 – MC	53000.021416/2003

Atenciosamente,

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de

Políticas Governamentais

IVO DA MOTTA AZEVEDO CORRÊA Subchefe para Assuntos Jurídicos





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 7772011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: Previsão de instalação de Conselhos Comunitários responsáveis pela supervisão da programação de emissoras autorizadas a prestar o serviço de radiodifusão comunitária

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente nota técnica trata da previsão estatutária de criação e instalação de Conselhos Comunitários vinculados a entidades autorizadas a prestar o serviço de radiodifusão comunitária, tendo em vista o disposto na Nota Informativa nº 62/2011/SAG-Casa Civil-PR e reunião realizada na Casa Civil no dia 27 de julho de 2011.

ANÁLISE

- 2. No iter: 4 da referida nota informativa, "sugere-se que seja enviado expediente ao Ministério das Comunizações, informando-o que é necessário exigir das entidades interessadas na autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária a previsão, nos seus estatutos sociais, do Conselho Comunitário, com vista ao cumprimento do art. 8º da Lei nº 9.612/98, da Norma Complementar nº 1/2004, do Ministério, e conformidade com o Anexo 16 desta Norma".
- 3. Em reunião realizada entre representantes da Casa Civil e da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério, no dia 27 de julho de 2011, os representantes deste órgão reconheceram a clareza da disposição legal em tela, segundo a qual "a entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4" desta Lei". No entanto, argumentou-se que não há na lei, no decreto ou na norma nenhum dispositivo que obrigue a entidade a prever a constituição do referido conselho em seu estatuto. Vale lembrar que não é preciso constituir entidade específica para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, logo existem associações e fundações concorrentes que, no momento de sua criação, não planejavam a prestação desse serviço.
- 4. A inexistência de menção ao Conselho Comunitário no estatuto da entidade não a exime de constituí-lo, nem tampouco autoriza o Ministério das Cómunicações a deixar de cobrar a sua existência. Adota-se como procedimento rotineiro, no âmbito da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária (CGRC), solicitar a ata de constituição do Conselho Comunitário à entidade com outorga, sempre que essa encaminhar nova documentação ou apresentar demanda ao Ministério das Comunicações (como, por exemplo, pedido para alteração de características técnicas) e quando a ata não tiver sido apresentada anteriormente.
- 5. Saliente-se, ainda, que a regulamentação para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária está, neste momento, em revisão. Foi realizada consulta pública sobre nova norma, que substituirá a Norma Complementar nº 1/2004, nos meses de junho e julho de 2011 e atualmente a CGRC prepara minuta consolidada a ser submetida à Consultoria Jurídica deste Ministério, com a expectativa de publicação do novo documento no mês de setembro. Como se depreende da minuta (em anexo), serão criados formalmente mecanismos que facilitem o acompanhamento da instalação do referido colegiado. O item 8.2 estabelece que: "O estatuto social das associações comunitárias e das fundações interessadas em prestar o serviço deverá: (...) j) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária". Já o item 20.3 determina que o pedido de renovação de outorga deve ser acompanhado de "j) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora".
- 6. Por fim, os representantes do Ministério das Comunicações na referida reunião solicitaram que se aguardasse a publicação da nova norma para o início da cobrança relativa à previsão CGRC/DEOC

estatutária de instalação de um Conselho Comunitário. A necessidade de cobrança dessa previsão em estatuto agora representaria, de imediato, a necessidade de revisão de mais de 1.300 processos de outorga ora em tramitação nesta Coordenação-Geral. Além disso, a cobrança neste momento não estaria baseada em nenhum regulamento.

CONCLUSÃO

- 7. Tendo em vista o disposto nesta Nota Técnica e a reunião realizada na Casa Civil no dia 27 de julho de 2011, sugerem-se os seguintes encaminhamentos relativos à cobrança de previsão estatutária de constituição de um Conselho Comunitário por entidades interessadas na prestação do serviço de radiodifusão comunitária:
- a) Casos de emissoras já autorizadas a prestar o serviço O Ministério das Comunicações deve continuar cobrando a apresentação de ata de constituição do referido conselho, nos termos desta Nota Técnica, abrindo processo de apuração de infração quando for necessário;
- b) Processos atualmente em tramitação que vierem a resultar em outorga Ao encaminhar a licença provisória, que autoriza a entidade a iniciar a transmissão de sua programação, o Ministério das Comunicações, por ofício, exigirá a apresentação de ata constitutiva do Conselho Comunitário em até 30 dias, sob pena de abertura de processo de apuração de infração;
- c) Processos de outorga iniciados depois da publicação da nova norma O Ministério das Comunicações cobrará a previsão de constituição do referido conselho em estatuto; e
- d) Processos de renovação de outorga O Ministério das Comunicações cobrará a apresentação do último relatório do Conselho Comunitário, conforme disposto na nova norma.

Brasília, 28 de julho de 2011.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 28 de julho de 2011.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

De acordo. A presente Nota Técnica deve ser apensada aos autos dos processos a serem novamente remetidos à Casa Civil.

Brasília,

de julho de 2011.

GENTLO MIS DE ALBUQUERQUE NETO

Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

ANEXO I

PORTARIA Nº DE DE DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os procedimentos e critérios de seleção das entidades interessadas na prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, estabelecidos por meio da Norma a que se refere o art. 1º, aplicam-se aos avisos de habilitação posteriores à data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Aos avisos de habilitação anteriores à edição desta Portaria aplicam-se os procedimentos e critérios firmados pela Norma Complementar nº 1 de 2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004.

Art. 3º Ficam revogadas a Portaria nº 448, de 13 de outubro de 2005, e a Portaria nº 103, de 23 de janeiro de 2004, e a norma por ela aprovada, observando-se o disposto no Art. 2º desta portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

Ministério das Comunicações Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária — a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

ANEXO À PORTARIA N° ***, DE ** DE ****** DE 2011 NORMA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

1. OBJETIVO

Esta Norma tem por objetivo complementar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como um serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, com baixa potência e cobertura restrita, para ser outorgado a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na localidade de prestação do Serviço, e estabelecer as condições técnicas de operação das respectivas estações.

2. REFERÊNCIAS BÁSICAS

- 2.1. Constituição Federal.
- 2.2. Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificado e complementado pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.
- 2.3. Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- 2.4. Lei n° 10.610, de 01 de dezembro de 2002, que altera o prazo de outorga de três para dez anos.
- 2.5. Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, art. 19, que altera o parágrafo único do art. 2º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, criando a possibilidade de emissão de autorização provisória para o funcionamento de estação do serviço de radiodifusão comunitária.
- 2.6. Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações.
- 2.7. Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.
- 2.8. Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, aprovado pela Resolução n° 67, de 12 de novembro de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações Anatel, e suas alterações.

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- 2.9. Resolução Anatel nº 60, de 24 de setembro de 1998.
- 2.10 Resolução Anatel nº 356, de 11 de março de 2004, que destinou a faixa de radiofreqüências de 87,4 MHz a 87,8 MHz, para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, em caráter secundário.
 - 2.11 Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária PRRadCom.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Apoio cultural É a forma de patrocínio limitada à divulgação de mensagens institucionais para pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, em que não podem ser propagados bens, produtos, preços, condições de pagamento, ofertas, vantagens e venda de serviços que, por si só, promovam a pessoa jurídica patrocinadora, sendo permitida a veiculação do nome, endereços físico e eletrônico e telefone do patrocinador situado na área de prestação do serviço.
- 3.2. Área de prestação do serviço área limitada por uma circunferência de raio igual ou inferior a um quilômetro contado a partir da antena transmissora.
- 3.3. Entidade interessada na execução do serviço de radiodifusão comunitária
- 3.3.1. Entidade social sem fins lucrativos, cujos objetivos incluem a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária como uma das suas finalidades específicas, observando os princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998;
- 3.3.2. Assegura o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediadas;
- 3.3.3. Assegura a seus associados em dia com as suas obrigações estatutárias o direito de votar e ser votado para todos os cargos de direção, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- 3.3.4. Não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- 3.3.5. É dirigida por pessoas físicas brasileiras, natas ou naturalizadas há mais de dez anos, com capacidade civil plena e que mantenham residência na área de prestação do Serviço; e
- 3.3.6. Tem a sede situada na localidade de prestação do serviço.

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária — a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- 3.4. Localidade área geográfica onde se pretende explorar o serviço de radiodifusão comunitária.
- 3.5. Rede de radiodifusão comunitária é o conjunto de emissoras de radiodifusão comunitária articuladas para transmissão simultânea de uma mesma programação em casos de guerra, calamidade pública e epidemias e, conforme estabelecido em lei, de mensagens obrigatórias dos Três Poderes.
- 3.6. Serviço de radiodifusão comunitária serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações ou associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

4. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM EXECUTAR O SERVIÇO

- 4.1. A entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária poderá, por intermédio de seu representante legal, dirigir manifestação ao Ministro de Estado das Comunicações demonstrando o seu interesse.
- 4.1.1. A manifestação deverá ser feita mediante a utilização do formulário padronizado (Anexo 1), disponível no site do Ministério das Comunicações, entregue diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações, em Brasília; encaminhado via postal, por correspondência dirigida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica; ou enviado por meio eletrônico, quando esta facilidade estiver disponível na página do Ministério das Comunicações.
- 4.1.2. Na manifestação deverão ser informados necessariamente os seguintes dados:
- a) a denominação da entidade;
- b) o número de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ;
- c) o endereço da sede da entidade;
- d) os números de telefone fixo e celular e o endereço eletrônico, se houver;
- e) o endereço pretendido para a instalação do sistema irradiante, bem como as respectivas coordenadas geográficas na padronização GPS WGS84, na forma GG° MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59;
- f) o local e a data;
- g) a assinatura do representante legal;
- h) o nome do representante legal;
- i) o número de inscrição do responsável legal no Cadastro de Pessoas Físicas CPF; e
- j) o endereço para correspondência.
- 4.2. A manifestação da entidade interessada se destina exclusivamente ao cadastramento e ao registro de dados para conhecimento do Ministério das Comunicações

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- a respeito da existência de interesse em executar o Serviço na localidade informada, observado o disposto no item 4.2.4.
- 4.2.1. A apresentação de manifestação de interesse não é fase obrigatória e não gera qualquer direito à autorização ou funcionamento de estação de rádio comunitária.
- 4.2.2. A manifestação de interesse não será cadastrada pelo Ministério das Comunicações quando:
- a) A distância entre os sistemas irradiantes da estação pretendida e de qualquer estação autorizada a executar o serviço for inferior a 04 (quatro) quilômetros;
- b) os campos previstos no subitem 4.1.2 estiverem incompletos, incorretos ou com irregularidades nas coordenadas geográficas informadas; e
- c) a documentação não for apresentada em original ou cópia autenticada.
- 4.2.3. As entidades que não lograrem o cadastramento a que se refere o subitem 4.2.2 poderão formular a qualquer tempo nova manifestação de interesse.
- 4.2.4. Para efeitos de atendimento futuro, o Ministério das Comunicações publicará na Internet regularmente uma listagem dos municípios com cadastros de demonstração de interesse em aberto, ou seja, aqueles não contemplados por avisos de habilitação depois do último registro de manifestação de interesse.
- 4.2.5. Todos os cadastros de demonstração de interesse serão arquivados depois da divulgação da listagem citada no item 4.2.4, ficando assegurada a previsão de publicação futura de aviso de habilitação para o município desde que seja tecnicamente viável.

5. DOS CANAIS DE OPERAÇÃO DAS ESTAÇÕES

5.1. Os canais de operação das emissoras são os constantes do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, elaborado pela Agência Nacional de Telecomunicações, a quem cabe exclusivamente a administração do espectro de radiofrequências.

6. DO AVISO DE HABILITAÇÃO

6.1. O Ministério das Comunicações publicará avisos de habilitação, com a finalidade de convocar as entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária a apresentarem a documentação exigida no subitem 8.1 para o procedimento seletivo.

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- 6.2. O Ministério das Comunicações divulgará periodicamente um cronograma com os próximos avisos de habilitação a serem publicados, no qual constará a lista dos municípios a serem contemplados e os meses previstos para a publicação dos novos avisos.
- 6.3. O Ministério das Comunicações priorizará nos avisos de habilitação a inclusão de municípios (a) onde ainda não existam emissoras outorgadas para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, objetivando sua universalização; e, adicionalmente, (b) para os quais foram cadastradas manifestações de interesse na prestação do serviço, caracterizando uma demanda reprimida.
- 6.4. Poderão ser incluídas no aviso de habilitação, no momento de sua publicação, localidades com ou sem emissoras outorgadas, a critério do Ministro de Estado das Comunicações.
- 6.5. Nos casos de inviabilidade técnica poderão ser excluídas localidades do aviso de habilitação, no momento de sua publicação..
- 6.6. Os prazos dos avisos de habilitação só serão prorrogados em casos de calamidade pública e desastres naturais nas localidades abrangidas ou por motivo de relevante interesse público.
- 6.7 De cada aviso de habilitação constarão:
- a) os Estados e as localidades contempladas;
- b) o canal de operação designado para cada localidade;
- c) o prazo de sessenta dias para a apresentação da documentação;
- d) a relação da documentação a ser apresentada pelas entidades interessadas;
- e) o valor da taxa relativa às despesas de cadastramento, bem como o banco, a agência e a conta na qual deverá ser efetuado o depósito; e
- f) as condições técnicas especiais nos casos em que forem constatadas limitações técnicas na localidade.
- 6.8. Nos casos de publicação de aviso de habilitação para localidades onde haja processo de outorga já em tramitação no Ministério das Comunicações, novos processos serão sobrestados quando as áreas de prestação propostas para o serviço colidirem com as áreas constantes dos processos anteriores.
- 6.9. O Ministério das Comunicações poderá indeferir novos pedidos de outorga, a qualquer tempo, quando as coordenadas propostas pelas entidades interessadas na exploração do serviço estiverem a menos de 4 (quatro) quilômetros de emissora autorizada para prestar o serviço de radiodifusão comunitária e existir a possibilidade de interferência técnica.
- 6.10. Concluído o prazo para inscrição no aviso de habilitação, o Ministério das Comunicações disponibilizará em sua página na Internet relação nominal das entidades que

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

solicitaram autorização para executar o serviço de radiodifusão comunitária em cada localidade.

7. DO REQUERIMENTO PARA A AUTORIZAÇÃO

- 7.1. A entidade interessada em obter a autorização para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária deverá apresentar, no prazo estabelecido no Aviso de Habilitação, requerimento padronizado, conforme o Anexo 2 desta Norma, e a documentação relacionada no subitem 8.1 em original ou cópia autenticada.
- 7.2. Deverão ser informados no requerimento padronizado:
- a) os dados da entidade;
- b) a relação da documentação que está sendo apresentada ao Ministério das Comunicações; e
- c) o número de manifestações de apoio formuladas por: (I) entidades comunitárias ou associativas; e (II) pessoas jurídicas ou físicas, conforme consta no subitem 8.5.
- 7.3. O requerimento padronizado e a documentação correspondente deverão ser encaminhados ao Ministério das Comunicações de acordo com as instruções constantes do aviso de habilitação.

8. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA

- 8.1. A entidade requerente deverá apresentar a seguinte documentação:
- a) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ;
- b) estatuto social e ata de constituição da entidade devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- c) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no livro "B" de Títulos e Documentos;
- d) relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;
- e) prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados;
- f) declaração, assinada pelo representante legal da entidade, conforme modelo constante do Anexo 3, indicando:

- f.1) que todos os seus dirigentes residem na área na qual pretendem prestar o serviço, conforme Parágrafo Único do Art. 7º da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998;
- f.2) que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
 - f.3) a denominação de fantasia da emissora, se houver;
- f.4) o endereço completo proposto para a instalação do **sistema irradiante**, bem como as coordenadas geográficas do mesmo. As coordenadas geográficas deverão ser apresentadas na padronização GPS WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59;
- f.5) o endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de prestação do serviço, bem como as coordenadas geográficas da mesma. As coordenadas geográficas deverão ser apresentadas na padronização GPS WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59;
- f.6) que a entidade apresentará Projeto Técnico, de acordo com as disposições desta Norma e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado; e
- f.7) que a entidade não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- g) declaração, assinada por todos os dirigentes, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço (Anexo 4);
- h) manifestações de apoio à iniciativa, formuladas e assinadas por entidades associativas ou comunitárias, por outras pessoas jurídicas e físicas sediadas ou residentes na área pretendida para a execução do serviço, (Anexos 5, 6 e 7);
- j) comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento;
- k) cópia do CPF de todos os seus dirigentes;
- 1) comprovante de residência de todos os seus dirigentes; e



Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- m) declaração assinada pelo representante legal atestando se a entidade aceitaria ou não associar-se a entidades concorrentes para a prestação conjunta do serviço na mesma localidade (Anexo 8).
- 8.1.1. Serão desconsideradas as manifestações de apoio que não apresentem todos os dados de identificação mencionados nos Anexos 5, 6 e 7 desta Norma.
- 8.1.2. A não apresentação de qualquer um dos documentos elencados nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 8.1 e da declaração preenchida na forma do Anexo 3 desta Norma, no prazo estabelecido no aviso de habilitação, implicará o imediato indeferimento do pedido de outorga e o consequente arquivamento do processo.
- 8.2. O estatuto social das associações comunitárias e das fundações interessadas em prestar o serviço deverá:
- a) ser apresentado na íntegra;
- b) estar legível;
- c) conter, no cabeçalho e artigos pertinentes, a denominação da entidade rigorosamente de acordo com a constante:
 - c.1) na ata de constituição, ou ata da Assembléia Geral que a tenha alterado, quando se tratar de entidade comunitária; ou
 - c.2) no ato constitutivo ou alteração estatutária que a tenha alterado, quando se tratar de fundação;
- d) estar registrado no Livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 116, I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, juntamente com a Ata de Constituição da entidade, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;
- e) conter a denominação, os fins, o endereço da sede e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;
- f) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, mencionando expressamente os fins a que se destina, conforme a legislação vigente;
- g) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

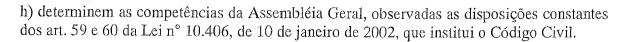
Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- g.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;
- g.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial; e
- g.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro anos) anos, sendo admitida uma recondução;
- h) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;
- i) indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; e
- j) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
- 8.3 Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:
- a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;
- b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade;
- c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- e) estabeleçam os direitos e deveres dos associados;
- f) especifiquem as fontes de recursos para manutenção da entidade;
- g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados; e

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada

à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011



- 8.3.1. Serão indeferidos os processos de pedido de outorga das entidades cujos estatutos não observem o disposto no subitem 8.3.
- 8.4. A comprovação de nacionalidade e da maioridade dos dirigentes poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:
- a) certidão de nascimento ou casamento;
- b) certificado de reservista;
- c) título de eleitor;
- d) carteira profissional;
- e) cédula de identidade;
- f) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; ou
- g) escritura pública de emancipação.
- 8.4.1. Não serão aceitos, a título de comprovação de maioridade e de nacionalidade, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- 8.5. As manifestações de apoio das entidades associativas ou comunitárias e as manifestações de apoio de pessoas físicas deverão ser encaminhadas separadamente, conforme os modelos indicados nesta Norma:
- a) quando apresentadas por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, deverão conter a denominação da entidade apoiadora, a assinatura do representante legal e o endereço da sede, bem como estar acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e da cópia autenticada da ata de eleição ou do Termo de Posse do declarante (Anexos 6 e 7); e
- b) quando individuais, deverão conter o nome e a assinatura do declarante, a cópia da identidade ou do CPF e o endereço do domicílio necessariamente localizado na área pretendida para a prestação do serviço (Anexo 5).
- 8.5.1. Não serão aceitas manifestações de apoio na forma de abaixo-assinado.
- 8.6. As manifestações de apoio deverão ser apresentadas no original ou em cópia autenticada, não sendo exigido o reconhecimento de firma, excetuados os casos em que



Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

haja dúvida de autenticidade, conforme o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9. REQUISITOS BÁSICOS PARA A ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE OUTORGA

- 9.1. A tramitação dos processos referentes a uma mesma localidade obedecerá à ordem cronológica de publicação dos avisos de habilitação.
- 9.2. A análise será procedida com a finalidade de averiguar a regularidade da documentação apresentada pela entidade requerente.
- 9.3. A constatação de irregularidades na documentação anexa aos pedidos de outorga poderá levar o Ministério das Comunicações a adotar uma das medidas previstas a seguir:
- a) solicitar à entidade o atendimento a exigências formuladas em razão de irregularidades passíveis de saneamento, que possam ser resolvidas mediante retificação dos documentos encaminhados ou por acréscimo de novos documentos, observado o disposto nos itens 8.1.2 e 8.3.1; ou
- b) comunicar o indeferimento do pedido de autorização, frente à incompatibilidade da entidade com as exigências normativas.
- 9.4. No que se refere aos ofícios com exigências encaminhados às entidades requerentes durante o procedimento de análise, o Ministério das Comunicações observará:
- a) a comprovação do recebimento do ofício pela entidade requerente, por meio de Aviso de Recebimento Postal AR Postal;
- b) a fixação de um prazo de resposta de 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, desde que devidamente justificado por escrito, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência e de calamidade pública, regularmente comprovados (Anexo 9); e
- c) a publicação de edital no Diário Oficial da União, nos casos em que o ofício for devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT por impossibilidade de entrega no endereço indicado ou extravio da correspondência.
- 9.5. O não atendimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, no tocante ao subitem 9.3, alínea "a", ensejará o indeferimento do pedido de outorga da entidade e o arquivamento do processo, observado o disposto no subitem 9.4.

9.6. O Ministério das Comunicações disponibilizará e divulgará canais de atendimento para tirar dúvidas quanto às exigências formuladas por ofício.

10. DA SELEÇÃO DA ENTIDADE HABILITADA

- 10.1. Se apenas uma entidade for habilitada para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade, desde que a documentação apresentada esteja regular, respeitados os trâmites processuais previstos nesta Norma.
- 10.1.1. A autorização para a exploração do Serviço estará condicionada à viabilidade técnica, conforme disciplinado nesta Norma.
- 10.2. Havendo mais de uma entidade habilitada para a execução do serviço em um mesmo raio de 4 (quatro) quilômetros, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para que aquelas que se manifestaram previamente favoráveis ao acordo se associem, visando à exploração comum do Serviço.
- 10.2.1. Findo o prazo assinalado no subitem 10.2:
- a) havendo manifestação favorável referente ao acordo entre todas as entidades, ou parte delas, localizadas em um mesmo raio de quatro quilômetros, será acolhida a proposta de associação entre elas e as manifestações de apoio a elas dirigidas serão somadas; ou
- b) não havendo manifestação favorável ao acordo para associação, será selecionada a entidade que tiver apresentado a maior pontuação ponderada de manifestações de apoio.
- 10.3. Caso haja mais de uma entidade comunitária interessada em explorar o Serviço, cujos sistemas irradiantes estejam situados em coordenadas geográficas com distância inferior a 4 (quatro) quilômetros entre si, o Ministério das Comunicações analisará as manifestações de apoio da seguinte forma:
- a) nos casos em que as entidades optarem por não se associar, conforme o disposto na alínea "b" do subitem 10.2.1, o Ministério das Comunicações dará prosseguimento à análise apenas do pleito da solicitante que for apoiada pelo maior número de—entidades comunitárias ou associativas constituídas há mais de 2 (dois) anos na área de prestação do serviço, sobrestando os demais pedidos de outorga;
- b) no caso de empate entre o número de manifestações de apoio formuladas por entidades associativas ou comunitárias constituídas há mais de 2 (dois) anos, o Ministério das Comunicações contará as manifestações de apoio de entidades associativas ou comunitárias constituídas há menos de 2 (dois) anos e de pessoas físicas;

- c) no caso mencionado na alínea "b", a cada manifestação de apoio encaminhada por entidade comunitária ou associativa serão atribuídos cinco pontos e a cada manifestação de apoio encaminhada por pessoa física será atribuído um ponto;
- d) finalizada a contagem mencionada na alínea anterior:
 - d.1) o Ministério das Comunicações dará prosseguimento ao pleito da solicitante com maior pontuação, sobrestando os demais pedidos de outorga; ou
 - d.2) havendo igual pontuação entre as entidades concorrentes, proceder-se-á à escolha por sorteio, em local público, na sede do Ministério das Comunicações, com a presença de, no mínimo, dois servidores, e para o qual serão convidadas as entidades interessadas.
- 10.4. Todas as manifestações de apoio recebidas por uma entidade serão invalidadas, caso ela, ao longo de todo o processo de habilitação, afaste as coordenadas do sistema irradiante para pontos com distância superior a um raio de 01 (um) quilômetro das coordenadas inicialmente previstas.
- 10.5. Havendo entidades concorrentes em um mesmo aviso de habilitação para a prestação do serviço em um mesmo município, o Ministério das Comunicações, a seu critério, na análise dos processos de habilitação, visando outorgar um maior número de autorizações, poderá adotar como metodologia a divisão das entidades em vários grupos em função das coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, como forma de garantir a prestação dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações sem que ocorram interferências técnicas.
- 10.6. A solicitação de autorização será indeferida de imediato:
- a) nas situações previstas nos subitens 8.1.2 e 8.3.1; e
- b) quando a entidade não atender corretamente às exigências do Ministério das Comunicações nos prazos estipulados.
- 10.7. O indeferimento do pedido será comunicado à entidade requerente, explicitando-se as razões da decisão adotada, mediante ofício enviado por AR Postal.
- 10.8. O Ministério das Comunicações solicitará da entidade selecionada os seguintes documentos:
- a) certidão de cada dirigente dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenham residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

- b) folha de antecedentes da Polícia Federal, e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade requerente residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;
- c) certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual ou do Distrito Federal, e Municipal do local onde está sediada; e
- d) certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 10.8.1. Caso o Ministério das Comunicações constate a existência de irregularidade no recolhimento de receitas do Fistel Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, por parte de entidades interessadas e de seus respectivos dirigentes, ser-lhes-á requerida a apresentação do pertinente comprovante de pagamento, por ocasião da solicitação de que trata o subitem 10.8, sob pena de indeferimento do pleito de habilitação.
- 10.8.2. Os documentos mencionados no subitem 10.8 servirão ao exame da idoneidade da entidade interessada e de seus dirigentes pelo Ministério das Comunicações, o qual indeferirá os pleitos de habilitação daqueles que não lograrem demonstrar-se idôneos.
- 10.8.3. O Ministério das Comunicações poderá solicitar, em qualquer fase do processo de seleção, outros documentos que comprovem a idoneidade da entidade solicitante e de seus dirigentes.
- 10.9. O Ministério das Comunicações receberá, durante todas as fases do procedimento de análise dos pedidos de outorga, denúncias formuladas contra as entidades interessadas, devidamente assinadas e acompanhadas dos documentos comprobatórios das alegações formuladas pelo denunciante, as quais acarretarão o sobrestamento do procedimento de habilitação.
- 10.9.1 As denúncias referidas no item 10.9 podem versar sobre prestação atual de serviço de radiodifusão ou telecomunicações por uma das entidades interessadas, sem a devida autorização do órgão competente, ou de irregularidade quanto às disposições constantes do Aviso de Habilitação e desta Norma.
- 10.9.2 As denúncias que tratam de prestação não outorgada de serviço de radiodifusão ou telecomunicações por uma das entidades interessadas serão apuradas conforme as normas referentes a processo administrativo sancionador.
- 10.9.3 As denúncias pertinentes a irregularidades quanto às disposições constantes do Aviso de Habilitação e desta Norma serão apuradas em sede do procedimento de análise dos pedidos de outorga.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária — a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- 10.9.4. A decisão sobre a procedência da denúncia, devidamente motivada, será comunicada às partes interessadas e terá os seguintes efeitos sobre o procedimento de habilitação de que participa a entidade denunciada:
- a) a entidade denunciada prosseguirá no procedimento de habilitação, cujo curso regular será imediatamente retomado, em caso de decisão de improcedência da denúncia formulada; ou
- b) a entidade denunciada terá seu pedido de autorização indeferido e será excluída do procedimento de habilitação, em caso de decisão de procedência da denúncia formulada.

11. RECURSO ADMINISTRATIVO

- 11.1. Da decisão de indeferimento do pedido cabe recurso, a ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão final da esfera administrativa.
- 11.1.1. A contagem de prazo terá início na:
- a) data de recebimento da correspondência pela entidade recorrente, comprovada mediante AR postal ou;
- b) data de publicação de Edital de Notificação de Indeferimento no Diário Oficial da União, nos casos em que o ofício for devolvido pela Empresa Brasileira de Telégrafos ECT, por impossibilidade de entrega no endereço indicado ou extravio de correspondência.
- 11.2. O recurso será indeferido quando as razões apresentadas pela recorrente forem insuficientes para modificar a decisão.
- 11.2.1. Não serão considerados, no julgamento do recurso, documentos e informações que a entidade recorrente deveria ter apresentado em momento anterior, seja por força das exigências constantes do aviso de habilitação, seja por solicitação do Ministério das Comunicações.
- 11.3. O recurso não será conhecido quando interposto:
- a) fora do prazo;
- b) por quem não seja legitimado a recorrer; e
- c) após exaurida a esfera administrativa.
- 11.4. A decisão do recurso administrativo será publicada no Diário Oficial da União.

12. DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO

- 12.1. Após a seleção, a entidade inicialmente habilitada deverá apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo de 30 (trinta) dias, projeto técnico para a instalação da estação, incluindo os seguintes documentos:
- a) Formulário de Informações Técnicas (Anexo 9), devidamente preenchido, contendo as características técnicas de instalação e de operação da estação;
- b) declaração assinada pelo representante legal da entidade de que, na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas e de que, na ocorrência de interferências indesejáveis causadas pela estação da entidade, caso essas não sejam sanadas no prazo estipulado pela Anatel, serão interrompidas imediatamente as transmissões (Anexo 10);
- c) planta de arruamento indicando:
 - c.1) escala compatível com a área da localidade objeto da outorga;
 - c.2) nomes das ruas;
 - c.3) o local de instalação do sistema irradiante, com as coordenadas na forma GG^o MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") da latitude assim como os da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome da localidade e UF;.
 - c.4) o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno indicado no Formulário de Informações Técnicas, devendo o valor de intensidade de campo no contorno ser de até 91 dBu;
 - c.5) o local da sede da entidade, com as coordenadas na forma GG° MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome da localidade e UF;
 - c.6) localização das residências dos dirigentes da entidade;
- d) diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, fornecida pelo fabricante, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas;

- e) declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no subitem 19.2.5.1. Caso contrário, a entidade deverá encaminhar declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante se encontra conforme o disposto no subitem 19.2.5.1.2, juntamente com o respectivo estudo;
- f) declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos baseado na Portaria n° 1.141/GM5, de 5 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e correspondentes alterações ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na localidade;
- g) parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção;
- h) Anotação de Responsabilidade Técnica ART referente à instalação proposta, devidamente assinada pelo profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, acompanhada de comprovante de pagamento e, caso o Ministério das Comunicações manifeste dúvidas quanto a ART, documento que comprove as atribuições do profissional;
- i) Declaração, assinada pelo representante legal, informando o horário de funcionamento da estação pretendido pela entidade;
- j) Folha de Informações técnicas da linha de transmissão (cabo coaxial), fornecida pelo fabricante; e
- k) Declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que a entidade atende ao disposto em regulamentação da Anatel sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofreqüências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofreqüências com valores superiores aos estabelecidos.
- 12.2 A localização proposta para o sistema irradiante deve assegurar uma relação de proteção (sinal desejado/sinal interferente) entre emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária que ocupem o mesmo canal, de no mínimo 25 dB, nas áreas de prestação de Serviço delimitadas pelo contorno de 91 dB micro (dBu), circunferência de aproximadamente um quilômetro de raio, considerando-se que a separação mínima exigida entre as estações será de quatro quilômetros. A distância entre duas coordenadas será calculada com base na teoria dos cossenos da geometria esférica considerando cada grau como 111,185 km.

13. DO ASSENTIMENTO PRÉVIO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO NA FAIXA DE FRONTEIRA

- 13.1. Caso a fundação selecionada pretenda instalar a estação em localidades distantes até cento e cinquenta quilômetros da fronteira com outros países, deverá ser obtido, para essa finalidade, assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional.
- 13.2. Para obtenção da autorização a que se refere o subitem 13.1, a entidade selecionada deverá enviar ao Ministério das Comunicações requerimento dirigido ao Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República (Anexo 15), solicitando o assentimento prévio para instalar a estação de Radiodifusão Comunitária na localidade pretendida, em conformidade com a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979 e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.
- 13.3. O requerimento deverá ser instruído com a seguinte documentação:
- a) cópia autenticada do estatuto social da entidade e suas alterações em que constem artigos dispondo que:
 - a.1) a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
 - a.2) o quadro de pessoal será constituído de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros;
 - a.3) a entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu estatuto social sem prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;
- b) prova de nacionalidade de todos os dirigentes (cópia da certidão de nascimento para os solteiros, cópia da certidão de casamento para os casados, cópia de certidão de casamento com a correspondente averbação para os separados judicialmente ou divorciados, e cópia da certidão de casamento e de óbito do cônjuge, para os viúvos);
- c) prova de que os dirigentes estão em dia com as obrigações referentes ao serviço militar;
- d) prova de que os dirigentes estão em dia com as obrigações relacionadas com a Justiça Eleitoral;
- e) Atas de Constituição e de eleição devidamente registradas em cartório; e
- f) CNPJ da entidade.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- 13.4. A solicitação de assentimento prévio exige abertura de um novo processo, com um novo número, diferente daquele do requerimento para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- 13.5. O assentimento prévio, dado pela Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, para instalação de estação em localidade situada na faixa de fronteira, é condição imprescindível para que a autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária seja outorgada.
- 13.6 A remessa do processo de Assentimento Prévio ao Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República só será efetuada após a instrução jurídica e técnica do processo administrativo para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

14. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUTAR O SERVIÇO

- 14.1. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é outorgada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações.
- 14.1.1. O Ministério das Comunicações publicará a portaria de autorização no Diário Oficial da União e disponibilizará a lista de emissoras autorizadas em sua página eletrônica na Internet.
- 14.2. A portaria ministerial que formalizará a autorização deverá indicar:
- a) a denominação da entidade;
- b) o endereço da sede da entidade;
- c) a localidade e o Estado;
- d) o objeto e o prazo da autorização;
- e) as coordenadas geográficas; e
- f) a frequência de operação.
- 14.3. O ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, ressalvado o disposto no item 16 desta norma.

15. DA INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO

- 15.1. A instalação da estação deverá atender às disposições estabelecidas no item 19 desta Norma e deverá estar de acordo com os dados constantes do formulário mencionado na alínea "a" do subitem 12.1.
- 15.2. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de recebimento da licença para funcionamento em caráter definitivo ou provisório da estação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

período, desde que a entidade, dentro do prazo estabelecido inicialmente, envie solicitação por escrito e devidamente justificada ao Ministério das Comunicações.

- 15.3. Qualquer alteração na instalação da estação que implique modificação dos dados incluídos na licença de funcionamento deverá ser submetida à prévia anuência do Ministério das Comunicações, devendo a entidade encaminhar:
- a) Solicitação assinada pelo representante legal da entidade indicando os motivos da mudança;
- b) Formulário para alteração de informações técnicas da licença de funcionamento de entidades autorizadas e Anotação de Responsabilidade Técnica ART conforme alínea "h" do subitem 12.1:
- c) Documento citado na alínea "c" do subitem 12.1, caso haja mudança de coordenada do sistema irradiante e/ou do estúdio;
- d) Documento citado na alínea "d" do subitem 12.1, caso haja mudança nas características técnicas do sistema irradiante (antena); e
- e) Documentos citados nas alíneas "e", "f" e "g" do subitem 12.1, caso haja mudança de coordenadas do sistema irradiante.
- 15.3.1. O pedido de alteração de local será imediatamente indeferido, caso não seja encaminhado ao Ministério das Comunicações qualquer um dos documentos do subitem 15.3 ou caso o novo local não esteja circunscrito em um raio de até 01 (um) quilômetro das coordenadas geográficas constantes da portaria de autorização da execução do serviço;
- 15.3.2. A alteração de local deve considerar que a sede da entidade deve estar localizada dentro da área de prestação do serviço.
- 15.3.3. A alteração do local de instalação da estação somente poderá ocorrer após a publicação do decreto legislativo.
- 15.3.4. A operação da estação em novo local de instalação só poderá ser realizada após emissão de nova licença com as informações correspondentes.

16. DA AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÃO COM LICENÇA PROVISÓRIA

- 16.1. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, § 2º e §4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional.
- 16.2. Da autorização de operação em caráter provisório deverão constar as informações mencionadas nas alíneas do subitem 17.2.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária — a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

17. DA LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

- 17.1. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos.
- 17.2. Da licença para funcionamento de estação, constarão:
- a) denominação da entidade;
- b) denominação de fantasia da emissora;
- c) número do Fistel;
- d) número da estação;
- e) CNPJ;
- f) número do processo;
- g) coordenadas geográficas do sistema irradiante;
- h) endereço da estação ou local de operação;
- i) raio da área de serviço;
- j) horário de funcionamento;
- 1) canal e frequência de operação;
- m)indicativo de chamada;
- n) fabricante, modelo e código de certificação do transmissor;
- o) potência de operação do transmissor;
- p) polarização, ganho e altura da antena transmissora em relação ao solo;
- q) informação de que a emissora não tem direito à proteção contra interferências causadas por estações de telecomunicações e de radiodifusão regularmente instaladas.

18. DA OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

- 18.1. Iniciada a operação da estação, em caráter provisório ou definitivo, a entidade autorizada comunicará o fato à Anatel, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cabendo a esta proceder à vistoria.
- 18.2. Qualquer alteração na estação que implique modificação nos dados constantes da autorização de operação em caráter provisório ou da licença para funcionamento de estação será motivo para emissão de nova autorização de operação ou de nova licença, uma vez comprovado o recolhimento da correspondente taxa de fiscalização da instalação.

19. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA ESTAÇÃO

19.1. DA EMISSÃO

19.1.1. Designação: monofônica: 180KF3EGN estereofônica: 256KF8EHF

- 19.1.2. Polarização: a polarização da onda eletromagnética emitida pela antena poderá ser linear (horizontal ou vertical), circular ou elíptica.
- 19.1.3. Tolerância de frequência: a frequência central da estação de radiodifusão comunitária não poderá variar mais que ±2000 Hz de seu valor nominal.
- 19.1.4. Espúrios de radiofreqüência: qualquer emissão presente em freqüências afastadas de 120 a 240 kHz, inclusive, da freqüência da portadora deverá estar pelo menos 25 dB abaixo do nível da portadora sem modulação; as emissões em freqüências afastadas de mais de 240 kHz até 600 kHz, inclusive, da freqüência da portadora deverão estar pelo menos 35 dB abaixo do nível da portadora sem modulação; as emissões em freqüências afastadas de mais de 600 kHz da freqüência da portadora deverão estar pelo menos (73 + P) dB (P= potência de operação do transmissor, em dBk) abaixo do nível da portadora sem modulação.
- 19.1.5. É estabelecida a referência de 75 kHz no desvio de frequência da portadora para definir o nível de modulação de 100%.

19.2. DAS EMISSORAS

- 19.2.1. A potência efetiva irradiada ERP por emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária será de, no máximo, 25 watts.
- 19.2.2. O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de um quilômetro da antena e a uma altura de 10 metros sobre o solo será de 91 dBu, obtido a partir da expressão:

 $E (dBu) = 107 + ERP (dBk) - 20 \log d (km)$, onde:

ERP (dBk) – potência efetiva irradiada, em dB relativos a 1 kW (tomado o valor máximo, de -16 dBk, correspondentes a 25 W), sendo:

ERP (dBk) = $10 \log (Pt \times Ght \times Gvt \times \eta)$, em que:

Pt - potência do transmissor, em kW;

Ght - ganho da antena, no plano horizontal, em relação ao dipolo de meia onda, em vezes;

Gvt - ganho da antena, no plano vertical, em relação ao dipolo de meia onda, em vezes;

- η eficiência da linha de transmissão;
- d distância da antena transmissora ao limite da área de serviço, em km, (tomado o valor máximo de um km).

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária — a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

Em nenhuma direção o valor da intensidade de campo, a um quilômetro da estação transmissora, poderá ser superior à indicada no item 19.2.2.

- 19.2.3. O diagrama de irradiação da antena utilizada por estação do Serviço de Radiodifusão Comunitária deverá ser omnidirecional.
- 19.2.4. O ganho da antena transmissora será de, no máximo, 0 dB, em relação ao dipolo de meia onda.
- 19.2.5. A altura da antena com relação ao solo será de, no máximo, trinta metros.
- 19.2.5.1. A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não poderá ser superior a trinta metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
- 19.2.5.1.1. Caso a condição estabelecida no subitem 19.2.5.1 não seja satisfeita, a instalação proposta será analisada como situação especial, dependendo de estudo específico realizado pela entidade e assinado por profissional habilitado.
- 19.2.5.1.2. O estudo específico a que se refere o subitem 19.2.5.1.1 deve apresentar:
- a) Levantamento do perfil do terreno mostrado em pelo menos 12 direções, a partir do local da antena, num raio de 4 quilômetros. As radiais devem ser traçadas com espaçamento angular de 30º entre si e com passos de 100 metros em cada radial; e
- b) demonstração da adequação do sistema irradiante no que se refere à altura da torre e potência do transmissor que garantam os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de prestação do serviço.
- 19.2.6. A ligação entre o transmissor e a antena deve ser feita por meio de cabo coaxial.
- 19.2.7. O estúdio e o transmissor devem estar instalados, preferencialmente, na mesma edificação, não sendo permitida a instalação de estúdio auxiliar.
- 19.2.7.1. No caso em que o estúdio e o transmissor não estejam instalados na mesma edificação, o uso de frequências destinadas aos serviços auxiliares de radiodifusão e correlatos para interligação das duas instalações somente será autorizado, em caráter excepcional, em caso de interferência comprovada na recepção de sinais de televisão.
- 19.2.8. A separação mínima entre duas estações do Serviço de Radiodifusão Comunitária será de quatro quilômetros.
- 19.2.8.1. O disposto no item 19.2.8 poderá não se aplicar quando simultaneamente: (a) as duas emissoras estiverem em municípios vizinhos; (b) forem atribuídos canais distintos

para a prestação do serviço nos municípios; e (c) ficar comprovada a viabilidade técnica, observados os parâmetros técnicos para a prestação do serviço.

19.2.9. É vedada às estações do Serviço de Radiodifusão Comunitária a transmissão no canal secundário prevista no subitem 3.2.9 do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, aprovado pela Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998.

19.3. DOS TRANSMISSORES

- 19.3.1. Somente será permitida a utilização de equipamentos transmissores com potência de saída de no máximo 25 Watts, específicos para o Serviço de Radiodifusão Comunitária e certificados pela Anatel.
- 19.3.1.1. Os equipamentos transmissores utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária deverão ser pré-sintonizados na freqüência de operação consignada à emissora e deverão ter sua potência de saída inibida à potência de operação constante da Licença para Funcionamento de Estação.
- 19.3.2. As especificações dos transmissores deverão atender aos requisitos mínimos a seguir indicados:
- 19.3.2.1. Os transmissores não poderão ter dispositivos externos que permitam a alteração da frequência e da potência de operação.
- 19.3.2.2. Os transmissores devem estar completamente encerrados em gabinete metálico e todas as partes expostas ao contato dos operadores serão eletricamente interligadas e conectadas a terra.
- 19.3.3. Todo o transmissor deve ter fixada no gabinete uma placa de identificação onde conste, no mínimo, o nome do fabricante, o modelo, o número de série, a potência nominal e a freqüência de operação.
- 19.3.4. O dispositivo de controle da freqüência deve ser tal que permita a manutenção automática da freqüência de operação entre os limites de mais ou menos 2000 Hz da freqüência nominal.
- 19.3.5. Qualquer emissão presente em freqüências afastadas de 120 a 240 kHz (inclusive) da freqüência da portadora deverá estar pelo menos 25 dB abaixo do nível da portadora sem modulação.
- 19.3.6. As emissões em freqüências afastadas da freqüência da portadora de 240 kHz até 600 kHz, inclusive, deverão estar pelo menos 35 dB abaixo do nível da portadora sem modulação.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- 19.3.7. As emissões em freqüências afastadas de mais de 600 kHz da freqüência da portadora deverão estar abaixo do nível da portadora sem modulação de (73 + P) dB, onde P é a potência de operação do transmissor em dBk.
- 19.3.8. A distorção harmônica total das freqüências de áudio, introduzidas pelo transmissor, não deve ultrapassar o valor eficaz de 3% na faixa de 50 a 15.000 Hz para percentagens de modulação de 25, 50 e 100%.
- 19.3.9. O nível de ruído, por modulação em freqüência, medido na saída do transmissor, na faixa de 50 a 15.000 Hz, deverá estar, pelo menos, 50 dB abaixo do nível correspondente a 100% de modulação da portadora por um sinal senoidal de 400 Hz.
- 19.3.10. O nível de ruído, por modulação em amplitude, medido na saída do transmissor, na faixa de 50 a 15.000 Hz, deverá estar, pelo menos, 50 dB abaixo do nível que represente 100% de modulação em amplitude.

20. DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

- 20.1. A outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas às exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, nos 6 (seis) meses anteriores ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma.
- 20.2.1. Nos casos de emissoras cujas outorgas já tenham expirado ou estejam a menos de 6 (seis) meses de expirar a partir da publicação desta Norma, a entidade interessada na renovação terá até 6 (seis) meses para enviar ao Ministério das Comunicações o seu requerimento (Anexo 12) e os documentos mencionados no item 20.3 desta Norma.
- 20.2.2. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até que o Ministério das Comunicações conclua a análise do processo de renovação.
- 20.3. O requerimento constante do Anexo 12 desta Norma, será, obrigatoriamente, acompanhado de:
- a) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13) ou pela Anatel, observado o item 20.3.1, manifestando o funcionamento da emissora de acordo com as normas técnicas vigentes. O laudo, conforme o caso, poderá vir acompanhado de:



- a.1) declaração firmada em conjunto com o representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;
- b) laudo de ensaio do(s) transmissor(es);
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica ART, referente ao laudo apresentado, devidamente assinada pelo profissional habilitado e pelo representante legal da entidade, acompanhada de comprovante de pagamento e, caso o Ministério das Comunicações manifeste dúvidas quanto a ART, documento que comprove as atribuições do profissional;
- d) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- e) CNPJ válido e atual;
- f) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no estatuto social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto;
- g) ata de eleição da atual diretoria em exercício, devidamente registrada e acompanhada dos documentos e declarações relacionados no subitem 8.1;
- h) declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:
- h.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- h.2) declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- h.3) declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;
- i) declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

- j) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora; e
- k) relação dos associados, constando nome, endereço, data da afiliação e número do CPF dos mesmos.
- 20.3.1. A entidade interessada na renovação de outorga que deixar de apresentar o laudo de vistoria técnica submeter-se-á à vistoria da Anatel, especificamente para este fim, de acordo com a disponibilidade da Agência.
- 20.3.2. Mesmo que a entidade interessada opte por enviar o seu próprio laudo de vistoria, a Anatel poderá, a seu critério, realizar vistorias técnicas de rotina na emissora, a qualquer tempo.
- 20.4. Os documentos devem ser apresentados em original ou cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- 20.5. O Ministério das Comunicações poderá solicitar, em qualquer fase do processo de renovação, outros documentos que comprovem a idoneidade da entidade solicitante e de seus dirigentes.
- 20.6 Em caso de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o processo de renovação de outorga será indeferido.

21. DAS REGRAS GERAIS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 21.1. Toda estação de Serviço de Radiodifusão Comunitária é obrigada a irradiar seu indicativo de chamada a cada sessenta minutos.
- 21.2. A entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação do Serviço, deverá manter atualizado o endereço de sua sede e o nome e o endereço de correspondência de cada um de seus dirigentes para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações.
- 21.3. Toda a irradiação deverá ser gravada e mantida em arquivo durante as vinte e quatro horas subseqüentes ao encerramento dos trabalhos diários da emissora, devendo também ser conservados em arquivo, durante sessenta dias, os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelo responsável legal da entidade.

Minuta de novo Regulamento para a prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária – a ser encaminhada à Consultoria Jurídica deste Ministério em julho de 2011

- 21.3.1. As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias, a partir da transmissão.
- 21.3.2. As transmissões compulsoriamente estatuídas por lei serão gravadas em material fornecido pelos interessados.
- 21.4. A entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluídas a própria entidade prestadora do serviço, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei n°9.612, de fevereiro, de 1998.
- 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- 21.4.2. A entidade deverá manter disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.
- 21.4.3. O processo de eleição para os cargos que compõem a estrutura administrativa e deliberativa da entidade deverá observar o princípio da alternância de poder, respeitando o disposto no subitem 3.3.3.
- 21.5. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.
- 21.6. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir apoio cultural aos seus programas, desde que oferecido por estabelecimentos situados na área de prestação do serviço.
- 21.7. É vedada a formação de redes de radiodifusão comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.
- 21.7.1. Em situações de guerra, calamidade pública e epidemias, a rede será convocada pelo Poder Público.
- 21.7.2. Enquanto durarem casos de calamidade pública oficialmente reconhecidos como tal pela autoridade competente e mesmo que ela não convoque cadeia de emissoras de

ya Rebrica:

radiodifusão comunitária, essas poderão organizar-se em rede, em âmbito estadual, para transmitir exclusivamente conteúdos de auxílio às vítimas.

- 21.8. É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.
- 21.9. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do serviço de radiodifusão comunitária ou de horários de sua programação.
- 21.10. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do serviço de radiodifusão comunitária.
- 21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722 70044-900 Brasília-DF Tel.: (61) 3311-6242 - Fax: (61) 3311-6583

Ofício nº 36 /2011/GM-MC

Brasília,027de agosto de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: Devolução de processos

Senhor Subchefe,

- 1. Reporto-me ao Ofício Conjunto nº 405/2011-SAG/SAJ-C.Civil-PR, de 19 de maio de 2011, onde o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República juntamente com Vossa Senhoria solicitam a averiguação dos processos que relacionam.
- 2. Em atenção ao assunto, tendo em vista a NOTA TÉCNICA N° 777/2011/CGRC/DEOC/SCE/MC, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério, cópia anexa, restituo a Vossa Senhoria os Processos abaixo relacionados, cujas Exposições de Motivos n° 16, 18, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 88, 92, 96 e 103, de 2011, estão sendo reenviadas, nesta data, por meio do SIDOF.

MC 00016 2011

- 53000.013068/2003

MC 00018 2011

- 53000.011842/2004

MC 00032 2011

- 53000.047324/2008 *****

MC 00033 2011

- 53000.003205/2003

MC 00034 2011

- 53000.024880/2009

continua

MC 00035 2011 - 53000.024548/2008

, volumer.

MC 00039 2011

- 53640.001320/1998

MC 00088 2011

- 53000.037401/2005

MC 00092 2011

- 53000.064285/2007

MC 00096 2011

- 53000.031671/2004

MC 00103 2011

- 53000.021416/2003 *****

Atenciosamente,

PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA

Coordenador-Geral

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722 70044-900 Brasília-DF Tel.: (61) 3311-6242 - Fax: (61) 3311-6583

Ofício n° 36 /2011/GM-MC

Brasília,027de agosto de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: Devolução de processos

Senhor Subchefe,

- 1. Reporto-me ao Ofício Conjunto nº 405/2011-SAG/SAJ-C.Civil-PR, de 19 de maio de 2011, onde o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República juntamente com Vossa Senhoria solicitam a averiguação dos processos que relacionam.
- 2. Em atenção ao assunto, tendo em vista a NOTA TÉCNICA N° 777/2011/CGRC/DEOC/SCE/MC, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério, cópia anexa, restituo a Vossa Senhoria os Processos abaixo relacionados, cujas Exposições de Motivos n° 16, 18, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 88, 92, 96 e 103, de 2011, estão sendo reenviadas, nesta data, por meio do SIDOF.

MC 00016 2011

- 53000.013068/2003 *****

MC 00018 2011

- 53000.011842/2004

MC 00032 2011

- 53000.047324/2008

MC 00033 2011

- 53000.003205/2003

MC 00034 2011

- 53000.024880/2009

continua